

DA "CONSIDERAÇÃO" AO "GANHO": REDEFINIÇÕES DAS
RELAÇÕES DE PODER NO DISCURSO "CAMPONÊS".

(O caso de Catolé do Rocha)

Maria Lucinete Fortunato

Dissertação apresentada ao Curso de Mes-
trado em SOCIOLOGIA RURAL da Universidade
Federal da Paraíba, em cumprimento às
exigências para obtenção do grau de MES-
TRE.

Área de Concentração: SOCIOLOGIA RURAL

Orientador: Dr. Durval Muniz de A. Júnior

Campina Grande - 1993



F745d	<p>Fortunato, Maria Lucinete. Da "consideração" ao "ganho" : redefinições das relações de poder no discurso "camponês" (o caso de Catolé do Rocha) / Maria Lucinete Fortunato. - Campina Grande, 1993. 143 f.</p> <p>Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 1993. "Orientação : Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior". Referências.</p> <p>1. Sociologia Rural. 2. Relações de Poder - Agricultores - Paraíba. 3. Discurso (Sociologia) - Camponês. 4. Dissertação - Sociologia Rural. I. Albuquerque Júnior, Durval Muniz de. II. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande (PB). III. Título</p> <p>CDU 316.334.55(043)</p>
-------	--

DA "CONSIDERAÇÃO" AO "GANHO": REDEFINIÇÕES DAS
RELAÇÕES DE PODER NO DISCURSO "CAMPONÊS".

(O caso de Catolé do Rocha)

Maria Lucinete Fortunato

Dissertação apresentada em: / /

Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior

Dr. César Barreira

Componente da banca
Dr. Ghislaine Duqué

Componente da banca
Dr. Antônio Paulo Rezende

"Tal é a magia dos falares humanos, que por humano acordo, significam, frequentemente, com sons iguais, coisas diferentes".

(Umberto Eco)

DEDICATÓRIA:

Aos agricultores de Catolé do Rocha.

*Ao meu pai, Manoel (in memoria)
e à minha mãe, Lourdes, que me presentearam
com a vida e pacientemente me ajudaram a
caminhar. Hoje devolvo um pouco
do que me foi dado.*

AGRADECIMENTOS

No percurso que fizemos até a realização deste trabalho foram inúmeras as pessoas que nos auxiliaram e a quem gostaríamos de expressar sinceros agradecimentos:

- Queremos agradecer em especial aos agricultores de Catolé do Rocha, sem os quais teria sido impossível a realização deste estudo;
- A Durval Muniz de Albuquerque Jr., orientador e amigo, pelas relevantes e sensatas recomendações e críticas, e, sobretudo, pela compreensão, atenção e carinho, apesar de se encontrar em iguais circunstâncias;
- A Ghislaine Duqué, que examinou o trabalho em sua forma original, pelo acolhimento, críticas e sugestões;
- A Elizabeth Christina, amiga sempre, pelo apoio, incentivo, paciência e atenção em todos os momentos, principalmente nos momentos mais difíceis e pela datilografia da versão original desta dissertação;
- A Nalvinha, Roberval, Glória, Lola, Marilene, Márcia, Tânia, enfim, a todos os amigos que direta ou indiretamente nos ajudaram a chegar até aqui;
- Aos colegas de curso, Adriano, Sandra, Severino, Paulo, Neuzice, Socorro e Humberto, pelo caminhar juntos e pelas descobertas;
- Ao Mestrado em Sociologia da UFPB (Campus II) pela oportunidade que nos foi dada de descobrir novos horizontes;
- Aos professores e funcionários do Mestrado pelos ensinamentos, pelo carinho e pela presença sempre atenciosa;
- Ao Departamento de Ciências Sociais do Centro de Formação de Professores (UFPB - Campus V) pelo afastamento que me foi concedido no período de redação final desta dissertação;

- Aos colegas de trabalho no Curso de História do Centro de Formação de Professores (UFPB - Campus V) e em especial a Silvana e Osmar, pela compreensão e solidariedade;
- Ao CNPq, agência financiadora, pela bolsa de estudos que proporcionou a nossa estadia no Mestrado e em parte da pesquisa de campo;
- A Cassandra e Edmilson pela dedicação e profissionalismo ao digitar e corrigir este trabalho.

INTRODUÇÃO.....	10
1. DOS DONOS DO PODER AO PODER SEM DONOS	
1.1. Os Labirintos do Caminho: Medos, Esperanças e Estratégias....	14
1.2. O Enunciado do Coronelismo nas Ciências Sociais.....	21
2. OS "CORONÉ SEM FITA" E OS "MANDADO POR PRECISÃO": Ser Bem ou Mal Mandado.....	
	36
3. IDENTIDADE, COTIDIANO E PODER: A POSIÇÃO DOS AGRICULTORES	
3.1. "Nós somos mesmo é sofredor".....	59
3.2. A Sociabilidade, a Família e os Laços de Vizinhança.....	68
3.3. Religiosidade, Advinhações e Festas de Santos.....	72
3.4. Igreja, Sindicato e "Trabalhadores Rurais".....	80
3.5. O Pequeno pode com o Grande?.....	88
4. REDEFINIÇÕES DAS RELAÇÕES DE PODER?	
4.1. O Exercício do Poder Local em Catolé do Rocha: Como ele aparece nos diversos discursos?.....	94
4.2. "Os de Japonesa" X "os de Sapato e Meia": Os rituais da política.....	105
4.3. Os Cabos Eleitorais: Merecimento, Chibata ou Dinheiro?.....	113
4.4. Eleitor de Cabresto?.....	117
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	
	123
6. ANEXOS.....	
	129
7. BIBLIOGRAFIA.....	
	132

RESUMO

A investigação desenvolvida ao longo deste trabalho procurou apreender as relações de poder presentes no cotidiano dos agricultores - no município de Catolé do Rocha no sertão paraibano - bem como as mudanças e/ou permanências dessas relações.

Partimos do entendimento do "poder" enquanto relação social, enquanto múltiplas táticas ou estratégias de dominação exercidas pelas diversas forças sociais e não como algo global, localizado em algum lugar e passível de apropriação.

A problematização do nosso estudo tem por base os discursos elaborados por alguns cientistas sociais que trabalham com a questão do "poder local" a partir do enunciado do coronelismo, sobre o qual pretendemos fazer uma reflexão crítica.

O nosso objetivo é investigar como os agricultores, através das suas formulações discursivas e da sua vida cotidiana, enunciam o poder. Com isso pretendemos detectar, a partir dos valores desses agricultores, a sua percepção no que concerne à sua posição nas relações de poder que eles vivenciam. Além disso, verificar como as noções de "poder", "saber", "coronel", "governo", "sociabilidade", "religião", "agricultor", "terra", etc., presentes nos discursos dos agricultores, se identificam e/ou se contrapõem aos discursos das chamadas "elites dominantes" e da chamada "esquerda"; e até que ponto esses discursos fornecem argumentos que possam servir de base para o questionamento do enunciado do coronelismo que está no cerne das análises sobre o poder local nas Ciências Sociais.

RESUME

Cette recherche s'efforce d'appréhender les relations de pouvoir présentes dans le quotidien des agriculteurs de la Commune de Catolé do Rocha, dans le "sertão" de la Paraíba, et de vérifier si elles se transforment ou se maintiennent inchangées.

Le travail se base sur une compréhension du "pouvoir" en tant que relation sociale, faite de multiples tactiques et stratégies de domination global, localisé quelque part et dont on peut s'approprier.

Pour construire cette étude, on s'est basé sur les discours élaborés par des spécialistes des sciences sociales qui travaillent la question du "pouvoir local" à partir de l'optique du "coronelisme", sur lequel on essayera de développer une réflexion critique.

L'objectif est de rechercher comment les agriculteurs, dans leurs paroles et dans leur vie quotidienne, énoncent le pouvoir. On veut ainsi détecter, à partir des valeurs de ces agriculteurs, leur perception à propos de leur position dans les relations de pouvoir qu'ils vivent. En outre, on veut vérifier comment les notions de "pouvoir", "savoir", "colonel", "gouvernement", "sociabilité", "religion", "agriculteur", "terre", etc. présentes dans leurs discours, s'identifient ou s'opposent aux discours des dites "élites dominantes" et de la "gauche"; on veut aussi voir à quel point ces discours fournissent des arguments sur lesquels se fonder pour questionner l'énoncé du "coronelisme" qui est au coeur des analyses sur le pouvoir local dans les sciences sociales.

INTRODUÇÃO

Geralmente quando se faz menção a relações de poder, parece estar presente a identificação de um certo tipo de poder a partir do binômio dominação-submissão. Isso se evidencia, sobretudo, no debate formulado por vários estudos de Ciências Sociais que abordam esta temática.(I)

Nas investigações acerca do "poder local" no "Nordeste" brasileiro, e, mais especificamente no Sertão, o enunciado do "coronelismo" tem sido utilizado para analisar realidades distintas em tempos e lugares diversos; o que gera a idéia da ocorrência de um "fenômeno coronelista" universal e trans-histórico.

No enunciado do coronelismo o exercício efetivo do "poder local" seria nomeado de "relação tradicional" e se caracterizaria por sua forma clientelística, hierárquica e institucional, tendo como eixo central o Estado. Assim, o "poder" seria tomado como fenômeno de dominação homogênea de um indivíduo, grupo ou classe sobre outros e localizado em um determinado lugar.

Partimos do entendimento do "poder" enquanto uma rede de relações, de entrelaçamentos entre forças sociais distintas e conflitantes. Também não há relação de poder sem a constituição de um campo de saber. Todo saber, por sua vez, institui novas relações de poder e, como tal, não pode ser caracterizado como neutro, mas como dispositivo de enunciados e visibilidades. Nesse sentido Foucault afirma: "trata-se de ativar saberes locais descontínuos, desqualificados, não-legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia depurá-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência detida por alguns".(II)

(I) Ver Cap. I, item 1.2.

(II) Conferir FOUCAULT, Michel. *A Microfísica do Poder*. 8 ed., Rio de Janeiro, Graal, 1989, p.171.

Este trabalho é pois, um estudo de caso no município de Catolé do Rocha - sertão paraibano, onde as "relações de poder", no que concerne ao exercício efetivo do poder local, têm sido analisadas como "tradicionais" e "coronelísticas".

O nosso objetivo é resgatar as experiências cotidianas dos agricultores, tentando apreender através de suas práticas discursivas como e a partir de que valores eles percebem seu lugar na sociedade e enunciam as relações de poder por eles vivenciadas; a presença ou não de redefinições nestas relações e as suas estratégias de resistência frente às mudanças e/ou permanências das mesmas.

Na verdade, a nossa proposta se evidencia no sentido de tentar perceber como os agricultores se constituem sujeitos de suas experiências cotidianas e como foi possível a sua supressão enquanto participantes das relações de poder, bem como a legitimação do "poder político dos dominantes".

Para tanto, trabalhamos com concepções como: poder, saber, coronel, governo, sociabilidade, religião, agricultor, terra, etc., a fim de verificarmos como elas aparecem e se definem nos discursos dos agricultores e como se identificam e/ou se contrapõem aos discursos das chamada "elites dominantes" e da chamada "esquerda" a respeito do poder e das suas redefinições e/ou permanências; além de verificarmos até que ponto estes discursos fornecem argumentos que possam servir de base para o questionamento do enunciado do coronelismo que está no cerne das análises sobre o poder local nas Ciências Sociais.

No primeiro capítulo, apresentaremos a metodologia utilizada na coleta de dados e os princípios teóricos acerca da temática do "poder" correntemente utilizados por alguns estudiosos. Optamos por essa metodologia a fim de problematizar nosso objeto de estudo e questionar o lugar da passividade e subserviência social e

política dos agricultores frente ao "poder local", bem como, a utilização do enunciado do coronelismo como exercício efetivo desse "poder".

No segundo capítulo, investigaremos como os agricultores, através dos seus discursos definem o "coronelismo" e o "poder". Sempre procuraremos contrapor os discursos dos agricultores aos discursos elaborados por alguns Cientistas Sociais que trabalham com essa temática. Interessamo-nos nessa parte verificar até que ponto os agricultores percebem ou não o poder apenas em suas manifestações institucionais e como através de seu discurso enunciam as relações de poder.

No terceiro capítulo, tentaremos detectar como os agricultores vivenciam as relações de poder cotidianamente - mediadas pela sociabilidade, pelos laços familiares e de vizinhança e pela religiosidade. Investigamos até que ponto eles percebem estas relações como relações exteriores. Ou seja, eles se colocam ou não, enquanto partícipes do poder?

No quarto capítulo, investigaremos o exercício do poder local e os rituais da política, a partir dos discursos dos grupos políticos locais e dos agricultores. Tais discursos serão confrontados com o discurso acadêmico, tentando observar se o coronelismo, enquanto enunciado, se mantém válido até hoje para se pensar as relações de poder no sertão. Será que há mudanças da percepção ou dos significados que os agricultores dão a essas relações? Até que ponto eles relacionam o poder com os momentos institucionais e não institucionais? Enfim, como os discursos dos agricultores participam ou percebem as redefinições ou não das relações de poder no município de Catolé do Rocha?

CAPÍTULO I

DOS DONOS DO PODER AO PODER SEM DONOS

"Meus pés pisaram muitas terras e meus olhos se perderam em muitos horizontes... Minhas mãos tocaram quase tudo, e minha consciência dançou em tablados sem limite.

Andei boiando nas ondas do racionalismo e flutuei em falsos ventos filosóficos, pernoitei em cavernas desconhecidas e dormi sem conhecer o valor do sono... E, de repente, percebi que, sozinho, eu era nada!"

(Neimar de Barros)

1. DOS DONOS DO PODER AO PODER SEM DONOS

1.1. Os Labirintos do Caminho: Medos, Esperanças e Estratégias

Tentar investigar como o discurso "camponês" fala das redefinições ou não das relações de poder foi uma temática que nos despertou interesse a partir da nossa inserção num projeto de aperfeiçoamento científico, efetuado em 1988.⁽¹⁾ Naquele momento, tentávamos trabalhar com as "Mudanças e Permanências das Relações de Trabalho no Sertão Paraibano", numa perspectiva sociológica.

Ao longo de nossa investigação, uma questão foi-se impondo a partir da observação dos discursos de nossos informantes: através de que condições e estratégias as relações de trabalho apareciam e se transformavam?

Percebíamos a cada momento que essa problemática era bastante complexa, e que, não se relacionava apenas a questões econômicas mas também à instituição de determinados saberes e a relações de poder vivenciadas e instituídas pelos homens historicamente e culturalmente.

Para a realização dessa investigação, efetuamos um estudo de caso no município de Catolé do Rocha⁽²⁾, no sertão paraibano.

A nossa opção por um estudo de caso não possui uma perspectiva de generalização, mas uma tentativa de apreender, através de

(1) O referido projeto foi financiado com os recursos do CNPq, sob a coordenação das professoras do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFPB - Campus II, Paola Cappelin Giuliani e Gisélia Franco Potengi.

(2) Segundo dados do IBGE (Censo de 1991), o município de Catolé do Rocha está situado na mesoregião do sertão paraibano e na microrregião de Catolé do Rocha, com uma área de 418 km². São seus municípios limítrofes: ao Norte, o Estado do Rio Grande do Norte; ao Sul, Riacho dos Cavalos; a Leste, Belém do Brejo do Cruz e São Bento e a Oeste, Brejo dos Santos. A sede Municipal possui uma altitude que está a 250 metros acima do nível do mar. Tem sua posição geográfica determinada pelo paralelo 6°20'40" de latitude Sul em uma interseção com o meridiano 37°44'48" de longitude Oeste, dista em linha direta, da capital do Estado, 362 quilômetros e encontra-se em relação à mesma no rumo O.N.O. por onde tem acesso pela rodovia BR 429. O clima é quente e seco com temperatura máxima de 30° e mínima de 20°. A população atual do município, é constituída de um total de 25.232 habitantes, sendo 14.295 residentes na zona urbana e 6.950 residentes na zona rural. Conferir também, Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, Rio de Janeiro, 1960, pp.245-248.

práticas discursivas, como aparecem as mudanças e permanências das relações de poder no discurso do agricultor, investigando esse espaço - Catolé do Rocha - e tentando entender a percepção dos agricultores, no momento presente através de entrevistas abertas com roteiros pré-estabelecidos. Para tanto, tornou-se necessário considerarmos que discurso e prática não são realidades que se opõem e sim, pistas diferentes e complementares para a compreensão de significados. Assim, a nossa interpretação não pretende se limitar ao "discurso" mas articulá-lo com as práticas não discursivas, ou seja, tentamos a todo momento apreender o discurso⁽³⁾ em sua materialidade. Isso porque, assim como podemos encontrar o mesmo tema em vários discursos, podemos, também, encontrar temas diferentes em um mesmo discurso e articulá-lo às relações econômicas, sociais e políticas.

Em Catolé do Rocha as relações de poder, no que concerne ao exercício do poder político local, sempre foram analisadas como relações "tradicionais" ou de "apadrinhamento". Tentaremos, então, verificar a partir do discurso dos agricultores a presença ou não dessas chamadas relações tradicionais e a existência de continuidades e descontinuidades dentro desse quadro. Consideramos que o poder não é exercido de forma unilinear, mas que se constitui enquanto relação, com respaldo, interesses e estratégias de vários agentes envolvidos; como também que os mecanismos e técnicas de poder se relacionam e produzem determinados saberes⁽⁴⁾. Por isso,

(3) Conforme Foucault, as práticas discursivas são: "um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiriam em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa (...)", já os domínios não discursivos são definidos por: "instituições, acontecimentos políticos, práticas e processos econômicos (...)". E, por sua vez, "a descrição arqueológica dos discursos se desdobra na dimensão de uma história geral, ela procura descobrir todo o domínio das instituições, dos processos econômicos, das relações sociais nas quais pode articular-se uma formação discursiva (...) o que ela quer revelar, é o nível singular em que a história pode dar lugar a tipos definidos de discurso que têm eles próprios seu tipo de historicidade a que estão relacionados com todo um tipo de historicidade diversa". In: FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1987. pp.136, 186 e 189.

(4) Ver FOUCAULT, Michel. A Microfísica do Poder. 8 ed., Rio de Janeiro, Graal, 1989. p.XXI.

entendemos que se faz necessário uma verificação do saber do próprio "camponês", para percebermos até que ponto este saber reproduz ou não as relações de poder.

Após delimitarmos o nosso objeto de estudo e o nosso campo de pesquisa, o nosso próximo passo foi o encontro com Catolé do Rocha.

Esse encontro aconteceu pela primeira vez no carnaval de 1991. Naquele momento o nosso intuito foi o de sentir o ambiente, conhecer a cidade e as pessoas de maneira informal, já tentando destacar entre elas possíveis informantes. Chegamos em Catolé do Rocha por intermédio da filha do então prefeito, o chamado "coronel" José Sérgio Maia. Nossa aproximação foi, até certo ponto, tímida, sem intenção de aparecer diretamente como alguém que pretendia trabalhar naquele espaço.

Nessa primeira viagem, conhecemos diversas pessoas, entre as quais as mais significativas foram: José Sérgio Maia e a tabelião do Cartório, a qual se mostrou bastante simpática naquela ocasião, pois pretendíamos, também, trabalhar com análise de discurso através de processos crimes que envolvessem conflitos de terra.

Na nossa segunda viagem, em março de 1991, intencionávamos trabalhar, principalmente, com os processos crimes registrados no Cartório e entrevistar alguns informantes. Partimos com a certeza de que conseguiríamos bastante informações. Como o nosso principal interesse era conseguirmos acesso aos processos crimes, hospedamo-nos na casa do prefeito na tentativa de facilitar o nosso trabalho. Partimos cheios de expectativas mas, na prática, evidenciou-se o contrário. Toda nossa esperança foi diminuindo dia-a-dia, durante a semana que lá estivemos. A cada tentativa as dificuldades se tornavam maiores, de modo que o que era esperança foi se transformando em dificuldade, insegurança, desespero, angústia.

Com relação aos processos crimes, ao ler a nossa carta de apresentação e perceber que se tratava de investigar as "relações de poder", a tabelioa nos tratou sem nenhuma presteza, tentando inclusive, convencer-nos a desistir de trabalhar em Catolé do Rocha. Sugeriu, a tabelioa, que a nossa pesquisa fosse feita em Conceição do Piauí (alto sertão paraibano), ou mesmo no brejo paraibano, argumentando que "em Catolé não existe problema de relação de poder, de conflito entre as pessoas", mas só nestes outros lugares encontraríamos os dados de que necessitávamos. Apesar de tudo, tentamos agir com perseverança. Fomos ao Fórum, falamos com o Juiz, o qual nos deu uma autorização. No dia seguinte, de maneira nada cordial, ela nos entregou 178 processos crimes, os quais não consideramos significativos, porque os mesmos não se relacionavam diretamente com o nosso tema.

Sentimos que a resistência da tabelioa era proposital, pois os processos tinham sido por ela previamente selecionados e o tempo todo ela se mostrou apreensiva, como se temesse alguma coisa. Ainda tentamos conversar mas, indiretamente ela nos "fechou as portas" do Cartório, sem nenhum acordo. Foi então que tentamos conversar com algumas pessoas que nos convenceram a desistir de voltar lá, justificando que ela é "politicamente ligada à família do Coronel e está tentando encobrir os podres deles". O mesmo informante nos revelou que a maioria dos processos que nos interessavam estava arquivada e que ia ser impossível termos acesso aos mais importantes. Assim, percebemos que havia um controle dos chefes políticos locais com relação ao próprio Cartório. Diante das dificuldades que iam se apresentando e da impossibilidade de acesso aos processos crimes, tomamos a decisão de trabalharmos com análise discursiva apenas a partir de entrevistas abertas com os agricultores, com roteiros pré-estabelecidos e com diário de campo.

Partimos à procura de informantes, sem nenhum referencial ou mediação e, nos nossos primeiros contatos, as dificuldades continuaram, pois as pessoas não se propuseram a nos ajudar. Começávamos a conversa de maneira informal, mas quando explicávamos a nossa presença ali e pedíamos para realizar a entrevista gravada, a recusa era imediata. Todos tinham "medo" de deixar gravado o seu discurso e "ter problemas futuros". O medo, neste caso, parece surgir da consciência da situação que eles ocupam nas relações de poder, inclusive em relação ao pesquisador. Eles alegaram que não tinham condição de formular um discurso e afirmaram que não tinham nada para falar e que não queriam ter problemas. Isso pode significar que eles têm coisas muito importantes a dizer mas para não gerar problemas preferem calar. É como se eles estivessem incorporando a posição instituída nas relações de poder e no saber dominante: o lugar de inferioridade e de passividade, e não o lugar de sujeito do discurso.

Foi então que começamos a sentir a necessidade de nos apresentarmos com algum referencial. Procuramos, então, um agente de pastoral que, por seu trabalho, era identificado pelos informantes como "um de nós", sobretudo por ser agricultor e ser do lugar. Só a partir deste contato pudemos conseguir uma relação mais direta com os informantes e nos foi possível conversar com pessoas que se tornaram fundamentais para o desenvolvimento do nosso trabalho, pelas informações que nos concediam e por nos indicar também novos informantes. Percebemos, pois, que a Igreja exerce influência sobre eles, a ponto, inclusive, de legitimar a nossa presença.

Assim, a nossa investigação realizou-se através de 04 viagens à Catolé do Rocha, com duração média de uma semana cada, nos seguintes períodos: de 11 a 15 março de 1991; de 03 a 10 de agosto de 1991; de 15 a 21 de maio de 1992; de 08 a 12 de janeiro de

1993. Entrevistamos um total de 30 informantes, sendo 06 mulheres e 24 homens.

Visitamos os sítios: Cajueiro, Boqueirão, Tapera, Cajazeirinha, São Francisco, Olho d'Água e o município de Riacho dos Cavalos. (Ver mapa em anexo).

Entrevistamos também um técnico agrícola, alguns agricultores que moram na cidade e pessoas ligadas às duas famílias que têm se sucedido no controle da administração do município de Catolé do Rocha (Maia e Suassuna).

Trabalhamos com observação direta, através de entrevistas com agricultores, o que se constituiu no nosso principal instrumento de pesquisa. Entre esses agricultores, alguns se encontraram ou se encontram engajados em movimentos de base, (CPT, CEBs, ect.), nos Sindicatos do Trabalhadores Rurais e/ou em cargos públicos. A escolha desse tipo de informantes se deu porque as instituições estão relacionadas à estrutura de poder local e são espaços onde se exerce o poder e se produz saber, e nos interessa investigar como os agricultores, através das suas relações com as instituições conseguem instituir novos valores e significados para a sua leitura do mundo e das próprias relações de poder que eles vivenciam.

Portanto, a fim de entendermos as práticas discursivas dos agricultores com os quais trabalhamos, no que concerne as relações de poder que eles vivenciam e as alterações que ocorrem no seio destas relações, partimos de alguns questionamentos:

- Como o agricultor, através do seu discurso, enuncia as relações de poder?
- Como o agricultor percebe, a nível do discurso, e através da sua própria vivência, as redefinições ou não das relações de poder nas quais ele se encontra inserido?

- Como ocorrem as mudanças nos valores e noções do agricultor no que diz respeito às relações de poder?

- Enfim, como o discurso do agricultor participa ou percebe as redefinições das relações de poder neste município?

Como informações secundárias, utilizamos alguns dados do IBGE (Censo de 1991 e mapas), Folhetos de Cordel e um filme intitulado "Um Homem e sua Cidade", que trata da vida pública do "coronel" José Sérgio Maia (líder político da Catolé do Rocha há mais de 40 anos). Nesse filme, as informações são passadas através de um narrador e do próprio coronel.

Os Folhetos de Cordel foram utilizados por considerarmos que são permeados de costumes e valores que remetem a práticas coletivas profundamente enraizadas, lançando mão de enunciados intertextuais. Em outras palavras, por entendermos que os Folhetos de Cordel constituem-se como uma prática de produção de significações; "exatamente uma prática produtiva material concreta que exerce sua crítica alterando a feição desta realidade material, objetiva e concreta que é a linguagem".(5)

Trabalhamos com folhetos do Núcleo de Estudos Lingüísticos e Literários (NELL) da UFPB - Campus II e com o acervo do professor Durval Muniz de A. Júnior.

Na perspectiva de entendermos como o agricultor elabora discursivamente as relações de poder que ele vivencia e suas prováveis redefinições no município de Catolé do Rocha (sertão paraibano), entendemos, portanto, ser necessário fazer uma revisão das formas como são tratados o "poder" e as "relações de poder" por alguns cientistas sociais que pensam essa temática no Brasil,

(5) Ver PASTA JR., José Antônio. Cordel, Intelectuais e o Divino Espírito Santo. Apud. BOSI, Alfredo. Cultura Brasileira. São Paulo, Ática, 1987. p.74.

procurando observarmos até que ponto sua visão de poder se resume ou não ao institucional, ao Estado, e como é que eles tratam essa relação entre "campesinato" e "poder".

1.2. O Enunciado do Coronelismo nas Ciências Sociais

Os estudos sobre poder local nas Ciências Sociais, em sua maioria, são presididos pelo enunciado do coronelismo. A temática do poder local pode ser abordada através da investigação de alguns desses estudos.

Raymundo Faoro⁽⁶⁾, por exemplo, pautando-se numa análise do Sistema Imperial, coloca no nível central um extraordinário poder, progressivamente centralizador. Para ele, o coronelismo é um deslocamento do eixo político-decisório do "centro" para os Estados e se afirma na Primeira República (1889-1930) através da política dos governadores. Ainda segundo esse autor:

"O fenômeno coronelista não é novo, nova será sua coloração estadualista, e sua emancipação no agrarismo republicano, mais liberto das peias e dependências econômicas do patrimonialismo central do Império". (7)

Nesse discurso, o poder central é enfatizado como eixo em torno do qual giram as relações de poder local, e este por sua vez é uma ramificação daquele poder central, sendo a ele submetido. Percebe-se, assim, uma visão institucional do poder na qual ele é apresentado tão somente e a partir de três níveis: o poder central, o poder estadual e o poder local, que se relacionam de forma hierárquica.

(6) FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder. Vol. II, 5 ed., Porto Alegre, Globo, 1979.

(7) FAORO, Raymundo. Op. Cit. p.62.

No estudo de Victor Nunes Leal⁽⁸⁾ é enfatizado o nível local da estrutura de poder e o coronelismo é visto como,

"Resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômico-social inadequada. Não é pois, mera sobrevivência do poder privado (...) é antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa representatividade".⁽⁹⁾

Assim, o coronelismo é visto como fenômeno do poder privado que atua a nível local gerando conseqüências que incorrem em toda a vida política do País, pois se constitui de uma relação de interesses entre o poder público em fortalecimento e a decadente influência social dos senhores de terra.

A partir desse entendimento, Victor Nunes Leal defende que a essência do compromisso coronelista consiste no seguinte:

"Da parte dos chefes políticos locais um incondicional apoio aos candidatos do oficialismo nas eleições estaduais e federais; da parte da situação estadual, carta branca ao chefe local governista em todos os assuntos relativos aos municípios, inclusive nas nomeações de funcionários estaduais do lugar".⁽¹⁰⁾

Percebe-se, pois, que este autor também defende uma visão do poder como instituição cujo eixo é o Estado, dando ênfase à importância do nível local da estrutura de poder e suas continuidades. Ligando, assim, mecanicamente dominação econômica e política e colocando no voto o elemento fundamental do "coronelismo".

(8) LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, Enxada e Voto. 4 ed., São Paulo, Alfa-Omega, 1978.

(9) LEAL, Victor Nunes. Op. Cit. p.20.

(10) LEAL, Victor Nunes. Op. Cit. p.35.

Já Ibarê Dantas⁽¹¹⁾ critica Victor Nunes Leal por colocar no voto o elemento fundamental do coronelismo sem atentar para o momento histórico no qual se pautou a sua análise - década de 40, período no qual houve um crescimento do contingente eleitoral com a urbanização de grande parcela da população e a inclusão da mulher. Ibarê Dantas coloca que a complexidade do coronelismo só pode ser apreendida recuperando a sua historicidade, pois, historicamente, ora se apresenta como tendo o controle do poder de coerção (1ª República), ora como tendo o controle do contingente eleitoral (1930-1945). Só a partir, então, de 1945, com a redemocratização do País é que, segundo ele, o voto passa a ser a grande fonte de legitimação do coronelismo.

Fica claro, portanto, que o enunciado do coronelismo é utilizado como expressão do poder local que se estenderia por um longo período, englobando elementos particulares (econômicos, sociais, políticos e ideológicos), que, embora se constituíssem historicamente e culturalmente, se redefiniriam a partir do surgimento de novos elementos, permanecendo, contraditoriamente, o mesmo.

Partindo dessas premissas, Ibarê Dantas conceitua o coronelismo como:

"Uma forma de representação política exercida por determinados proprietários sobre os trabalhadores rurais, basicamente impondo-se como intermediários entre as bases rurais e as oligarquias estaduais, tendo por fim a manutenção da estrutura de dominação".⁽¹²⁾

Em outras palavras, o coronelismo seria uma forma de representação política, na qual o coronel seria o intermediário entre o

(11) DANTAS, Ibarê. *As Mutações do Coronelismo*. In: *Relações de Trabalho e Relações de Poder: Mudanças e Permanências*. Fortaleza, UFCE-NEPS, 1986.

(12) DANTAS, Ibarê, *Op. Cit.*, p.365.

Estado e as camadas populares. Assim, o coronelismo se definiria: (1) na dimensão econômica - a medida que as relações de produção se exprimem em relações de dominação e dependência; (2) na dimensão política - por se formar nas relações do proprietário de terra, por um lado, com as massas rurais e, por outro, com a sociedade política; (3) e na dimensão ideológica - por apresentar como um conjunto mais ou menos coerente de idéias, representações e normas, reforçando as práticas de submissão, os laços de lealdade e as diversas obrigações com o proprietário. Embora Ibarê Dantas considere as múltiplas dimensões envolvidas no fenômeno coronelista, alguns limites podem por nós ser detectados, pois, se houve mudanças históricas, surgiram situações diversificadas que não devem ser descritas a partir de um mesmo conceito, sem comprometer a validade deste.

Isso evidencia uma visão de poder como uma criação que considera apenas os elementos que continuam e não os que mudam.

Eul-Soo Pang (13), por sua vez, conceituou o coronelismo como sendo:

"Um exercício do poder monopolizante por um coronel cuja legitimidade e aceitação se baseiam em seu status, de senhor absoluto, e nele se fortalecem, como elemento dominante nas instituições sociais, econômicas e políticas (...). No sentido popular, seria entendido como o sistema que possui um líder social carismático e, no sentido acadêmico como sistema de dominação sócio-política." (14)

Além da importância dada aos aspectos sócio-políticos, percebe-se que esse autor vê o poder como dominação global de uns sobre os outros, ou de um grupo sobre outro, o que não procede. Pois, segundo Foucault, não existe "uma dominação", mas "múltiplas

(13) PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias (1889-1934)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

(14) PANG, Eul-Soo, *Op. Cit.*, pp.20-24.

formas de dominação que podem se exercer na sociedade (...) em suas relações recíprocas".(15). Eul-Soo Pang possui uma visão dicotômica que é considerada por Maria Auxiliadora de Sá(16) como sendo o resultado de uma falsa concepção do fenômeno coronelista, pois, segundo ela, os aspectos sócio-políticos por si não consideram o suporte econômico da própria liderança social, e são, por isso, insuficientes à compreensão do "coronel político". No entender dessa autora:

"A questão política se afirma como uma necessidade do proprietário de manter, através desta, seus interesses econômicos e sociais, ou seja, basicamente a preservação e ampliação de sua riqueza, a terra, bem como de assegurar capital e força de trabalho".(17)

Este tipo de análise parece-nos um tanto quanto funcionalista e mecânica no que se refere ao poder, por considerar que o camponês é apenas uma força de trabalho que não possui interesses econômicos e políticos para preservar e não luta por este. O poder é para essa autora algo externo ao camponês, que passa por ele e, nesse caso, ele poderia simplesmente lutar contra o poder. No entanto, o poder não deve ser visto como uma coisa de que alguém se apropria e os agricultores também não devem ser entendidos, sempre, como "vítimas do poder" e sim como agentes do processo político.

Mas, para Maria Auxiliadora de Sá, as modificações do "coronelismo" ocorrem sobretudo com a generalização das formas capitalistas que vão ocorrendo no campo e a dominação local vai assumindo outras formas, através de novas estratégias dos "dominantes" sem colocar os agricultores como atores dessas modificações.

(15) FOUCAULT, Michel. A Microfísica do Poder. 8 ed., Rio de Janeiro, Graal, 1989. p.180.

(16) SÁ, Maria Auxiliadora F. de. Dos Velhos aos Novos Coronéis. Recife, PIMES, 1974.

(17) SÁ, Maria Auxiliadora F. de. Op. Cit. p.

Segundo essa autora, há uma coexistência de formas novas e antigas de dominação que passam por fora do camponês e atingem apenas o âmbito do poder local e das demais esferas do poder.

Notadamente, a mudança das relações de poder, segundo esse enfoque, se ligaria apenas à mudança no econômico e/ou nas instituições, principalmente, no sentido de reafirmar através do enunciado do coronelismo que essas relações seriam sempre as mesmas e as modificações só se dariam no seu próprio interior, reafirmando-as sempre sem conseguir extrapolá-las. No nosso entender, porém, as mudanças também se dão nos significados que os agentes dessa relação atribuem a ela. Em outras palavras, percebemos nessa visão algo de contraditório pois, a "modernização capitalista" aparece como reproduzindo o mesmo, ou seja, recriando formas antigas de dominação política, o que dá uma visão de continuísmo. O uso deste conceito para caracterizar a estrutura política de vários momentos históricos reforça a idéia de que o Brasil não muda do ponto de vista político. E o discurso do "coronelismo" é utilizado como estratégia para mantê-lo permanente.

Maria Isaura P. de Queiroz⁽¹⁸⁾ também analisa o coronelismo como uma forma de poder político desenvolvida no Brasil, que floresceu na Primeira República e cujas raízes remontam ao Império. Ela coloca como aspectos essenciais do "fenômeno coronelista" os seguintes: a multiplicidade dos coronéis (com relação à dominação e às formas de mando); a possibilidade de barganha (elemento que limita o poder do coronel); o paternalismo diplomático (como estratégia); a dualidade estrutural da apropriação do poder (situação X oposição); a parentela e o carisma.

Em relação aos autores citados anteriormente, percebe-se que Maria Isaura P. de Queiroz apresenta novos elementos para a

(18) QUEIROZ, Maria Isaura P. de. O Coronelismo numa Interpretação Sociológica. In: FAUSTO, Bóris. História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, Livro I, São Paulo, Difel, 1977, pp.115-190.

análise do "fenômeno do coronelismo" - como é o caso da barganha, do carisma e da parentela - os quais são importantes para se entender o jogo político a nível local, no sentido de possibilitar uma visualização da rede de reciprocidades de deveres e direitos que, neste contexto, se institucionalizam.

Mas, por outro lado, estes elementos não devem ser interpretados unilateralmente - apenas a partir dos significados e valores dominantes. É importante também verificar como os agricultores, a partir de seus significados e valores, lidam com esses elementos.

Enfatizar a importância do nível local ou central do poder é uma polarização que constitui um paradoxo aparente, no entender de Marcel Bursztin⁽¹⁹⁾, pois, entre as esferas do poder "local" e "central", até agora analisadas, há, segundo ele, uma enorme interdependência, cuja essência se encontra nos imperativos de legitimação recíproca entre os dois níveis. Por isso o autor afirma que

"Apesar da crescente importância da centralização, onde alguns poucos tornaram-se, realmente, donos do poder, ainda persiste o peso político representado localmente pelo poder dos donos."⁽²⁰⁾

Há, segundo Marcel Bursztin, uma legitimação recíproca entre os dois níveis da esfera do poder, de forma que o coronel aparece como mediador entre o Estado e o povo. Mediação esta que vai passando cada vez mais às mãos dos funcionários do Estado, na fase atual. Nesse caso, o exercício da política transforma-se em profissão; forma de sobrevivência dos coronéis.

Apesar da importância dessa discussão e da contribuição no tratamento da questão, diante dos autores ora enfocados, percebe-

(19) BURSZTIN, Marcel. Os Donos do Poder. 2 ed., Petrópolis, Vozes, 1985.

(20) BURSZTIN, Marcel. Op. Cit. p.12.

mos claramente que o coronelismo é entendido como "poder local" que é relacionado com outras esferas do poder, quais sejam: a esfera estadual e a esfera federal.

As redefinições do coronelismo são também entendidas nesse sentido, desembocando sempre na análise do Estado enquanto eixo de poder. O Estado se orientaria, ora pelos imperativos de legitimidade, ora pela acumulação, assumindo um caráter, simultaneamente, "modernizador" e "conservador". O poder é visto, portanto, como algo centralizado e localizado em algum lugar - no caso, no Estado - ficando, assim, reduzido à política e apresentando-se como estrutura e não como relação.

Não se percebemos na literatura uma preocupação com as "relações de poder" enquanto algo que implica um "poder" e um "contra-poder". O "camponês" é visto como massa de manobra no discurso do coronelismo, e essa idéia vai sendo internalizada pelo próprio "camponês" que passa a ter a imagem de si como um agente passivo. Portanto, esse discurso não leva em conta o papel assumido pelo agricultor nas relações de poder, e nem tampouco averigua a resistência do agricultor e as suas estratégias enquanto parte dessas relações.

é uma visão que veicula um saber, que vai rotular situações relacionais através de enunciados como "dominação" (21), "paternalismo" (22) etc.

Assim sendo, o poder não é tratado como uma relação que se constitui historicamente, culturalmente, e que implica sempre na presença de opositores, podendo por esta relação, ser redefinido a qualquer momento; e se constituir como algo instituinte, como afirma Foucault:

(21) Sobre a concepção de dominação remeter-se ao Capítulo I, p.13.

(22) O termo "paternalismo" é, segundo Edward Thompson, descritivo e impreciso e supõe noções valorativas: "tiene tanto, o tanpouco valor como otros términos descriptivos generalizados - autoritário, democrático, igualitário - que por sí mismos, y sin sustanciales añadiduras, no pueden caracterizar un sistema de relaciones sociales.". THOMPSON, Edward. Tradición, Revuelta e Consciencia de Classe. Barcelona, Gráficas Diamante, 1979. pp.19-20.

"Uma das primeiras coisas a compreender é que o poder não está localizado no aparelho de Estado e que nada mudará na sociedade se os mecanismos que funcionam dentro, fora, abaixo, ao lado dos aparelhos de Estado, a um nível muito mais elementar, cotidiano, não forem modificados." (23)

Dessa forma, não podemos dizer que existe algo unitário e global chamado poder. O "poder" está em toda parte, é um constante movimento e reelaboração e, como tal, deve ser entendido como uma relação historicamente constituída e não de forma exclusivamente hierárquica. Deve ser estudado a partir de regras e táticas de dominação e não através do binômio dominação-submissão, pois o que dá generalidade à luta contra o poder é o próprio sistema de poder, todas as suas formas de aplicação e não a totalização da verdade.

Torna-se patente a contradição desses Cientistas Sociais que, ao analisar a questão do poder local, defendem simultaneamente tanto as mudanças quanto as redefinições quando, na verdade, continuam presos ao enunciado do coronelismo. Será que isto não seria uma tentativa de identificar a região Nordeste como região dos coronéis? É questionável, portanto, a idéia da longa duração desse "coronelismo" como algo trans-histórico e sem especificidade e a idéia do poder como algo estrutural e unilinear, visto que, as relações de poder não se reduzem à política, às instituições e/ou ao trabalho (24). Elas se exercem de múltiplas formas e atravessam todo o corpo social.

As análises do "poder local", a partir do binômio dominação X submissão, consideram, portanto, os grandes proprietários e/ou políticos locais, como "dominantes" e os agricultores como "dominados" ou sujeitos passivos do "poder". Essa concepção também

(23) FOUCAULT, Michel. A Microfísica do Poder. 8 ed., Rio de Janeiro, Graal, 1989. pp.149-150.

(24) Conforme FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1987.

pode ser vislumbrada nas análises "clássicas" acerca do "campesinato brasileiro"(25).

O "camponês" brasileiro foi analisado, até muito pouco tempo, como um segmento social que não possui uma organização política própria e, por conseguinte, está sempre subordinado a uma "ideologia dominante". A própria existência de uma camada camponesa no Brasil foi negada durante muito tempo e, na tentativa de caracterizar o "camponês", muitas foram as teses que surgiram no seio das Ciências Sociais e na própria literatura.

Grande parte da literatura que aborda essa temática caracteriza o "homem do campo" como "camada" submetida ao atraso cultural, ora pela mestiçagem ou isolamento (como afirmam Euclides da Cunha(26) e Oliveira Viana(27)), ora por se constituir como camada intermediária no sentido social (como defendem Caio Prado Júnior(28) e Antônio Cândido(29)).

Maria Isaura P. de Queiroz(30) descreve as características do "camponês" brasileiro, vistas por diversos autores em regiões diferentes, situando alguns traços que, segundo ela, são definidores. Para essa autora:

"O camponês é um trabalhador rural cujo produto se destina ao sustento da própria família, podendo vender ou não o excedente da colheita, deduzida a parte do aluguel da terra quando não é proprietário; devido ao destino da produção, ele é sempre policultor. O caráter essencial da definição do camponês é, pois, o destino dado ao produto, pois este governa todos os elementos com ele correlatos."(31)

(25) Não pretendemos, nesse trabalho, discutir teoricamente a problemática da conceituação e diferenciação do "campesinato". Interessa-nos verificar como os agricultores de Catolé do Rocha elaboram discursivamente, a partir das suas vidas cotidianas, uma concepção de si próprios.

(26) CUNHA, Euclides da. Os Sertões. 34 ed., Rio de Janeiro, Liv. Francisco Alves, 1989.

(27) VIANA, Oliveira. A Evolução do Povo Brasileiro. 4 ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1956.

(28) PRADO JR., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. 7 ed., São Paulo, Brasiliense, 1963.

(29) CÂNDIDO, Antônio. Os Parceiros do Rio Bonito. 7 ed., São Paulo, Liv. Duas Cidades, 1987.

(30) QUEIROZ, Maria Isaura P. de. O Campesinato. Petrópolis, Vozes, 1973.

(31) QUEIROZ, Maria Isaura P. de. Op. Cit. p.29.

Essa visão, contudo, é universalizante e limitada, pois atualmente o camponês pode não trabalhar apenas com a família e para a família. Ele pode produzir para as empresas, para o mercado, etc., sendo diversos os destinos dados ao produto⁽³²⁾, o que resulta na impossibilidade de defini-lo apenas a partir de sua condição de "camponês", pensada nestes termos.

Devemos considerar, por outro lado, que a própria diferenciação no interior do chamado "campesinato" na realidade brasileira aponta contradições que não possibilitam uma visão homogênea dessa categoria social.

Igualmente nos parece equivocada a afirmação de que:

"Sociologicamente o campesinato constitui sempre uma camada subordinada dentro de uma sociedade global - subordinação econômica, política e social. A camada superior tanto pode ser constituída de uma camada senhorial, como por camadas urbanas. (33)

Essa idéia de subordinação do camponês desde sempre paralisa a história, tenta passar a visão do processo histórico como algo estático e não considera a história como cotidianamente produzida através da relação entre homens, e destes com a natureza.

Segundo Luís Eduardo Soares⁽³⁴⁾, por exemplo:

"Quando buscamos caracterizar socialmente o campesinato, será imprescindível levarmos em conta, desde uma perspectiva processual, as representações dos atores envolvidos e seus próprios projetos sociais, elaborados a partir de suas trajetórias específicas". (35)

(32) Conforme os trabalhos de: SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Colonos do Vinho*. São Paulo, Hucitec, 1978; e LOUREIRO, Marta Rita de. (org.). *Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil*. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1981.

(33) GUEIROZ, Maria Isaura P. de. Op. Cit. p.30.

(34) SOARES, Luis Eduardo. *Campesinato, Ideologia e Política*. São Paulo, Zahar, 1981.

(35) SOARES, Luis Eduardo. Op. Cit. p.222.

Como vemos, esse autor se contrapõe às colocações de Maria Isaura P. de Queiroz. Para ele, não são apenas os aspectos estruturais que devem ser considerados como elementos que identificam o "camponês". É preciso buscar essa identificação nos aspectos "político-ideológicos".

Por outro lado, Maria I. P. de Queiroz aponta também, como característica do "camponês", a sua religiosidade. Essa percepção é muito importante pois, o universo do "camponês" é por demais místico e religioso, mas, essa religiosidade possui um sentido para "ele", e não deixa de ser uma reinterpretação do cristianismo. O próprio fato de o "camponês" fazer mais movimentos religiosos do que leigos pode indicar que ele lê o mundo e inclusive as relações de poder das quais ele participa através de sua concepção religiosa. Essa concepção, por sua vez, também se altera culturalmente.

Esse fato sugere que um dos elementos constitutivos da visão de mundo do agricultor é a sua religiosidade, a qual parece ser atualizada sempre no contexto de mudança em que ele vive. E isso não é considerado por essa autora; a religiosidade do "camponês" é por ela colocada para tentar explicar o seu "atraso" ou a sua incapacidade de perceber o mundo. Mas, é considerando que a religiosidade do agricultor é que dá a ele categorias para perceber o mundo que poderemos entender a grande influência política que a Igreja possui com relação aos camponeses.

A partir dessas premissas, o nosso entendimento é de que a identidade do "camponês" encontra-se sempre em processo de construção, pois se forma na sua luta cotidiana a partir dos elementos culturais que compõem o seu universo, muito embora a sua relação com a terra seja um elemento que o distinga dos outros segmentos sociais.

Estudar o "camponês" enquanto agente político é tentar entendê-lo a partir do seu mundo sócio-cultural, das estratégias que presidem às suas práticas discursivas e não discursivas, levando em consideração a sua vida cotidiana, a sua relação com a terra e a relação de poder com outros agentes sociais.

Portanto, o "camponês" poderá adquirir uma outra conformação cultural, com novos elementos surgidos a partir de uma relação mútua e contraditória, o que permite deixar de lado a visão mecanicista e unilinear no que concerne à sua existência social. Isso porque o "camponês" não é o mesmo sempre. Ele pode mudar conforme a situação pois a sua cultura também está em constante processo de transformação através da relação que ele mantém com seus "iguais", com os outros grupos sociais a ele relacionados e com as próprias mudanças que ocorrem na sociedade.

Atualmente há uma nova preocupação por parte das Ciências Sociais no sentido de produzir uma análise sócio-cultural. Essa abordagem possibilita a adoção de novas perspectivas, notadamente no que se refere: (1) à cultura - como as ações e noções subjacentes à vida cotidiana (Cf. Clifford Geertz⁽³⁶⁾); (2) ao imaginário - enquanto criação incessante e essencialmente indeterminada de formas e imagens, a partir das quais, somente é possível falar de alguma coisa (Cf. Cornelius Castoriadis⁽³⁷⁾); (3) e ao poder - enquanto prática social, relação contínua (Cf. Michel Foucault⁽³⁸⁾). É essa concepção de poder que será a fonte norteadora do nosso trabalho.

Isso implica, evidentemente, numa complexidade e dificuldade crescente, não só em termos de fontes de pesquisa, mas de interpretação e definição dessas fontes. Ao trabalharmos com análise de

(36) GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

(37) CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. São Paulo, Paz e Terra, 1986.

(38) FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 8 ed., Rio de Janeiro, Graal, 1989.

discurso, estaremos considerando que as atividades dos homens não podem ser captadas apenas como "técnica" ou "reflexo", mas levando-se em consideração suas "significações" e seus "valores", os quais são instituídos por eles próprios através de sua vivência, de suas práticas discursivas. (39)

(39) A respeito dessa questão ver FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1987.

CAPÍTULO II

OS "CORONÉ SEM FITA" E OS "MANDADOS POR PRECISÃO"

2. DOS "CORONÉ SEM FITA" AOS "MANDADOS POR PRECISÃO": Ser Bem ou Mal Mandado

As relações de poder quando vistas como "tradicionais" prendem-se apenas à dimensão institucional e ao exercício do poder local. Essa visão parte da idéia de que a sociedade se constitui pela universalidade das vontades e de que o poder se localiza no aparelho de Estado, gerando efeitos centralizadores ligados às instituições. (1)

Assim, a preponderância do enunciado do "coronelismo" para nomear o exercício de poder local dá a entender a perpetuação das relações econômicas e de dominação política, através da idéia de poder como dispositivo que estaria acima das classes sociais tendo como eixo principal a institucionalização e ação do Estado. O Estado, segundo essa visão, seria uma instituição neutra ou autônoma, faria parte das estratégias de defesa dos interesses da "classe dominante" e de apaziguamento dos conflitos sociais.

Esse entendimento criado e reforçado pelo discurso dos autores até agora enfocados está ligado a essa forma de ver o poder como universalizante e funcional. Não tentamos apreendê-lo em suas instâncias relacionais e histórico-culturais, mas, apenas, relacionando-o preferencialmente às mudanças econômicas, terminando por se encontrar, em grande parte com o discurso dos grandes proprietários de terra e até com o discurso dos agricultores. Interessamos nesse item questionar até que ponto os agricultores vêem o poder apenas em suas manifestações institucionais.

Em Raymundo Faoro (2) o coronel aparece como sendo o dono do poder, adotando estratégias diferentes para reproduzi-lo indefinidamente.

(1) FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder. Vol. I, 4 ed., Porto Alegre, Globo, 1977.

(2) FAORO, Raymundo. Op. Cit.

A imagem do coronel como o dono do poder está presente, também, no discurso dos agricultores, embora de forma contraditória, pois ela não surge como uma imagem pura, mas se forma a partir de elementos que se entrecruzam no seu discurso. Se por um lado eles constroem cotidianamente sua visão de mundo, por outro essa visão é reforçada por elementos advindos da sua relação com o mundo exterior que se entrecruzam com seus elementos culturais próprios. Esses elementos exteriores, por sua vez, tentam instituir uma visão do mundo, visando determinados interesses e utilizando estratégias para consolidá-la em sua defesa de forma universalizante.

"O coronel sem ser habilitado mesmo é aquele homem que é coronel porque o povo chama, porque tem o poder, é rico; aí o povo tem aquela besteira de dizer coronel". (Elízio).

"O coronel aqui na nossa região é esses assim que se acham tão grande que pensam que pode mandar na cidade, na população. Eles se acham tão grandes que acham que podem mandar em todo mundo". (Damião)

"Coronel é esses bichão rico que vive no poder, lá em cima, fazendo o que quer com a pobreza". (Geraldo)

"Coronel, pra mim, é uma pessoa que é mais do que a gente, né?". (Sebastião)

"Nessas cidades pequenas aqui no interior ainda se acha coronel né? mas eles receberam essa patente do pessoal mais velho, né? Mas é falso, é um título só porque são poderosos né? São fortes no sentido de política e dinheiro". (Zequinha)

Nesses discursos, por exemplo, o "coronel" é visto como uma pessoa que possui poder político, pelo fato de ter poder econômico e, como tal, é caracterizado como "alguém que é mais do que a gente", que tem o poder de "fazer tudo que quer com a pobreza", mas que, por outro lado, possui esse título como herança, de forma ilegal.

"Eu acho que esses coronéis sem fita devem ser chamados 'coroné' pois coronel mesmo é uma pessoa lá da polícia, ou do exército, ou da marinha. Esses 'coroné' aí tem um título que eu nem sei quem dava a eles, acho que o povo mesmo era quem dava". (João)

Assim, a patente de coronel surge como irregular mas é institucionalizada porque o "povo permitiu", "deu esse título a eles". Fica claro que para os agricultores o título de coronel hoje já não tem mais legitimidade. Observamos que, apesar desse enunciado ser legitimado nas Ciências Sociais, os agricultores percebem que ele foi criado em outro tempo e o colocam em suspeição. Desse modo a utilização do enunciado do coronelismo é vista, hoje, como um costume e não como uma caracterização das relações de poder. Eles têm uma visão clara de que o "coronel" mudou e que não tem mais sentido chamá-lo de "coronel".

"O coronel antigamente mandava em tudo, era obrigatório o povo votar nele e chamar de coronel mas era uma coisa de lei. Hoje, tudo é moderno, é o poder do dinheiro, vota se quiser, se não quiser, vota em branco. Isso foi batizado por coronel aqui pelo povo porque existia uma consideração, não é?". (Joaquim)

De acordo com esse discurso, é considerado coronel aquele que está na posição de chefe político porque possui o poder do dinheiro e por consideração. Os agricultores vinculam o poder do coronel à questão econômica, mas ao mesmo tempo podem não reduzi-lo a isso. No momento em que enfatizam o "poder do dinheiro", eles se aproximam da visão do poder enquanto apropriação, mas, quando o termo consideração é utilizado, tem-se a idéia de que há um entendimento do poder enquanto relação.

No discurso do sr. Joaquim, por exemplo, percebemos que há uma diferenciação entre a liderança política por consideração e o exercício da política por dinheiro. Essa diferenciação é funda-

mental para o nosso trabalho, o que discutiremos melhor posteriormente.

Portanto, nessa mesma fala podemos perceber um outro mecanismo que faz parte da legitimação do poder local e que deixa claro como essa legitimação ocorre de forma relacional; é a consideração. A consideração é caracterizada como resposta a benefícios recebidos, como uma troca, um dever moral que se edifica pela reciprocidade. Percebemos, então, que o "poder" é uma relação, implica um contra-poder e que as relações de poder não se caracterizam apenas como subordinação de uns e domínio de outros; ela envolve amizade, compadrio, aliança, sedução, etc. (3)

O exercício do poder local no município de Catolé do Rocha, portanto, não significa subordinação pura e simples dos agricultores aos políticos locais, ou aos proprietários com os quais eles se relacionam, pois as chamadas relações de dominação podem se configurar também como estratégias de sobrevivência, como resistência por parte dos agricultores:

"Quando a gente abaixa a cabeça pra o patrão, ou para um político a gente sabe que tá abaixando a cabeça e que tá fazendo isso porque tá sendo obrigado, de alguma forma, a agir dessa maneira pois, não abaixando pode sofrer mais (...) A gente às vezes sofre muito num trabalho mas tem medo de sair dele porque tá assim de gente precisando daquele lugar, então a gente se sente mandado pela precisão".
(José)

Essa fala nos permite afirmar a existência de estratégias e interesses dos agricultores que precisam ser melhor detalhados e não devem ser considerados apenas a partir do que é dizível das

(3) Conferir FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*, 8 ed., Rio de Janeiro, Graal, 1989, p.186.

relações de poder, ou da identidade de "dominado" construída pelo "dominador", sem considerar as significações cotidianas, e o que é visível e dizível⁽⁴⁾ por parte dos agricultores.

Nas, a necessidade de sobrevivência dos agricultores e a falta de condições de vida - que os levam a legitimar a idéia de dominação - quando encaradas como uma realidade dada reforçam a visão de que as mudanças que poderão ocorrer nas situações por eles enfrentadas são vistas, também, como responsabilidade de outras instâncias como o governo, os proprietários e a justiça.

Em seu sentido amplo a palavra governo, por exemplo, tem sido usada para designar o poder do Estado e a pessoa que o exerce configurando-se como um lugar distante onde se exerce o poder e/ou como a pessoa que exerce o poder. Assim, o governo significa instância máxima de poder, e, como tal, tem a responsabilidade de assegurar a ordem social.⁽⁵⁾

"O governo era pra acudir toda precisão do povo, ajudar os mais pobres, porque os pobres estão sem vez em tudo. Se o governo financiasse para o agricultor, tivesse o custeio agrícola, tivesse meios pra gente cultivar a terra com juros baratos, tivesse uma assistência, a gente tinha outra vida". (Paulo)

Notamos que se para os cientistas sociais⁽⁶⁾ o Estado é visto como principal instância do poder, para os agricultores é a palavra governo que designa o poder do Estado. Assim, o governo é considerado a instância capaz de resolver os problemas dos agricultores, aquele que tem condição de mudar a vida do agricultor

(4) Trata-se de recuperar a trama discursiva através do que é dito, mas não só, recuperar também as condições que permitem que algo seja dito. Em Foucault, "os locais de visibilidade não terão jamais o mesmo ritmo, a mesma história, a mesma forma que os campos de enunciados, e o primado do enunciado só será válido por isso, pelo fato de se exercer sobre alguma coisa irreductível". In: DELEUZE, Gilles. Foucault. 2 ed., São Paulo, Brasiliense, 1991. p.59.

(5) Conferir CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. A Política dos Outros. São Paulo, Brasiliense, 1984.

(6) Conforme BURSZTIN, Marcel: "O estado assegurava aos coronéis a manutenção de seu status econômico através da concessão de subsídios indiretos", In: Os Poder dos Donos, 2 ed., Petrópolis, Vozes, 1985, p.32.

através de uma política direcionada à agricultura que dê condições a todos. Mas nem sempre o governo é encarado como um poder centralizado, ilimitado:

"A gente vai desestimulando porque tem a idéia mas não pode fazer porque não tem estrutura. Mas, o rico, que tem, consegue financiamento com o governo porque ele é rico. Oferecem mais vantagem a ele". (Pedro)

Nesse sentido, o governo se relaciona a um jogo de forças ajudando a compor o quadro das desigualdades sociais através de sua aliança com "os ricos" favorecendo-os e esquecendo de ajudar aos pobres.

"Os pobres não tem semente, não tem nada favorecido pelo governo, a gente devia ter mais direito, devia ter muito mais terra pra trabalhar e o governo devia ajudar a gente que nós não tem condições". (Joaquim)

O governo aparece também como poder personalizado. Nesse caso há, como na bibliografia trabalhada, uma percepção de que o poder tem dono e é a pessoa que ocupa a posição de governo que tem o poder de se posicionar como uma força neutra ou de defender os interesses de alguns acentuando a desigualdade social. É dele que se espera a solução dos problemas do agricultor e é a ele que se atribui obrigações determinadas juridicamente.

Quanto à posição dos agricultores frente aos proprietários, é evidente em seus discursos uma caracterização simultânea de confronto e aliança, de maneira ambígua.

"Hoje em dia os proprietários não querem mais dar a terra para os agricultores plantar, muitos dão mas não se vê resultado pois, muitas vezes, antes do pobre tirar o produto das terras, eles já jogam o gado dentro. O que a gente vê é isso". (Joaquim)

"A gente trabalha pra esses patrão aí e os dias de serviço que eles pagam pra

gente é pouco demais. Hoje em dia o patrão não dá mais vez ao morador não; por isso a agricultura tá tão desacreditada". (Alcides)

"Agora 90% das casas no sítio estão fechadas, não tem moradores. O patrão diz que é melhor criar gado do que ter morador, que o morador não dá lucro, só dá prejuízo". (Zulmira)

"A gente não tem mais ajuda de ninguém, principalmente agora depois que acabou o algodão, porque no tempo que se plantava algodão o banco fornecia crédito pra os patrões, mas hoje, o financiamento é muito alto, eles não pegam esses empréstimos e o agricultor fica aí jogado, pra fazer por conta própria sem ter a mínima condição porque o patrão se torna também sem condição de ajudar". (João)

Existe uma nítida percepção de que houve uma mudança nas relações: "hoje em dia", "agora", "principalmente agora", são termos que demonstram uma percepção de descontinuidade, um corte entre passado e presente.

Com a mudança da produção agrícola na região sertaneja e a expansão da pecuária extensiva, houve mudanças nas relações de trabalho e o assalariamento passou a substituir as relações anteriores, baseadas na moradia.

Segundo Roberto P. Novaes⁽⁷⁾, com a crise provocada pela restrição de mercado para o algodão nordestino na década de 80, a saída encontrada é a pecuária, e

"a expansão da pecuária no sertão traz mudanças na organização do sistema produtivo e não é sem consequência para a organização do trabalho e relações sociais entre trabalhadores e patrões (...) A medida que se expande a criação de gado, torna-se desnecessário um grande contingente de trabalhadores".⁽⁸⁾

(7) NOVAES, José Roberto P. Cooperativismo, Acumulação e Mudança Social. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1981.

(8) NOVAES, José Roberto P. Op. Cit. pp.60-61.

Assim, a medida em que há uma expansão da pecuária acaba a moradia. Ora, a moradia era uma relação de poder que implicava para os agricultores a "sujeição" do "morador" em relação ao dono da terra, com obrigações e deveres que até extrapolavam a âmbito das relações de trabalho (como veremos posteriormente). Daí, então, acabando a moradia a relação muda entre os proprietários e os agricultores e, também entre os proprietários e o Estado.

Se por um lado as mudanças são colocadas pelos agricultores dando a idéia de que as mudanças no processo produtivo partem da vontade dos proprietários de terra, por outro, se reconhece que eles não ajudam porque não têm condições de ajudar. Se por um lado a desorganização da agricultura e o rompimento do pacto anterior - no qual o proprietário arcava com todas as despesas do processo produtivo e até com a alimentação e saúde de seus trabalhadores e de seus familiares⁽⁹⁾ - levam a cobrança por parte dos agricultores de uma relação diferente, por outro, eles legitimam esta situação pela impossibilidade dos proprietários de ajudar, "porque o governo não ajuda", porque "o governo mudou". Colocando, desse modo, a culpa no governo eles reafirmam a sua relação de exterioridade com o poder.

Ao mesmo tempo que os agricultores reconhecem a existência da divisão social e do confronto, eles evitam o enfrentamento direto pela própria consciência da fragilidade do lugar que ocupam na relação. Entendem, assim como a produção sociológica, que existem pessoas que se configuram como donos do poder, ou seja, que o poder não passa por eles, é algo externo a eles, mas, ao mesmo tempo, se colocam como pessoas que têm direitos e portanto, são partes constitutivas do poder. Ao perceberem que têm que ser atendidos pelo governo, eles relativizam também a própria

(9) Conferir LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*, 4 ed., São Paulo, Alfa-Omega, 1978.

idéia do governo como uma força neutra e a idéia de que o poder está fora deles.

Com vemos, a construção do discurso do agricultor de Catolé do Rocha é contraditória e ambígua e o confronto social presente no seu cotidiano é explicitado segundo eles até pela justiça:

"Os direitos do agricultor são muito esquecidos porque ele vive passando fome, trabalhando e passando fome, os poderosos abafam todo o direito que o trabalhador tem e ele não pode nem se dirigir à Justiça, que esta só vê o patrão". (Elízio)

"A Justiça só torce mais pelos patrões, sempre quem tem vez é o proprietário, o trabalhador é muito difícil ganhar uma questão, fica aquela confusão e sempre quem ganha é o patrão". (Elízio)

"Sempre quem ganha é o patrão porque ele vai lá por trás dá um trocadinho ao pessoal advogado, às vezes pega o fiscal do município dá uma ajudinha, faz um acordo e acaba ganhando; é difícil o agricultor receber um pouquinho, porque a Justiça só fica do lado do mais forte". (Lindalva)

Como percebemos, a justiça é vista por eles também de forma ambígua porque é legitimada como instância superior na resolução dos conflitos e, ao mesmo tempo, é considerada ilegítima por não se colocar numa posição de "neutralidade", tomando partido pelo proprietário. E, apesar das críticas, essa posição é assimilada, e eles se sentem desestimulados a reagir à "dominação".

Um dos fatores colocados pelos agricultores para afirmar a fragilidade da sua posição nas relações de poder é o fenômeno da seca. A seca, porém, têm sido utilizada como estratégia de poder pelos proprietários, na medida em que estabelece uma nova explicação da realidade, veiculando a imagem do sertanejo como homem "naturalmente" dócil e trabalhador, marginalizado em consequência da seca e a partir dela e passível de criminalidades.

"O discurso oligárquico, portanto, mitifica o sertanejo e o nortista, transfor-

mando-o num estereótipo de todos os comportamentos sociais considerados positivos, atribui todos os conflitos e descontentamentos sociais às inclinações perversas de alguns indivíduos e à seca e procura chamar a atenção para o momento de descontrolo social que esta significava. Reivindica do Estado providências para que o controle social seja mantido e elabore estratégias que permitam o controle social dos homens pobres nesta quadra de excepcionalidade."(10)

Assim, a seca aparece como um dos mecanismos de reprodução do coronelismo e/ou das relações "tradicionais", a medida que se passa a cobrar do Estado o fornecimento de trabalho para os homens pobres da região, o que em última instância solucionaria o problema de mão-de-obra enfrentado pelos grandes proprietários e forçaria o Estado a viabilizar-lhes um auxílio direto.

"O discurso da seca, elaborado no final do século passado, consegue carrear para o 'Nordeste' investimento por parte do Estado, notadamente no período das secas, que irão beneficiar as terras dos grandes proprietários (...) Além de atingir objetivos de cunho econômico, o discurso da seca serve como pano de fundo ideológico para o estabelecimento de uma nova hegemonia na 'região', a medida que cria uma nova coesão social, ou uma nova imagem do grupo dominante para os dominados, mascara as verdadeiras intenções destes dominantes" (11)

Dessa forma, os benefícios como os açudes que são construídos nas terras dos grandes proprietários, por exemplo, são utilizados para "auxiliar" os agricultores nas suas necessidades, durante a seca, caracterizando-se como prestação de favores por parte daqueles, que tentam assumir a posição de intermediários entre o governo e o povo.

(10) ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Falas de Astúcia e de Angústia: A Seca no Imaginário Nordestino. Campinas, Unicamp, Dissertação de Mestrado em História, 1988. p.355.

(11) ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Op. Cit. p.76.

A seca, elemento constitutivo do espaço do camponês como elemento "natural" constante e ameaçador, pelo fato de desorganizar a natureza, é vista como eterna, e diante dela o homem se vê como ser impotente. Essa visão é de certa forma internalizada pelos agricultores que para solucionar o problema da seca esperam

"Pela parte social que o Prefeito faça alguma coisa, os políticos, né? E pela parte humana, que Deus mande como a gente possa merecer". (Elízio)

Notamos então que os agricultores fazem uma divisão entre o social e o natural. O natural pertence a Deus e o social ao governo e aos proprietários. Essa visão presente no discurso dos agricultores se contrapõe às interpretações consagradas na academia que afirmam ser o agricultor incapaz de fazer essa divisão entre o natural e o social. (12)

Devido às táticas utilizadas pelos políticos locais e à presença direta do Estado com projetos e medidas paliativas que em última instância servem de reforço ao discurso dominante sobre a seca e ao fortalecimento do poder dos grandes proprietários locais, os agricultores buscam nos políticos locais o acesso a parte do que é destinado a eles, mas colocado nas mãos daqueles através dos programas de "frentes de emergência". E como eles interferem na escolha das pessoas que vão trabalhar nessas frentes, torna-se necessária uma aliança por parte dos "interessados", os quais quando inseridos nos programas se sentem gratos a estes políticos como se tivessem recebendo uma ajuda direta por parte deles. Mas ao mesmo tempo que eles se sentem gratos eles entendem que a assistência no momento da seca é uma obrigação do

(12) Conforme QUEIROZ, Maria Isaura P. de. O Camponato Brasileiro. Petrópolis, Vozes, 1973.

do governo, que é um direito que eles possuem colocam-se também como sujeitos reivindicantes, como sujeitos do mundo da política de onde, à primeira vista, estariam excluídos.

A visão da seca como simples fenômeno natural, como "um momento de purificação da alma e expiação dos pecados sob o padecimento da carne" (13), é legitimada pelos agricultores à medida que Deus aparece como o criador da seca e o único que poderia mudar o curso das coisas. E é nesse sentido que, ao enunciado da seca, é atribuído, por exemplo, a própria mudança nas relações de trabalho as quais não são apreendidas de forma clara:

"Hoje não está boa a marcha do tempo porque o inverno sempre deixa o pessoal na contra-mão. Esse ano mesmo foi muito difícil porque uma seca dessas! A gente perde tudo que a gente faz né?" (Joaquim)

"Deus querendo ajudar, manda o inverno e a gente planta e colhe. Só ele é quem pode nos ajudar." (Fátima)

Essa aliança do agricultor com Deus - a única força que lhe resta - aparece claramente no discurso formulado na literatura de Cordel, no qual são incorporados valores do poeta e é constituída uma denúncia da destruição do mundo tradicional, dando margem a uma idealização desse mundo. (14)

"Este mundo é uma fonte
riqueza da divindade
o homem na terra é tudo
de Deus fazendo a vontade
tanto rico como pobre
a virtude só lhe cobre
se fizer a caridade

No sertão é como se sabe
quando a seca está tremenda
a fome de frente erguida

(13) ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Op. Cit. p.76.

(14) Conferir PASTA JR., José Antônio. Cordel, Intelectuais e o Divino Espírito Santo. In: BOSI, Alfredo (org.). Cultura Brasileira. São Paulo, Ática, 1987. p.58-74.

com a vida faz contenda
parece que a Natureza
já faz assim de encomenda." (15)

"Tudo é castigo que Deus
manda pra o pessoal
que vive de farras e ditos
e festas de carnaval
e sem se lembrar que tem
um poder celestial

Fois já está chegando o tempo
do povo sofrer na terra
castigos e mais castigos
pra ensinar a quem erra
com doenças perigosas
seca, fome, peste e guerra." (16)

Evidencia-se nesse discurso uma percepção da mudança nos valores sociais e um repúdio a essas transformações em curso, pois a seca é, nesse entendimento, criada por Deus para punir os pecados e a rebeldia, e o pecado, por sua vez, é a transgressão dos valores "tradicionais".

Portanto, o discurso veiculado a partir da temática da seca é construído a fim de legitimar as diferenças sociais e fortalecer o exercício efetivo do poder por parte dos políticos locais. Institui-se, assim, um saber, através do qual toda a desorganização da natureza e todos os problemas sociais que são fruto de implicações surgidas social, cultural e politicamente aparecem como sendo causados pela seca e não por fatores como o fim da parceria, da morada, a crise na produção algodoeira, etc.

Mas, quando o agricultor enfrenta a "seca" e a fome, ele se desespera, começa a perceber as diferenças sociais e acaba se rebelando diante da injustiça de sua situação.

Uma das formas de se rebelar nesses momentos de crise é a invasão e os saques nas cidades;

(15) CESÁRIO. "O Clarim da Miséria Puxando a Marcha da Fome". Folheto de Cordel. s/d.

(16) CESÁRIO. Op. Cit. s/d.

"Quando o trabalhador rural vem pra cidade é porque não tem outra saída a solução é atacar mesmo. O agricultor quando vem à cidade é porque ele só tem água em casa mesmo." (Marcelino)

"Eles falam aí com o Prefeito e quando o Prefeito não resolve eles invadem e procuram aqueles depósitos que é do governo, quando existia a COBAL." (Elízio)

Notadamente, a primeira atitude dos agricultores é a de pressionar as autoridades. Essa é uma instância obrigatória. Mas, quando ela não corresponde àquilo que eles acham que são seus direitos, ou seja, não resolve o problema, eles partem para a reação, considerando justo que se realize o saque.

"Quando a gente vai para o comércio e tenta o saque a gente só tem como arma um saco vazio e a família em casa passando fome, mas a gente não entra no saque sozinho, o pessoal da rua que são muitos que também passam fome na periferia também se juntam e saqueiam. Aí logo chega a polícia e é aquele corre corre (...) Quando a gente chega faz o saque duas, três vezes aí aparece um trabalho de emergência pra ver se a gente foge da cidade." (Júlio)

"No saque aqueles que chegam primeiro, que tem oportunidade porque não tem ninguém medindo, não tem ninguém pesando, aí quem puder levar um saco e quem não puder levar nada não leva nada. Aí uns levam demais e outros não levam nada (...) pra mim o saque não resolve porque não dá pra chegar a conclusão de todo mundo tirar um tanto." (Elízio)

"O trabalhador mesmo, o agricultor sai quase sem nada do saque né? Agora os aproveitadores da cidade, esses saem com mais coisas. São mais espertos, eles pegam até de carro e saem, mas o agricultor mesmo com três dias não tem mais nada e tem que voltar pra ver se consegue alguma coisa." (Zequinha)

Como vemos, nos momentos de seca também explodem os conflitos sociais no sertão. Os agricultores se rebelam, invadem a cidade a procura de solução e quando não vêem outra saída, sa-

queiam tudo o que podem. Mas as pessoas da cidade também entram no saque, e, de certa forma, percebemos que os agricultores colocam essas pessoas como "proveitadores", se diferenciando delas por serem mais espertas, chegarem na frente e terem mais condições. De qualquer forma, quando ocorrem os saques é que aparecem as medidas paliativas como os trabalhos nas frentes de emergência e a distribuição de alimentos por parte de políticos locais.

"O Prefeito quando vê que não pode resolver a situação, pede socorro ao Estado ou ao poder federal e o governo acaba soltando por aí uma esmola que nem chega pra todo mundo né?" (Dimas)

"Só aparecem essas esmolas aí, os políticos não tem nenhum compromisso de resolver o problema da seca, porque se tivesse irrigação e uma política agrícola destinada ao agricultor..." (Adauto)

"A seca não é só castigo de Deus não, é castigo dos maus políticos que não se interessam em resolver o problema porque querem manter o povo submisso a eles que é pra na época da eleição ter votos baratos." (Zequinha)

Essa percepção entra em contradição com as percepções anteriores e demonstra mais uma vez a ambiguidade presente no discurso dos agricultores e um afastamento da visão de poder dominante, a medida que o saque

"motivado pela necessidade busca apropriar 'coisas' ou 'bens' que pertencem à multidão, no sentido de que é em função das carências da população pobre que esses bens existem ou são acumulados. O que se busca, portanto, é a reafirmação de um modo de relacionamento entre os pobres e a produção de riqueza, ou seja, um conceito de convivência numa sociedade desigual."(17)

(17) NEVES, Frederico de Castro. "A Multidão no Nordeste". In: XIMENES, Tereza, (org.), Novos Paradigmas e Realidade Brasileira. Belém, UFPA/NAEA, 1993. p.330.

Assim, o saque se configura como uma possibilidade de ação autônoma que extrapola as formas permitidas de "fazer política". Possibilita o questionamento da percepção da miséria como algo "natural" e cobra um posicionamento, ainda que imediato das "autoridades políticas". Portanto, o saque é uma manifestação de poder dos camponeses que é por eles legitimada pelo estado de fome e pela própria seca que altera os valores e dá ao saque um novo significado. O roubo, na moral tradicional do sertão, é uma coisa mais séria do que matar, mas em virtude da seca e da fome, o "saquear" adquire um novo valor, não é considerado roubo.

Evidentemente, todo o discurso construído pela bibliografia para consolidar o enunciado do coronelismo, colocando o "camponês" como agente passivo do poder, é relativizado pelos agricultores. A idéia da seca como um fenômeno universal e natural, é defendida pelas "oligarquias", que apontam para soluções assistencialistas a serem viabilizadas pelo Estado, objetivando controlar socialmente o agricultor e exteriorizar dele as relações de poder. Mas para os agricultores essa idéia de seca é também colocada em suspeição, como vimos através dos seus discursos, embora de forma contraditória. Pois, as formas institucionalmente permitidas de fazer política podem ser extrapoladas a qualquer momento e os significados e valores sociais podem ser redefinidos historicamente e culturalmente.

Exemplo disso é a realização dos saques e a própria visão do agricultor com relação à justiça. Eles percebem que a justiça deveria ser uma instância superior na solução dos conflitos, mas, concretamente, ela se posiciona tomando partido pelos proprietários. Por isso, contraditoriamente, sentem-se desestimulados a reagir, e, ao mesmo tempo percebem que têm "direitos" e que deveriam lutar pelos seus direitos.

Enfim, de forma ambígua os agricultores possuem uma visão

institucional do poder e percebem também outras dimensões do poder. Tais outras dimensões demonstram uma visão relacional, e, mesmo não sendo nomeadas como poder, encontram-se presentes em suas formulações.

Portanto, investigarmos as relações de poder como prática social instituída historicamente logo nos remete ao exercício do poder como algo molecular. Verificamos nas relações de poder mecanismos infinitesimais que estão relacionados com determinados saberes, e, que há uma implicação mútua entre poder e saber numa relação contínua de articulação⁽¹⁸⁾. Logo é necessário verificarmos, também, as significações e os valores cotidianos dos agricultores.

Vimos que no discurso formulado nas Ciências Sociais sobre o poder local, é tomada como base a dominação (Coronel X Camponês) e a instituição do poder apenas como apropriação de algumas pessoas. A bibliografia⁽¹⁹⁾ que investigamos não leva em conta a participação ativa do "saber camponês" na produção e reprodução das relações de poder. As "relações de poder" aparecem sempre como imposição de um mando e de uma visão que vem de fora e é assimilada passivamente pelos "camponeses".

Percebemos que os agricultores também vêem o poder apenas no seu nível institucional, como algo externo a eles. Tentaremos investigar agora no discurso dos agricultores de Catolé do Rocha até que ponto eles são apenas reprodutores de um saber e de um poder que lhes são impostos. Até que ponto eles se vêem como partícipes das relações de poder. Enfim, como eles se vêem nas relações de poder. Como agentes ativos ou passivos? Até que ponto eles também são produtores de saber e de poder?

(18) Conferir FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1987.

(19) Sobre esta questão remeter-se a: QUEIROZ, Maria Isaura P. de. *O Coronelismo numa Interpretação Sociológica*. Difel, 1977; SÁ, Maria Auxiliadora F. de. *Dos Velhos aos Novos Coronéis*. Recife, PIMES, 1974; LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. Alfa-Omega, 1978 e FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. Vol. I e II, Globo, 1977 e 1979.

Através do discurso dos agricultores podemos perceber que o saber e o poder aparecem de várias formas e uma dessas formas - que nos interessa nesse momento - é o entendimento do poder e a sua relação com o saber.

"Ter poder é ter aquela condição de ser governador, ser prefeito, ser deputado (...). O poder é sempre assim através da política não é?" (João)

Esse entendimento confirma a idéia do poder como uma coisa funcionalista. É a ocupação de um cargo político que indica o poder, são os políticos que têm, pela sua posição, o poder em suas mãos.

"Ter poder é quem é rico, tem muito dinheiro, é entrar em todo canto, andar de avião, esses marajá é que são os poderosos, têm o poder de mandar em tudo, é um poder que eles têm." (Zequinha)

O poder surge, nesse caso, diretamente ligado ao aspecto econômico. Tem poder quem tem poder aquisitivo, estes são "quem mandam em tudo".

Não há nessas duas formulações uma percepção do poder como uma relação, mas como uma força política e econômica que é propriedade de determinados setores da sociedade.

Essa percepção, contudo, é fruto da internalização do próprio saber que sustenta e é produzido por essas relações "desiguais" e "hierárquicas do poder".

O que os agricultores vivenciam em seu cotidiano está intimamente ligado a essa visão. Tenta-se passar a idéia de que tudo pode quem tudo tem, ou seja, a realidade surge, como já dada. O agricultor apreende durante todo o tempo a idéia de "subordinação" e de "passividade", mediada pela instituição de uma verdade que se pauta num saber determinado e se torna dominante.

Essa verdade é apreendida pela vivência de relações sociais desiguais. Nessas relações as pessoas ocupam lugares

diferenciados os quais aparecem como "destino", e, embora apontem para as desigualdades e oposições, para a existência da exploração e da injustiça, se justificam pelo próprio fato de uns deterem um saber que se pretende superior aos outros.

"É, o agricultor sempre é mandado né? Sempre ele vive numa situação meio difícil, quando a gente é bem mandado agradece muito bem mas, quando é mal mandado ninguém acha bom né?" (Expedito)

Há nessa afirmativa uma diferenciação interna do "mando" através da polarização entre o "bem" e o "mal", o que demonstra que, apesar do fato de ser mandado apareça como uma coisa natural existe um mando legítimo e um mando ilegítimo.

"Se a gente planta uma roça e não trata, o patrão tem que obrigar a gente a tratar, mas ele deve tratar bem o agricultor pra poder ter direito também de alguma coisa resolver mais fácil, né?" (Expedito)

Existe por parte do patrão uma obrigação de mandar, mas é cobrado dele um bom tratamento para com o agricultor a fim de que haja um bom relacionamento entre ambos.

"O rico trata mal o agricultor mas ele não pode fazer nada porque a maioria é pobre, tem que adquirir um rancho pra viver debaixo, não é assim?" (Pedro)

Mais uma vez é colocada a questão da injustiça e do maltrato sofrido pelo agricultor e reafirmada a percepção de que eles se submetem por uma questão de sobrevivência.

"Eu acho que se tivesse um tratamento diferente por parte, primeiro do governo, segundo dos proprietários, a nossa situação melhorava." (Paulo)

Percebemos a reivindicação de um tratamento diferente e o governo é colocado em primeiro plano porque é entendido como

aquele poder que "manda" nos proprietários e pode exigir uma mudança de tratamento.

Portanto, a justificativa da subordinação por parte dos agricultores parte exatamente da oposição entre "patrão" e "empregado", entre "rico" e "pobre". Essa oposição é percebida por eles nas suas relações cotidianas como uma oposição já dada, que o coloca como dependente do governo e dos proprietários. Enquanto o governo aparece como uma força tutelar de quem eles cobram, em última instância, a solução para os seus problemas.

"Eu já tive mais amor pela agricultura e ainda tenho amor mas fui perdendo mais por conta do tratamento que a gente recebe, não tem um financiamento para o pequeno, só quem consegue é o rico, porque ele é rico eles oferecem mais vantagem a ele." (Pedro)

"A agricultura não dá progresso, não dá nada, o governo não garante, não dá o crédito, se a gente trabalha com um patrão, ele recebe lá, tira o dinheiro, a gente não recebe nada e se perder a roça, paga mais o que deve a ele." (José)

"Hoje, se tiver empréstimo é com juro tão alto que ninguém tá podendo fazer, aí os patrões se tornam sem condição de ajudar e a vida do agricultor vai ficando cada vez mais difícil." (João)

Observamos um jogo de forças no qual o governo se insere fortalecendo as oposições sociais e a idéia de pobreza se vincula às relações de dependência. Mas o agricultor aponta que há um processo crescente de subordinação dos proprietários rurais ao governo e que eles caminham para ser impotentes tanto quanto os agricultores. Verificamos então, uma percepção indireta das mudanças ocorridas nas relações capitalistas.

De qualquer forma, as estratégias de dominação desenvolvidas pelos que se encontram de forma efetiva no exercício do poder, em aliança com os que possuem maior poder aquisitivo na hierarquia social, objetivam criar todo um complexo de relações através das

quais a classe dominante garante a "subordinação" da "classe trabalhadora". Nesse caso a primeira assume o papel de sujeito, e a segunda o papel de objeto.

Já a reprodução dessa idéia de subordinação social é facilitada, no nosso caso específico, pelos próprios agricultores, que assimilando essa visão de mundo, se constituem, em certos aspectos, como agentes da sua própria dominação.

Neste sentido, Sidney Chalhoub⁽²⁰⁾ afirma que

"Não basta perceber uma relação de dominação a partir dos mecanismos de controle social elaborados pela classe dominante no sentido de reproduzir certo tipo de relações sociais que a beneficia. É necessário pensar também nos elementos da ideologia popular que facilitam essas relações sociais".⁽²¹⁾

Portanto, podemos afirmar que os agricultores percebem o poder de forma ambígua. Internalizam a idéia de passividade e dominação e do poder como algo exterior que passa por eles e não é produzido através das relações de que eles participam. Nesse caso seu entendimento se aproxima, por exemplo, do entendimento de Maria Isaura P. de Queiroz⁽²²⁾; de que eles são subordinados economicamente, socialmente e politicamente, e de que o coronelismo existe de fato reforçando práticas de dominação. Por outro lado, eles percebem que o poder também passa por eles, que possuem direitos e que sua posição social é injusta. Nesse sentido, opõem-se aos valores dominantes, relativizando e colocando em suspeição a própria legitimação do enunciado do coronelismo enquanto "poder local".

Cabe-nos investigar, então, através de que elementos estas relações se tornam ou não conflituosas. Será que os agricultores utilizam táticas de resistência frente à "dominação"?

(20) CHALHOUB, Sidney. Trabalho, Lar e Rotequim. Rio de Janeiro, Brasiliense, 1986.

(21) CHALHOUB, Sidney. Op. Cit. p.102.

(22) QUEIROZ, Maria Isaura P. de. O Coronelismo numa Interpretação Sociológica. In: FAUSTO, Bóris. História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, Livro I, São Paulo, Difel, 1977. pp.30.

CAPÍTULO III

IDENTIDADE, COTIDIANO E PODER: A POSIÇÃO DOS AGRICULTORES

"...Sou a verdade que não sei falar
e os segredos que ninguém quer ouvir
o que sou ninguém aceita
sigo pelo caminho
que ainda não teve conquista;
O que busco talvez não encontre
nem sei se existe...
Mas falta algo que não conheço
um chão maior
um céu mais perto
ou um sonho eterno...
Não quero mais do que se pode ter
que apenas sentir que tenho..."

(Poeta anônimo)

3. IDENTIDADE, COTIDIANO E PODER: A POSIÇÃO DOS AGRICULTORES

Tentamos investigar através dos discursos dos agricultores de Catolé do Rocha se as relações de poder são vistas, ou não, enquanto relações "tradicionais", como também verificamos que "saber e poder" se implicam mutuamente numa relação contínua de articulação. Verificamos, ainda, que, no campo complexo dessa correlação de forças, as relações de poder se instituem consolidando um saber dominante que coloca o agricultor como sujeito passivo e o desqualifica, com sua permissão, enquanto "o outro do poder".

Pretendemos investigar, neste capítulo, como os agricultores, através de suas formulações discursivas, se vêem no interior dessas relações. Como eles as vivenciam cotidianamente e até que ponto eles se colocam enquanto este "outro do poder", desenvolvendo estratégias e resistências frente às relações de poder por eles vivenciadas. E, finalmente, como, eles próprios ora as legitimam e ora as criticam.

Ao se tratar o poder como institucional, reduz-se o momento de resistência ao poder, o momento de luta contra o poder, a momentos e locais particulares, sempre institucionalizados, sem considerar a ligação do "nível institucional" com outros espaços ou momentos de funcionamento do poder.

Isso nos remete a outros níveis microscópicos de exercício do poder não considerados pela bibliografia sobre o coronelismo, como a própria idéia que o agricultor tem de si próprio, da sua relação com a terra, e do lugar que ele ocupa socialmente. Pois, entendemos que a partir desses elementos ele vai se posicionando politicamente. Além disso, devemos considerar a sua sociabilidade, a sua vida cotidiana e a sua relação com a família como lugares e momentos de exercício do poder. Uma vez que a partir desses elementos eles podem fundar sua percepção e seus valores, enfrentar a sua

situação de desvantagem em relação aos grandes proprietários e conseguir forças para conquistar os seus direitos. Por fim, um elemento igualmente importante é a sua religiosidade como uma das formas de leitura do poder.

3.1. "Nós Somos Mesmo é Sofredor"

Ao considerarmos as relações de poder como relações sócio-culturais que se constituem historicamente, e não apenas como dominação de uns sobre os outros, a primeira questão que se nos impõe é que numa relação existem dois agentes. Se, as relações de poder são sempre pensadas na literatura como tendo os grandes proprietários e/ou os políticos locais como um dos termos dessas relações⁽¹⁾, a questão agora é a de saber qual é o lugar dos nossos informantes no interior destas. Como eles se pensam a partir da sua vivência, como percebem o lugar que ocupam na sociedade e em que momentos eles se vêem, ou não, como agentes do poder.

Vimos que o discurso dos agricultores é ambíguo o que atribuímos à sua própria vida cotidiana, ao entrelaçamento de elementos que são incorporados ao seu mundo e à idéia de "dominação" presente no seu dia-a-dia. Tratamos até agora de como o saber dominante age na formulação da "visão de mundo" dos agricultores e como eles constroem sua visão de poder, legitimando ou não esse saber dominante.

Mas, é perceptível, também, uma auto-identificação dos agricultores e uma tomada de posição no interior das relações de poder por eles vividas. Se por um lado eles percebem que os proprietários têm uma caracterização a seu respeito partindo de um interesse próprio, por outro, eles também se auto-identificam.

(1) Conferir QUEIROZ, Maria I. P. de. O Coronelismo numa Interpretação Sociológica. In: FAUSTO, Bóris. História da Civilização Brasileira. Livro I, Tomo III, São Paulo, Difel, 1977. pp.115-190.

Pensando na caracterização do agricultor, por exemplo, encontramos na sua formulação discursiva idéias tais como:

"Nem sei como a gente deve ser chamado, o pessoal sempre trata como trabalhador, né? Mas se eu sou agricultor, trabalho na agricultura, então deveria ser chamado de agricultor, né?" (Dimas)

"A gente é agricultor mas já sabe como a gente é chamado: se chamam morador, chamam "a dor", nós somos mesmo é sofredor." (José)

"Uns chamam trabalhador rural, os poderosos chamam, numa época dessas, quando vai chegando uma seca dessa, aí eles chamam os miseráveis, os fomentos, mas a gente devia ser chamado mesmo de agricultor, pois a gente trabalha na agricultura? Ou como pessoas humanas, pois somos humanos!" (Almeida)

Nesses depoimentos percebemos que há uma multiplicidade na forma deles se chamarem mas eles se identificam basicamente a partir de duas relações: a relação com a terra e a relação com os patrões e grandes proprietários. É agricultor para eles quem trabalha na agricultura, quer seja morador, parceiro, "trabalhador alugado" ou pequenos proprietários que utilizam, sobretudo, o trabalho familiar durante o processo produtivo. Todos se caracterizam em oposição aos grandes proprietários, chamados de "patrão" por possuírem muita terra, com moradores e/ou diaristas. Portanto, quem não é "patrão", "proprietário", "poderoso", é "agricultor", "sofredor", "a dor". Notamos que até mesmo para dar um nome a si próprios eles pensam numa relação. Porém, ao se denominarem de "sofredor" eles incorporam significados "dominantes" como a idéia de vítimas do processo social ou de "subordinação" frente à "dominação". Assim, todos os seus significados e percepções estão atravessados por essa relação com o outro.

"Se o cabra é morador, ele se sente mais sujeito porque mora com o patrão e tem

que fazer tudo como ele quer mas, tendo onde morar a gente se sente mais livre, né?" (Paulo)

"A gente se sujeita a morar na rua porque a gente possuindo uma casinha dessa, então não tá sujeito a ninguém, né?" (Dimas)

Desse modo, o agricultor que é morador é associado à "sujeição" pelo fato de sua morada se situar na propriedade do "patrão" e pertencer a este. Enquanto, os que possuem "uma casinha", seja na cidade, seja numa pequena propriedade, possuem uma certa autonomia da unidade doméstica e maior disposição de tempo, sentindo-se com mais "liberdade". Para eles, ser agricultor não significa que a casa esteja situada junto aos terrenos onde eles desenvolvem a agricultura.

Notadamente, pelo menos entre os agricultores do sertão, o termo "camponês", corrente na produção sociológica⁽²⁾, não é usado. Eles se identificam como agricultores e, nesse contexto, o termo não abrange uma situação homogênea; contém diferenciações internas. A própria identidade é constituída não só a partir da relação estritamente econômica com a terra, mas também a partir da forma como esses agricultores são vistos pelos grandes proprietários, ou seja, a partir da inserção deles numa relação de poder. Relação esta que os põe, frente a frente com os grandes proprietários/patrões, percebidos como um grupo diferenciado e com interesses e visões diversas. Portanto, eles se consideram agricultores pelo fato de perceberem a terra como uma propriedade de alguém e de não se entenderem apenas pela sua relação com a terra, mas também a partir da sua relação com os proprietários da terra. A medida que eles se relacionam com a terra eles se relacionam com a

(2) O termo camponês é um termo político que surgiu na área das Ligas Camponesas, no litoral. No sertão ele não é utilizado, pois os agricultores não se identificam apenas partindo de sua relação com a terra mas também, pela sua relação com os proprietários da terra.

natureza e com a relação social que atravessa essa relação, isto é, há uma percepção em relação à terra enquanto mercadoria, enquanto propriedade ou domínio de alguém. Portanto, enquanto território de poder.

Constatando que os agricultores se definem pela sua relação com a terra e com os proprietários, tentaremos investigar se eles se colocam enquanto partícipes do poder, como percebem as mudanças que ocorrem nessas relações e se eles reagem a essas mudanças.

Ao tentar colocar um significado para a terra, os agricultores fundamentam a sua relação com a mesma como uma relação de sobrevivência:

"A terra é muito importante, porque através da terra é que a gente sobrevive, né? Porque se tem alguns que não trabalham na terra, mas tudo que a gente vai se alimentando vem da terra." (Lindalva)

"A terra é nossa mãe, porque se não fosse a terra a gente não vivia, né? Tem que ter a terra pra o homem trabalhar pra sobreviver." (Joaquim)

A terra surge, em seus discursos, como elemento imprescindível na vida do homem. O grande problema da relação homem X terra é colocado, quase que de forma genérica, através da oposição entre a posse e a propriedade da terra.

O município de Catolé do Rocha abrange uma área total de 418 km² e a sua estrutura agrária tem se caracterizado pela presença marcante da grande propriedade rural. Embora com a crescente divisão de terras de herança tenha aumentado o número de pequenas propriedades⁽³⁾, as terras se encontram sobretudo nas mãos de uma pequena parcela da população, a qual detém o controle do processo produtivo e da comercialização. Isso tira do pequeno

(3) Segundo dados do Censo Agropecuário do IBGE (1985), há no município 978 propriedades, das quais 502 com extensão de até 10 ha e 466 acima de 10 ha, sendo 385 até 100 ha, 79 até 1000 ha e 12 acima de 1000 ha.

proprietário as condições de produção e dificulta a sua sobrevivência.

"Eu acho que o agricultor era pra ter condições de sobreviver ao menos para dar de comer aos seus filhos, mas, às vezes, um pobre de um agricultor tem até um pedacinho de terra pra plantar mas não tem condições. Sem contar com a grande maioria que nem a terra possui, tem que ficar procurando sempre um jeito de arrumar terra pra plantar." (Expedito)

Como vemos, o agricultor que tem pouca terra e o que não possui terra - e isso acontece com a maioria deles - tem sempre que estar buscando um meio de acesso à terra. Isso se dá ora através do arrendamento, ora através da prestação de serviços nas terras de um proprietário. Esta prestação de serviços, por sua vez, é remunerada de forma diversa, assumindo relações, também diferenciadas.

"O mais corrente aqui é a parceria, né? Quando o patrão dá a casa, o agricultor tem que botar o roçado, pagar o corte da terra, a semente e o formicida para pulverizar. Os proprietários hoje não querem mais fornecer porque no final, o agricultor não tem condição de pagar a conta devido ao inverno, que, aqui no sertão, é escasso e há muita perda. Do que ele colher ele tem que dá: se for de meia, a metade; se for de terça, a terça parte. Daí, pra ter condição de plantar fica difícil, então o jeito que tem é trabalhar na diária." (Zequinha)

Na visão dos agricultores, a dificuldade maior que eles encontram é a "falta de terra" e de condições para plantar. Há uma percepção da mudança nas relações de trabalho. "A situação tá difícil" porque hoje eles não tem mais fornecimento e precisam trabalhar na diária. O "fornecimento" e demais encargos sociais, que, antes, integravam os contratos de parceria como "obrigações dos proprietários" foram transferidos para os agricultores como forma de socializar os riscos de custos. Nessa "nova" situação, os

agricultores além de terem que pagar pelo uso da terra em produtos, não decidem o destino da produção e precisam arcar também com os custos desta. Isso dificulta as suas vidas e impulsiona-os ao "assalariamento", ainda que temporário. Tende a haver uma expansão das relações mercantis ou tipicamente capitalistas de produção. Pois, o próprio algodão, por exemplo, que era uma produção mercantil, antes possibilitava a presença de relações de produção não tipicamente capitalistas. O que demonstra não existir uma correlação obrigatória entre produção para o mercado e relações tipicamente capitalistas de produção. (4)

"Eu acho que ninguém sabe avaliar a defasagem que houve no poder aquisitivo do agricultor nesses dez, doze anos, principalmente depois que acabou-se o algodão." (José)

"De primeiro era bom demais, eu não sei como houve isso. Naquela época, nós tinha o algodão que ajudava pra tudo né? Hoje, nós temos o quê? o milho e o feijão sem nenhuma garantia." (Elias)

As mudanças no processo produtivo são vistas, também, como mudanças negativas, pois, o algodão, tido como cultura predominante até a primeira metade da década de 80, propiciava, segundo eles, uma agricultura mais estável com um maior nível de capitalização:

"Antigamente era bem melhor, eu me lembro que em 79 a gente produziu 14.000 kg de algodão, deu duas mercedes cheias, seiscentas cuias de feijão e seiscentas e tantas cuias de milho. Naquela época, a gente trabalhava na agricultura e tinha. Hoje, a gente não vive, vai passando pela vida." (Sebastião)

"O nosso problema no sertão era e, ainda é, o algodão; até 84-85 era bom, só que nós não podemos mais produzir devido a praga do bicudo." (Pedro)

(4) Cf. BARREIRA, César. A Parceria e a Questão Política no Campo. In: Revista de Ciências Sociais, Vol. X, Nº 1 e 2, Fortaleza, UFCE, 1979, pp.145-158.

agricultores além de terem que pagar pelo uso da terra em produtos, não decidem o destino da produção e precisam arcar também com os custos desta. Isso dificulta as suas vidas e impulsiona-os ao "assalariamento", ainda que temporário. Tende a haver uma expansão das relações mercantis ou tipicamente capitalistas de produção. Pois, o próprio algodão, por exemplo, que era uma produção mercantil, antes possibilitava a presença de relações de produção não tipicamente capitalistas. O que demonstra não existir uma correlação obrigatória entre produção para o mercado e relações tipicamente capitalistas de produção. (4)

"Eu acho que ninguém sabe avaliar a defasagem que houve no poder aquisitivo do agricultor nesses dez, doze anos, principalmente depois que acabou-se o algodão." (José)

"De primeiro era bom demais, eu não sei como houve isso. Naquela época, nós tinha o algodão que ajudava pra tudo né? Hoje, nós temos o quê? o milho e o feijão sem nenhuma garantia." (Elias)

As mudanças no processo produtivo são vistas, também, como mudanças negativas, pois, o algodão, tido como cultura predominante até a primeira metade da década de 80, propiciava, segundo eles, uma agricultura mais estável com um maior nível de capitalização:

"Antigamente era bem melhor, eu me lembro que em 79 a gente produziu 14.000 kg de algodão, deu duas mercedes cheias, seiscentas cuias de feijão e seiscentas e tantas cuias de milho. Naquela época, a gente trabalhava na agricultura e tinha. Hoje, a gente não vive, vai passando pela vida." (Sebastião)

"O nosso problema no sertão era e, ainda é, o algodão; até 84-85 era bom, só que nós não podemos mais produzir devido a praga do bicudo." (Pedro)

(4) Cf. BARREIRA, César. A Parceria e a Questão Política no Campo. In: Revista de Ciências Sociais, Vol. X, Nº 1 e 2, Fortaleza, UFCE, 1979, pp.145-158.

"Aqui a marcha do tempo tá muito ruim, principalmente depois que deixaram de plantar o algodão porque no tempo que plantava o algodão o patrão fornecia o dinheiro, e tal, o banco também; hoje não, o agricultor fica aí jogado." (João)

Nesse discurso, observamos que as mudanças são apreendidas de forma superficial. O fato é que "as coisas mudaram", mas não se percebem as relações econômico-sociais que estão na base dessa mudança. No que se refere à produtividade, percebemos que contraditoriamente, no sertão paraibano, a medida que as relações de trabalho capitalistas avançaram, foram acompanhadas de uma descapitalização da região com a crise da produção algodoeira. As condições "naturais" também influenciaram para o acréscimo ou decréscimo dessa produção, mas a percepção das mudanças, para os agricultores, só vai se consolidando à medida que eles são atingidos diretamente por tais mudanças.

Isso, porém, não implica que as mudanças ocorridas no processo produtivo e nas relações de trabalho não possibilitem uma visão crítica e/ou um descontentamento com a nova situação.

"A gente vê hoje em dia, no município, as casas quase todas vazias porque trabalha com um patrão mas, as condições hoje são muito difíceis; o que a gente tira da agricultura não dá pra nada, o que dá a gente paga a eles, eles ficam com o bolso cheio e a gente sem nada." (Lindalva)

"O agricultor começa a trabalhar pra o patrão de madrugada, 'enrola' domingos e dias santos e não tem hora extra, não tem férias, não tem 13º salário, não tem nada. Só tem trabalho e o salário de fome, de miséria." (Zequinha)

Parece-nos evidente nesse discurso, a reclamação de que os agricultores não ocupam o lugar que deveriam ocupar na sociedade. A própria situação social do agricultor o coloca em oposição às mudanças que se estabelecem no processo produtivo, o que não é

considerado, por exemplo, por Maria Auxiliadora de Sá.⁽⁵⁾

Assim, eles pensam as relações anteriores como mais positivas, e, de certa forma, tentam resgatá-las, mas percebem que esse resgate é difícil porque eles não têm "direitos".

"Eu acho que o trabalhador devia ter mais direitos, devia ter, por exemplo, tempo de serviço. O agricultor com cinco anos devia ser indenizado, mas o que o patrão faz é jogar pra fora sem direito nenhum. Eu acho que hoje o pobre não tem vez não." (Alcides)

"O agricultor na constituição e na boca dos políticos tem direitos demais mas, quando a gente vai para a realidade é muito difícil da gente encontrar esse direito." (Elízio)

"Os poderosos abafam todo o direito que os agricultores têm, que a gente não sabe nem como se dirigir pra procurar os direitos." (Almeida)

De acordo com esses pensamentos, os agricultores têm direitos que não são respeitados pelos "poderosos", e eles "não sabem nem como se dirigir pra procurar esses direitos", mas entendem que "as coisas podiam ser diferentes". Eles demonstram que no sertão existe ainda uma relação de poder extremamente desigual, na qual um pólo da relação (os "patrões") tem todos os direitos assegurados e o outro pólo (os agricultores) não tem seus direitos respeitados. Constatam, portanto, que não têm cidadania, ou seja, que estão à margem da legalidade, é nesses momentos que a idéia de mudança começa a se fazer presente no discurso dos agricultores, os quais partem para tentativas de mudanças diante da realidade atual.

Como eles percebem claramente que é o acesso à terra que tira e dá poder, as tentativas de mudança, nesse contexto, têm por base

(5) Sobre a percepção do camponês como agente político, conferir Sá, Maria Auxiliadora de. Dos Velhos aos Novos Coronéis. Recife, PIMES, 1974.

o acesso à terra e se configuram como tentativas de assegurar a sobrevivência através da agricultura, e a "liberdade" sem ser preciso "mudar a vida". A posse da terra se configura, então, como o caminho para se livrar da "sujeição".

"O agricultor precisa de terra para trabalhar, semente para plantar e condições para produzir a terra pois, a gente tem a vontade mas não tem a condição." (Paulo)

"O jeito que tem é lutar pela terra porque a gente hoje em dia se não se reunir com o outro pessoal, a gente que somos fracos de vida, somos pobre né? Se a gente ficar toda vida sujeito a patrão, então é aonde tá, não adquire nada na vida." (Damião)

"Porque o investimento que eles fazem é esse aí: botar a polícia em cima do agricultor e expulsar da terra. Para ir pra onde? O que é que o agricultor vai ver na cidade? Viver nas pontas de rua sendo o quê? O que a gente precisa é de terra para trabalhar." (Júlio)

Identificamos pois, mais um momento de contradição no discurso dos agricultores. Por um lado, há uma visão de que sendo pobres, eles são fracos de vida e, por outro, a idéia de lutar juntos pelos "seus interesses", "pelos seus direitos" frente aos proprietários, os quais tentam reforçar seu "poder" fazendo uso do controle das instituições. Ao mesmo tempo em que a visão dominante que associa pobreza à fraqueza é assimilada, a própria situação social os faz perceber a oposição estabelecida socialmente, propiciando uma definição por oposição e também pela semelhança. A idéia do fortalecimento do "poder" dos agricultores surge, então, a partir da idéia de "união" entre eles.

Portanto, a visão que os agricultores têm de si próprios é formulada a partir da sua relação não só com a terra, mas também com os proprietários, e relativiza toda a visão do "camponês" construída sociologicamente.

Embora pela sua relação com os outros segmentos sociais, os agricultores internalizem significados presentes no discurso elaborado pelas "elites políticas" e pelos próprios cientistas sociais, eles demonstram através de seu discurso que possuem valores e significados próprios. Por isso, ora eles se sentem "fracos", ora se sentem "fortes" e entendem que têm poder e que seu poder poderá ser viabilizado através da "união".

Investigando a sociabilidade dos agricultores, sua relação na família e os laços de vizinhança que se geram a partir da sua vivência, tentaremos perceber melhor a sua posição de confronto e aliança nas relações de poder.

3.2. A Sociabilidade, a Família e os Laços de Vizinhança

Michel Foucault⁽⁶⁾ evidenciou a existência de formas de exercício do poder diferentes do Estado, que situando-se ao nível do próprio corpo social - e não acima dele - penetram na vida cotidiana funcionando como uma rede de dispositivos e mecanismos. Partindo desse caráter relacional do poder podemos afirmar que, sendo o poder algo que se exerce e que funciona em cadeia, ele está em toda parte e podemos encontrá-lo a todo momento nas relações cotidianas historicamente construídas. Por isso tentaremos enfatizar agora alguns níveis "microscópicos" do poder que não são considerados quando do entendimento do "poder" como uma coisa global, institucional e passível de apropriação. Tentaremos averiguar, portanto, como se dá o exercício do poder nas relações cotidianas de sociabilidade dos agricultores com a família, com seus vizinhos, verificando até que ponto os agricultores fazem a ligação entre os momentos institucionais e os momentos microscópicos do poder.

(6) FOUCAULT, Michel. *A Microfísica do Poder*, 8 ed., Rio de Janeiro, Graal, 1989.

A idéia de poder com base na oposição social torna possível a perspectiva do poder através da união dos agricultores em contraposição aos proprietários. E é com esse pensamento formado que os agricultores defendem a necessidade de união na família e com os vizinhos.

No que diz respeito às relações no interior da família, estas são pensadas sob dois prismas. No primeiro, a família é enfatizada como uma instituição hierárquica.

"O dono da casa é o superior, é quem sabe quais são as coisas que dão certo e é quem deve mandar na casa, quando ele não está, aí quem manda é a mulher, os filhos é pra obedecer." (Paulo)

"Tem casa que o pai é muito grosseiro, acha que é pra ele mandar em tudo e pisar todo mundo, né? Isso aí é errado. Mas, eu acho que se a gente tem pai e mãe, as decisões vêm também por parte deles." (Lindalva)

Para os que defendem essa posição, a relação familiar tem, num primeiro plano o "homem", em seguida, a "mulher" que assume o papel principal quando da ausência daquele e, por último, os filhos que devem obedecer aos dois.

No segundo é pensada de forma diferente. Aqui as relações no interior da família devem ser definidas de modo que:

"todos devem dar sua opinião em tudo, principalmente se tudo é de maior. Nem a esposa deve resolver tudo sozinha, nem o marido; também os filhos não devem querer mandar no pai e na mãe. Esse negócio de: 'porque eu sou o dono da casa' querer mandar em tudo, isso já passou, tem que conversar, dialogar, pra família caminhar unida." (Marcelino)

Esse tipo de discurso revela um processo de mudança nas relações que se contraem no interior da família, mas esse não é o comportamento preponderante. O que se observa em maior escala são as relações regidas "naturalmente" pelas hierarquias do sexo e

das idades, com os homens e mais velhos tendo a precedência. A hierarquia familiar é também determinada pela relação com o mundo exterior, notadamente com o patrão e os grandes proprietários. Essa intermediação é feita, geralmente, através do pai de família e o coloca em grande medida, na posição de chefia no grupo familiar. Quando ocorre da mulher ter uma presença mais destacada nas relações com os patrões e no sentido de conseguir recursos para a sobrevivência do grupo, ela assume a chefia. Também um filho que seja responsável pelo sustento da família pode assumir o papel preponderante.

Essa flexibilidade na hierarquia familiar corresponde às mudanças econômico-sociais que estão havendo no município. Tal relação hierárquica, contudo, se funda no "respeito", principalmente, entre pais e filhos. Isso parece reproduzir a hierarquia das relações de poder onde os papéis estão bem demarcados, mas pode ser visto em outros momentos como uma união pela consanguinidade.

Portanto, apesar de haver uma definição hierárquica de papéis no seio da família, ela se define por uma relação de sociabilidade vista como "natural", que pressupõe unidade e interesses comuns. Assim, os laços familiares são vistos como obrigatórios, pois as relações ocorrem no espaço da casa e a vivência nesse espaço é mais um elemento propiciador da união no seio da família, que é vista como núcleo central de sociabilidade dos agricultores. (7)

Já os laços de vizinhança podem ser considerados opcionais, uma vez que, apesar da aproximação pelo espaço físico, essa aproximação não se constrói no interior de um mesmo espaço. Daí a necessidade de união surgir da amizade e identificação entre um vizinho e outro.

(7) Ver HEREDIA, Beatriz Alásia de. *A Morada da Vida*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

"A gente aqui, nós se tratamos por igual, como pobre a gente sempre se ajuda na precisão, a gente vai na casa um do outro e sempre se arranja." (Pedro)

"A gente tem que ter boas relações com os vizinhos, pois é com eles que a gente pode contar." (Sebastião)

"É bom a gente ajudar o vizinho, que é de quem mais a gente precisa é dos vizinhos que estão sempre ali perto. Por que se chamar: 'vem aqui que eu tô com uma dor de cabeça, chama ali um médico, uma coisa', o pobre faz né? E o rico não vai." (Severino)

Vivendo em condições precárias a amizade e a troca de favores são vistas enquanto elementos imprescindíveis. Como estratégias de sobrevivência e forma de proporcionar o aumento da capacidade de enfrentamento cotidiano aos grandes proprietários, é como se no vizinho se configurasse uma extensão da família. Mas, as relações com os vizinhos se caracterizam dessa forma apenas entre aqueles que se consideram "tudo de um tamanho só".

"Por aqui tem um povo mais rico que a gente nem é visto por ele. Aqui mesmo, esse dr. Herculano, ele não tinha energia né? Eu dei uma gambiarra a ele, né? Mas já precisei dele e também não fui servido não. Mas, o que é dele ele dá a quem quer né? Não é todos que têm consciência e sabe agradecer!" (Severino)

"Eu não me relaciono muito bem com pessoas meio ricassas, né? Eu me relaciono mais com o povo pobre como eu, porque se eu chegar na casa de um rico e ele tiver dormindo: '— Venha mais tarde!'; não manda entrar nem sentar. E o pobre, se eu chegar na casa do pobre eu sou bem recebido e tal, se ele tiver dormindo eu chego, balanço o punho da rede e ele acorda, se senta e nós vamos conversar." (João)

Nesses discursos a igualdade entre os agricultores e os seus vizinhos é identificada a partir da semelhança no comportamento social, das semelhanças culturais em termos de valores e formas de tratamento. Essa concepção demonstra que as diferenças sociais se marcam até nos mínimos detalhes cotidianos.

Eles reelaboram a própria noção de vizinhança. "Vizinho" não é aquela pessoa que ocupa a terra contígua a sua, mas são todas as pessoas que compartilham de um mesmo mundo de significações, costumes e valores. "Vizinho" é aquela pessoa que ocupa a mesma posição na relação de poder e que detém o mesmo saber.

Também, nesse caso, a identificação e a oposição são marcadas pela posição social que cada um ocupa. Se o "vizinho" é "rico", é considerado "diferente", mas se o "vizinho" é "pobre", é considerado "igual" e "é mais fácil contar com ele do que com um rico".

Dessa forma, é também a partir da sua relação com os familiares e da sua afinidade com o vizinho que o agricultor vai construindo a sua visão do meio e da sociedade na qual ele vive. Delineia a sua posição nas relações de poder, atua enquanto parte integrante dessas relações e define seus semelhantes e opostos.

Um dos elementos que facilitariam a união entre familiares e entre vizinhos, e que merece destaque, é que eles compartilham de uma mesma visão de mundo que tem como fundamento, em grande parte, a religiosidade, ou seja, a leitura do mundo a partir das concepções religiosas.

3.3. Religiosidade, Advinhações e Festas de Santos

Maria Isaura Pereira de Queiroz⁽⁸⁾ já tinha chamado atenção para a importância da religiosidade do "camponês", mas colocando-a como elemento que torna o "camponês" um "conservador". Portanto, interessa-nos investigar no discurso dos agricultores até que

(8) Sobre esta questão remeter-se ao Capítulo I, p.21.

ponto a religiosidade propicia a construção de uma solidariedade e/ou de uma "união" entre eles que os permita se tornarem agentes políticos em determinados momentos. Ou até que ponto e como a religiosidade do agricultor pode se configurar como elemento para uma visão do poder por parte deles.

Entendemos que a religiosidade é também um fator de união e de oposição na vida dos agricultores (união entre eles e oposição com relação aos proprietários e/ou políticos). Pois, a medida que a maioria deles compartilha uma visão religiosa do mundo, esta serve para "ler", também, as questões terrenas e denunciar as desigualdades, apontando, muitas vezes, soluções que passam por uma atuação concreta ainda na vida terrena. O universo do agricultor é, místico e religioso. Mas a sua religiosidade se institui, também, historicamente e culturalmente.

"A igreja apresenta o espiritual e apresenta também a ligação do espiritual com a convivência do homem e com o trabalho, que não pode se separar as duas coisas. Tem que ser Deus e o homem, o sobrenatural e o natural, a gente tem que combinar os dois juntos." (Zequinha)

Como coloca Seu Zequinha, a Igreja ou a religião, para os agricultores não é apenas ligada aos aspectos sobrenaturais da vida, mas também às questões materiais.

Essa combinação de "Deus" com "homem", "natural" com "sobrenatural", pressupõe que a religiosidade está intimamente ligada às condições sócio-culturais do homem e que é sempre reorganizada, podendo a crença assumir significados diferentes e se relacionar às especificidades da vida cotidiana de cada grupo. Em outras palavras, a associação entre "religião" e vida cotidiana tem seus caminhos e sua maneira própria de ser, em cada contexto e não se separam uma da outra.

é evidente que a visão dos agricultores, hoje, se encontra muito perpassada pela visão da "Igreja Progressista"⁽⁹⁾. Essa "Igreja" tenta passar um discurso religioso como forma de interpretação do mundo, colocando-se como vanguarda política desses "camponeses" e trabalhando com a ligação que eles fazem entre religião e vida terrena.

Interessa-nos agora observar como os agricultores, através do seu discurso, caracterizam a sua religiosidade e utilizam-na como elemento para uma leitura do poder.

No caso dos agricultores de Catolé do Rocha podemos verificar que a religiosidade possui uma multiplicidade de significados. Estes, apesar de serem transmitidos "de geração para geração", acabam se transformando e assumindo características próprias, simultaneamente às transformações sociais.

É comum ouvir-se histórias ligadas a "crenças populares" no sertão. As crenças em santos, por exemplo, assumem um significado especial para os agricultores. Segundo Rubem César Fernandes⁽¹⁰⁾, os santos têm duas faces:

"Uma reflete a imagem unificadora de Cristo, enquanto a outra é geradora de uma multiplicidade de imagens de poder."

Assim sendo, a religião é apresentada como fator importante na vida do homem, sobretudo como fator de enorme peso político e ideológico. É também geradora de uma multiplicidade de imagens do poder à medida que a relação do "homem" com "Deus" e com os "santos" é permeada por uma "troca". Essa troca também se encontra presente na relação dos homens entre si. A própria forma

(9) NOVAES, Regina R. "De Corpo e Alma". São Paulo, 1987. Tese de Doutorado apresentada ao D.C.S. da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de São Paulo.

(10) Conferir FERNANDES, Rubem César. "Aparecida Nossa Rainha, Senhora e Mãe, Saravá". In: Ciência Hoje, Vol.4, Nº 21, Nov./Dez., 1985. p.29.

ambígua como eles vivenciam as diferenciadas relações de poder em que estão inseridos - nas quais se vai desde a "subserviência" até as reivindicações e os castigos de quem não as atende - é um exemplo disso.

Essa questão pode ser observada, por exemplo, nas experiências feitas com santos para saber se o inverno vai ser bom. Cada agricultor é devoto de um santo e através dele procura saber se o inverno vai ser bom ou não.

Dizem os devotos de São João:

"Primeiro, na fogueira de São João, eu faço a fogueira e espero que chova em cima. Não chovendo eu já tô com medo; mas cavo um buraco assim, como cova para colocar uma estaca, mas eu coloco um litro cheio d'água, agora cheio mesmo e tampo com caco de telha; coloco reboque e fica rente no chão. Então eu faço a fogueira em cima, toco fogo e pronto. Quando ele abaixa, aquilo ali é uma experiência para o mal. Do ano passado pra esse ano, abaixou até o meio, aí eu saí assombrado e não plantei com medo porque vi que não ia dá. E quem plantou perdeu, não houve chuva, né?" (Sebastião)

Os devotos de Santa Luzia defendem que:

"No dia de Santa Luzia se o sol nascer por trás de uma barra, então a gente tem a esperança que vamos ter um bom inverno. Temos também a experiência da pedra de sal; no dia de Santa Luzia, coloca num pires 3 pedras desligadas: uma é janeiro, outra fevereiro e a outra é março; a gente bota pra passar a noite dentro de casa mesmo e no dia seguinte vai olhar: se a pedra estiver desmanchada, conforme o que ela desmanchar, então aquele mês é favorável para o inverno." (Elízio)

Já os devotos de São José assim nos ensinam:

"A experiência de São José é engraçada, por exemplo: se na sua casa tem uma imagem de São José e até o dia dez de março o inverno não quiser pegar, a gente vai na sua casa, carrega a imagem, esconde e só devolve quando a chuva chegar.

Quer dizer que deixa São José numa situação difícil, né? Ou ele manda a chuva, ou então ele vai ter que ficar roubado por alguns tempos. Então, quando a chuva chega, a gente faz aquela procissão e o pessoal, vai todo mundo levar a imagem lá e agradecer a ajuda que caiu do céu, porque São José mandou a chuva." (Zequinha)

Como observamos há uma relação de poder entre o agricultor e o seu "santo de devoção". é o agricultor quem legitima e concede determinados "poderes" ao santo, mas ele também tem o "poder" de exigir que o "santo cumpra sua parte"; mostrando, por exemplo, se o inverno será "bom" ou "ruim", e, até "mandando chuva".

Assim, o agricultor festeja os "dias de santo" com rezas e festas como se essa fosse a sua parte na relação. Em troca, os santos favorecem a boa produtividade, mandando a chuva no tempo certo. Tudo se canaliza em direção ao atendimento mais urgente no campo da sobrevivência social.

"No mês de Maio sempre tem, no último de Maio uma procissão, tem uma festinha na igreja, aí tem uma festinha assim, de leilão, não sabe?" (Lindalva)

"Aqui sempre tem festa, né? Na igreja ali tem novena, tem os leilões, aí tem aquela reunião do povo, aquela diversão. A melhor festa aqui é o São João e, às vezes, no Natal." (Alcides)

A relação dos agricultores com os santos é uma relação de reciprocidade e de paternalismo que eles querem também ver reproduzidas nas relações terrenas. As festas de santos, ao mesmo tempo em que se constituem numa homenagem em sinal de devoção, trazem embutida uma cobrança de atendimento às suas demandas. Do mesmo modo, podemos ver nas formas, às vezes aparentemente festivas, com que recepcionam os "poderosos", a cobrança de uma atuação no atendimento de seus interesses.

Nas festas religiosas, as mais correntes na zona rural de Catolé do Rocha, há sempre a junção do "sagrado" com o "profano".

é tanto que, hoje, apesar das festas se realizarem "em nome do santo", elas estão perdendo muito o sentido religioso:

"Infelizmente hoje as festas estão perdendo muito o seu sentido religioso. Por exemplo, o Natal está se limitando mais ao comércio e está perdendo o seu sentido, porque o verdadeiro sentido do Natal é celebrar o compromisso com a vida, mas hoje nós estamos assistindo simplesmente o desvio e o Natal 'comercial'." (Marcelino)

"A religião tá muito pouca, o povo não gosta muito, principalmente os mais jovens. Muita gente hoje só pensa em Deus na hora da dificuldade, só bota Deus no lugar da emergência. A gente, às vezes, chama o pessoal para a celebração, pra missa, e é aquela dificuldade. Mas quando é pra ir pra novela da televisão, pra forró, pra outras coisas, não tem dificuldade, né? O povo até diz assim: 'se fosse um forró todo mundo ia!'. é essa a conversa do povo." (Elízio)

"Mas no inconsciente das pessoas, mesmo que elas digam que não acreditam, Deus está presente nestas pessoas, pois a existência de Deus é tão certa como é certo que nós dois estamos conversando aqui." (Zequinha)

"Aonde não tem a presença dos meios de comunicação, ou seja, a televisão, ainda permanece aquela mesma religiosidade popular. Quando tem uma festa de um padroeiro da comunidade, como nós temos a festa de Santa Luzia do Olho D'Água, a festa de São Francisco no Riacho dos Cavalos, a festa de Santo Antônio em junho, né? Sempre tem a participação da comunidade, mas, muitos vão assim, por influência da festividade." (Marcelino)

Segundo os agricultores de Catolé do Rocha, a religiosidade - ressaltada durante muito tempo pela literatura e pela sociologia⁽¹¹⁾ - tem diminuído muito entre eles, em decorrência da presença dos meios de comunicação, principalmente, da televisão. Há um nítido declínio dessa religiosidade constatado pelos pró-

(11) Sobre a questão da religiosidade na literatura sociológica ver: QUEIROZ, Maria I. Pereira de. O Campesinato Brasileiro. Petrópolis, Vozes, 1973; e RAMOS, Graciliano. Vidas Secas. 52 ed., Rio de Janeiro/São Paulo, Record, 1984.

sora do pequeno", ou seja, tem desenvolvido a "opção preferencial pelos pobres". Através da CPT e da CEBs são realizadas reuniões com os agricultores:

"Tem muita gente que trabalha na comunidade em trabalho de evangelização, no trabalho dos direitos humanos, e lá as pessoas dão aqueles conselhos de como trabalhar unido." (Elízio)

"A Igreja tem o trabalho de conscientização junto aos trabalhadores, ela tenta esclarecer seus direitos e também seus deveres e esclarecer sempre, nesse sentido, uma visão cristã da vida no testemunho da fé na família, no trabalho e no relacionamento com os irmãos." (Marcelino)

Como vemos, a própria Igreja faz uma releitura da religião a partir de outros paradigmas. Segundo eles, a Igreja, agindo em favor do agricultor, tenta "esclarecer" seus direitos a fim de realizar uma visão cristã da vida e, assim sendo, a sua atuação é, também, ambígua. Ao afirmar que "Deus sabe o que faz", que "o sofrimento da terra se transformará em alegria no reino de Deus", e, ainda, que só "terá a salvação os que agem com justiça e humildade", a Igreja legitima as diferenças sociais como sendo "naturais". Passa a visão de que os pobres são pobres porque Deus quis assim e de que a pobreza é uma "provação" divina. Por outro lado, a questão da justiça pregada pela Igreja possibilita a visão de que a sociedade é injusta, e é preciso que os homens "iguais em Cristo" minimizem as desigualdades sociais.

Notamos, portanto, que através da mediação da Igreja Católica, a religião expressa elementos contraditórios que ora justificam uma visão de mundo que legitima as relações sociais vigentes e ora trazem à tona os confrontos e oposições sociais.

A partir da década de 60, com o surgimento dos "Trabalhadores Rurais" como força política no Brasil, vai-se tentar institucionalizar essa presença política dos agricultores de forma condizente com a visão dos movimentos sociais, como lugares

institucionalizados de expressão política. Assim, os Sindicatos vão ser criados como o espaço político em que essa força vai se manifestar.

Nesse contexto, se estabelece uma luta de várias forças (chefes políticos locais, grupos de esquerda, Igreja, etc.) a fim de criar esse espaço institucional e colocá-lo sob seu controle⁽¹³⁾. No caso de Catolé do Rocha, a Igreja é quem assume esse papel, conforme veremos a seguir.

Assim sendo, podemos afirmar que a Igreja em Catolé do Rocha tem atuado não só no campo religioso, mas também no campo político. Tem sido responsável, em grande parte, pela organização e formação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, assumindo um papel preponderante da intermediação junto aos agricultores, e, ao mesmo tempo, o "controle" dos agricultores enquanto "agentes políticos. Essa questão será melhor detalhada no próximo item.

3.4. Igreja, Sindicato e "Trabalhadores Rurais"

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Catolé do Rocha foi fundado em 1961⁽¹⁴⁾ sob a "orientação" de Frei Marcelino, então vigário da Paróquia;

"Frei Marcelino foi quem teve a iniciativa de fundar o Sindicato aqui, claro que teve a mobilização e a força da classe trabalhadora, das pessoas humildes, de agricultores realmente pobres." (Marcelino)

"Frei Marcelino procurou desenvolver o povo na Educação, em Sindicato, Cooperativas, ele trabalhou muito e conseguiu

(13) NOVAES, Regina C. Reys. Os Pentecostais e a Organização dos Trabalhadores. In: *Religião e Sociedade*, Nº 5, Rio de Janeiro, Tempo e Presença, 1980. pp.65-93; e "De Corpo e Alma - Catolicismo, Classes Sociais e Conflitos no Campo. São Paulo, Tese de Doutorado. Departamento de Ciências Sociais - USP, 1987.

(14) Segundo informações do Sr. João, um de nossos informantes.

muitas coisas. A política também destruiu muita coisa que ele queria fazer, eles gostavam dessa parte da Educação mas, a parte do Sindicato, de esclarecimento do trabalhador rural, não aceitavam não." (Elízio)

A formação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Catolé do Rocha é vista como "obra" de Frei Marcelino e, nesse período, o Sindicato, segundo os agricultores, "andou bem".

"Antigamente, no início o Sindicato era um pouco melhor, lutava mais pelo direito dos pobres, lutavam na Justiça e ganhavam mesmo na história. E hoje parou tudo." (Sebastião)

Segundo consta nos discursos dos nossos informantes, o Sindicato, quando foi fundado, teve na sua diretoria "trabalhadores rurais" que trabalhavam junto a Frei Marcelino. Eram escolhidas pessoas que pudessem servir de intermediários entre o frade e os agricultores católicos.

Para Novaes⁽¹⁵⁾, na Paraíba, os Sindicatos fundados através da articulação dos Párocos locais foram designados de "Sindicato de Padre" e nasceram em contraposição a uma outra designação: "Sindicato das Ligas". Vejamos o que ela afirma em relação aos "Sindicatos de Padres".

"Pode-se destacar duas dimensões. Na primeira, destaca-se o universo religioso, a evocação dos princípios cristãos e da autoridade religiosa do Papa, principalmente através da citação da Encíclica Mater et Magistra. Porém apenas com a adesão e a legitimação dos Sindicatos, não se faz Sindicatos, é preciso também, a necessidade de uma dimensão 'mais técnica'." (16)

Em outros termos, os padres que deteriam maior conhecimento da legislação sindical auxiliariam na formação do Sindicato

(15) NOVAES, Regina C. Reys. Op. Cit. 1987.

(16) NOVAES, Regina C. Reys. Op. Cit. PP.127-128.

dentro dos parâmetros legais e se encarregariam de difundir uma "concepção de Sindicato" entre os agricultores.

"Frei Marcelino arrumava recursos para o Sindicato, vinha da Alemanha aqueles recursos, acho que era da Aliança para o Progresso e ele procurava desenvolver o Sindicato." (Elízio)

Assim, em Catolé do Rocha, a Igreja, que era, então, representada por Frei Marcelino, foi intermediária na organização dos trabalhadores para a formação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Quanto à posição assumida pelo STR de Catolé do Rocha nos seus primeiros anos de fundação é corrente a idéia de que:

"A atuação do Sindicato no começo foi muito comentada; muito ensinada, muito cursada... Naquele período o Sindicato reivindicava direitos jurídicos, tinha advogado, incentivava o pessoal a lutar pelo direito de terra para trabalhar." (Elízio)

"Quando a gente tinha, assim, uma coisa pra resolver, a gente ia ao Sindicato e ele agia pelos direitos da gente, do jeito que era pra ser." (Joaquim)

"...o trabalhador sempre se reunia e tinha mais vez né?" (Paulo)

"O Sindicato quando começou, quem manobrava com ele era o agricultor, era o trabalhador rural. Ele foi fundado por Frei Marcelino e caminhou bem." (Zequinha)

Com esse entendimento, os agricultores afirmam ter sido o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Catolé do Rocha um órgão criado por Frei Marcelino e "manobrado" pelos agricultores, para defesa de seus interesses. Não se evidencia por parte destes o entendimento da relação agricultor X Igreja na formação e organização do Sindicato como relação de interesses. Em outras palavras, a Igreja ao tentar viabilizar a organização do Sindicato, o faz enquanto uma força que pretende intermediar e controlar

a posição política do agricultor. Porém, isso não é veiculado pelos discursos dos agricultores.

Evidentemente, com base nesses "primeiros tempos" é que eles formam a sua visão de Sindicato:

"O Sindicato é uma associação profissional dos trabalhadores daquela mesma classe que se unem para reivindicar seus direitos, não é pra fazer paternalismo, é pra reivindicar direitos do agricultor, direito a terra, direito a uma situação mais digna." (João)

"O Sindicato deve ser ao lado do trabalhador, ele é o verdadeiro advogado dos trabalhadores." (Elízio)

"O papel do Sindicato é ele fazer pelo trabalhador, porque Sindicato de trabalhador é do trabalhador e não dos patrões, os patrões já devem ter outro Sindicato formado, né? O Sindicato não tem nada a ver com política, ele deve dar força ao trabalhador." (Lindalva)

"O Sindicato é o órgão que vem pra o trabalhador, pra orientar aquilo que o trabalhador não sabe." (Almeida)

Os informantes que formularam as idéias acima citadas, são os mais politizados, sendo geralmente ligados à Igreja. Isso demonstra a importância do trabalho da Igreja para a formação política desses agricultores.

Segundo eles, o Sindicato se caracteriza como um órgão de defesa dos interesses dos trabalhadores e, como tal, não deveria ser permeado pela presença dos patrões. Mas, o que é visto, hoje, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Catolé do Rocha é uma situação completamente diferente:

"A senhora sabe por que é o dismantelo do Sindicato? é porque ele é manobrado pelos políticos." (José)

"Tudo começou porque o Sindicato defendia os agricultores. Quem foi Presidente do Sindicato aqui na época, e era mais ao lado do trabalhador era muito perseguido, né? Eles perseguiam alegando que o Sindicato era comunista." (João)

"Teve uma intervenção em 27 de abril, acho que foi até mais ou menos outubro de 67. Nessa época, veio o comunicado do Secretário do Trabalho lá de João Pessoa, o interesse partiu dos políticos locais que alegavam que o Sindicato tinha ligação com as Ligas Camponesas." (Elizio)

"Mas essa intervenção que houve aí, foi porque os agricultores estavam ficando independentes, né? Através do órgão que competia a eles que era o Sindicato. Aí os políticos ficaram assustados e cresceram as vistas, fizeram a maior novela do mundo e tomaram o Sindicato, foi uma coisa absurda!" (Zequinha)

Segundo os relatos acima citados, o STR de Catolé do Rocha é, hoje, um "órgão de manobra" dos patrões e dos políticos locais, e, tudo aconteceu porque a organização dos agricultores estava cada vez mais fortalecida. Políticos e patrões se "assustaram" e tentaram interferir a fim de descaracterizar a "luta".

"Eles temiam que através do Sindicato Frei Marcelino chegasse a tomar politicamente o governo de Catolé do Rocha." (Marcelino)

Nesse sentido, os políticos locais e os grandes proprietários afirmam que não estavam enganados, pois, segundo eles o projeto político de Frei Marcelino vislumbrava na atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais uma forma dele se projetar politicamente frente aos grupos políticos "dominantes" no município.

Dessa forma, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Catolé do Rocha passou a ser uma instituição motivo de disputa entre grupos políticos até então existentes e outras forças emergentes, como a Igreja.

Frei Marcelino assumiu uma espécie de "liderança" junto aos agricultores e a sua posição, nesse sentido, gerou uma certa insegurança por parte dos grandes proprietários e/ou políticos de Catolé do Rocha. Eles temiam a organização dos agricultores e o

lecimento político do frade. As táticas de intervenção e da" do Sindicato dos Trabalhadores Rurais surgiam como ativas de que o "poder" exercido naquele órgão favorecesse os interesses dos grandes proprietários e não dos agricultores.

O Sindicato passou a ser um espaço institucional onde a presença dos agricultores era diminuta. Configurando-se, pois, em um espaço institucional a ser "dominado" e expondo a própria fragilidade da institucionalização da luta dos agricultores. Mas, por um lado, passam a contar com o meio de defesa de alguns dos seus interesses (o Sindicato dos Trabalhadores Rurais). Por outro lado, vêem que este meio está sendo "usado" para reproduzir as "relações de dominação" aí presentes. Em outras palavras, o Sindicato acabou se constituindo em um momento local ou particular de poder que, sendo institucional, acaba por reduzir os momentos de resistência do poder.

Mas, essa façanha não foi definida apenas pelo confronto entre: grandes proprietários/políticos X Frei Marcelino/agricultores (trabalhadores rurais). Os "patrões" e os "políticos" conseguiram mudar o rumo do Sindicato a partir de alianças com alguns agricultores que, ao invés de se posicionarem enquanto agricultores, acabaram por assumir a "identidade" de seus opositores.

"A atuação deles aqui é que para o agricultor que é igual a eles, eles nunca dão vez, ficam sempre do lado dos ricos."
(Joaquim)

"Os políticos prometem as coisas, como eletrificação rural, por exemplo, e outros projetos que vêm, e no lugar de ser para o bem de todos, eles vão beneficiando ao grupinho que comungar com os interesses deles." (Marcelino)

"Daí, sempre, sempre, o presidente do Sindicato fica mais ao lado do patrão do que dos trabalhadores, porque o trabalhador não tem nada pra dar a eles e o patrão tem muito o que dar." (João)

Percebemos, então, que o Sindicato hoje, não cumpre o papel esperado pelos agricultores, que seria o de lutar pelos seus "direitos" e seus "interesses". Mas, para que o Sindicato volte-se para o seu "real" objetivo, dizem os agricultores:

"A solução para os agricultores seria eles se mobilizarem a partir do Sindicato, fazer com que o Sindicato realmente defenda os seus interesses e não fiquem a serviço de grupos políticos e de grupos de patrões como a gente tem assistido aqui em Catolé." (Marcelino)

"Se todo mundo se organizasse e cuidasse como devia cuidar do Sindicato, depois podia esperar o retorno da administração e se não viesse como merecia, a gente procurava outra solução né? Nisso eu me incluo, o que falta é a gente se organizar e se interessar. Mas os agricultores só procuram o Sindicato para receber uma extração de dente, pra consulta médica, pra pedir remédio, por isso que a coisa não vai pra frente." (João)

No discurso desses agricultores, o Sindicato aparece como uma instituição que não age de acordo com seus interesses porque eles próprios não se organizam. Se o Sindicato contraria seus interesses, é porque existem agricultores que defendem também "interesses" que não são os seus. Existem outros que não lutam para que isso mude, e, a partir destas contradições internas, os patrões e os políticos locais vão tirando "proveito" da situação.

Dessa forma, os agricultores, hoje, se vêem impossibilitados de assumir uma posição ativa no interior do Sindicato. Mas, isso não implica, porém, que exista uma "posição de submissão" dos agricultores nas relações de poder exercidas a partir do Sindicato. Existe uma parcela de associados, exatamente a parcela que é ligada à Igreja, que tenta intervir no Sindicato através das eleições, mas os políticos jogam tudo em oposição:

"Eles fazem tudo para o candidato à presidência do Sindicato ser único, não

"fortes", como detalharemos no próximo item. Contudo, eles entendem que estando unidos serão agentes políticos capazes de alterar a própria atuação do Sindicato e, também, produzir poder.

3.5. O Pequeno pode com o Grande?

Até agora, tentamos analisar as relações cotidianas vivenciadas pelos agricultores de Catolé do Rocha, a fim de entendermos a posição por eles assumida nas relações de poder. Tentamos entender a sua identificação enquanto "ser social", a sua relação com "seus iguais", a sua religiosidade, a sua ligação com a Igreja e com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Evidenciou-se a cada momento a percepção contraditória dos agricultores com relação ao lugar que ocupam nas diversas relações de poder; como também a necessidade de se posicionar pela "semelhança" e pela "oposição" e a dificuldade de se assumir enquanto parte ativa nessas relações, pela falta de organização para lutar contra o que eles chamam de "mais fortes". É como se houvesse, num sentido, a necessidade de se opor, e, em outro sentido, a "falta de condições" para realizar tal proeza. Mas, o que leva os agricultores a essa "desorganização" e "fragilidade"?

O que é possível percebermos em vários momentos é que eles exercem uma forma de resistência lá mesmo onde o poder se exerce. Eles próprios não valorizam o poder por eles exercido, têm internalizada uma visão institucional do poder, reduzindo-o, por exemplo, ao Sindicato e à organização.

Contraditoriamente, muitos consideram que o agricultor tem poder e que a organização não é poder, mas um outro momento que com este poder se relaciona.

Assim, quando argüido a respeito do fato de o agricultor ter ou não ter poder, eles afirmam que:

"O agricultor tem poder, agora só falta se organizar tudo direitinho, marchar tudo para um canto só e dizer: 'Eu quero isso e isso é fácil de arranjar'; agora ficar um pra um canto, outro pra outro..." (Elias)

"O agricultor tem poder se for unido, se for reunido em grupo de trabalhador batalhando tem poder, agora se for um só, é muito fraco." (Almeida)

"O agricultor era pra ter poder se ele fosse unido mas nunca a categoria se une, vive mais assim, esperando que o político venha com sua bondade." (Elízio)

Nesse caso, eles consideram que o agricultor tem poder mas precisa ser unido e organizado e isso demonstra a percepção do fato de que o poder é uma relação através da qual dão-se bem os que se unem e se organizam.

"Os proprietários só podem com o agricultor porque eles são organizados, eles somam as forças que eles têm e lutam pelos seus interesses, eles são muito unidos. Agora nós somos desunidos, por isso não somamos forças para resolver esse problema. É como o boi de tração, de capinadeira, se ele soubesse a força que tem, uma cordinha não sustentava ele amarrado num tronco todo o tempo. Então o que tá faltando é isso mesmo, é que mais agricultores descubram isso, que nós temos 85% da maioria, que as terras se encontram nas mãos dos grandes fazendeiros, mas o número é muito pequeno. Nós temos um número muito grande, que estamos sem as terras e sem as condições de vida. Então, se todo mundo descobrisse isso e somasse essas forças estaria resolvido o problema." (Zequinha)

Essa visão reforça a idéia da necessidade de união e de organização do agricultor e demonstra que a vantagem dos proprietários se encontra na sua organização e luta comum em favor de seus interesses.

Para o agricultor de Catolé do Rocha o que o leva a essa "desorganização", a essa "desunião", é:

"é o medo de acreditar em nós mesmos. Quando a gente se reúne a gente vê que todos têm aquela vontade de vencer na vida mas, quando chama para as decisões a maioria se omite com medo do patrão, com medo dos políticos que também são represores, com medo da própria situação em que se encontram. A gente sente que é uma tensão de medo, que o agricultor não se sente à vontade pra gritar, tem medo de falar. Quando a gente está sozinho numa reunião, todos ficam à vontade mas, diante dos grandes, muitos se sentem pequenos e se omitem." (Zequinha)

O medo expressa a própria internalização da desigualdade e da idéia de dominação e, ao mesmo tempo, a consciência de sua existência por parte do agricultor.

"Eu acho que é como o burro que quer ser cavalo, vai para o lado dos cavalos pra ver se fica cavalo também mas, no fim, só faz é pegar carga. Eu acredito que o pequeno tem agido desse jeito, é o burro que eu chamo." (José)

A questão da ascensão social é tratada como projeto de vida de todos os agricultores. Porém, esse projeto não é encaminhado porque eles próprios se sentem inseguros, têm "medo" de tomar decisões radicais pelo fato de se sentirem "pequenos" e, nesses momentos, acharem que não podem com os "grandes". Assim, muitos tentam uma "aliança" e se deslocam nas relações de poder para assumir "o lugar dos grandes" e "só levar carga".

Percebemos mais uma vez, que o saber dominante quando assimilado - nesse caso, evidenciando o pobre como "fraco" e "pequeno" e o rico como "forte" e "grande" - gera no agricultor o MEDO de ser o que ele é, a tal ponto que o coloca numa situação de tentar ser o que não é. Há nesse caso, um desconhecimento de si próprio, da sua situação, e por isso, eles assumem a identidade do outro e tentam lutar não para a realização de uma mudança própria da sua situação, mas, simplesmente, para se tornar o "outro", num comportamento denominado pela própria bibliografia de "alienação".

Contudo, pensando a partir de seu cotidiano, do seu trabalho, os agricultores assumem uma outra conformação, uma outra posição e mostram de onde viria o seu poder e a sua própria identidade, demonstrando com isso o fato de deterem um saber autônomo e importante para a sociedade:

"O agricultor é um grande trabalhador, é o trabalhador mais forte que existe."
(Geraldo)

"Nós somos a base de tudo que se pensa, se não existir agricultura, como é que a sociedade se mantém?" (João)

"Porque tudo que é industrializado na cidade vem do campo, vem passando pelas mãos do agricultor. Se não existisse agricultores, também não existiria a sociedade." (Zequinha)

Em contraposição com o que foi dito anteriormente, esse tipo de discurso evidencia a percepção da importância social do agricultor, e, nesse contexto, eles se sentem o "trabalhador mais forte que tem", colocando-se numa posição de superioridade frente a toda sociedade, a qual necessita dos agricultores para poder existir. Invertem, então, os papéis e se qualificam como "grandes", como agentes capazes de produzir poder.

Podemos concluir assim, que os agricultores vêem a família como núcleo central de sociabilidade e entendem as relações familiares ora de forma hierárquica com papéis bem demarcados, ora como unidade de interesses comuns. A partir da sua vivência na família, eles também constroem significados que lhes permitem fazer uma leitura com relação à definição dos papéis por eles assumidos socialmente e politicamente nas relações de poder.

Nesse sentido, a relação familiar possibilita sobretudo a percepção de uma visão hierárquica do poder. Já os laços de vizinhança, considerados como "opcionais", possibilitam uma visão horizontal do poder. À medida que permitem uma percepção mais clara dos confrontos e alianças, o aumento da capacidade de

enfrentamento aos grandes proprietários. A visão hierárquica vai permitir a reprodução da visão "tradicional" do poder, a "dominação", enquanto a visão horizontal vai permitir a "união".

Quanto à religiosidade, ela é um fator importantíssimo na vida do agricultor. Permite a construção de uma solidariedade entre eles a partir da visão de que "para Deus todos são iguais e irmãos". Possibilita, também, a percepção de uma multiplicidade de imagens do poder como, por exemplo, a idéia de que eles são pobres "porque Deus quer" e/ou a visão de que os homens sendo iguais em Cristo não devem viver em desigualdade social. Essa religiosidade capacita-os, desse modo, a formular uma visão de mundo.

Vemos que, partindo-se da sua vivência e da sua religiosidade, os agricultores veiculam muitas vezes uma visão institucional do "poder" aproximando-se da visão de exterioridade do poder elaborada pelos cientistas sociais, reduzindo o poder à organização e ao Sindicato. Eles também percebem a importância da "união" como uma força que os capacita a produzir poder e enfrentar "os grandes". Entendem que os proprietários e os políticos não são tão "grandes", ou seja, que também "dependem" deles. Enfim, que os agricultores são partícipes e não vítimas das relações de poder.

Portanto, no discurso dos agricultores a sua posição a respeito das relações por eles vividas se forma a partir destas. A sua visão do poder bem como a sua "visão de mundo" advém da sua vivência social, e não apenas das "relações institucionais" que eles vivenciam, (com o Estado, o Sindicato, os políticos, etc.). Assim, para investigarmos se há ou não há redefinições das relações de poder que se apresentam em Catolé do Rocha é necessário considerarmos até que ponto os agricultores relacionam o poder em seus momentos institucionais e não institucionais.

CAPÍTULO IV

REDEFINIÇÕES DAS RELAÇÕES DE PODER?

*"Nada do que foi será
De novo do jeito que já foi um dia
Tudo passa, tudo sempre passará
A vida vem em ondas como o mar
Num indo e vindo infinito
Tudo que se vê não é
Iguais ao que a gente viu
Há um segundo
Tudo muda o tempo todo
No mundo..."*

(Lulu Santos)

4. REDEFINIÇÕES DAS RELAÇÕES DE PODER?

É evidente que a bibliografia com a qual trabalhamos coloca o enunciado do coronelismo como expressão do poder local e tem abordado a questão a partir de uma visão institucional do poder, ou seja, a partir do entendimento do Estado como eixo em torno do qual se articulam todas as relações de poder. Tal entendimento perpassa o discurso dos grupos políticos locais e o discurso dos próprios agricultores e tende a veicular a idéia do coronelismo como algo trans-histórico. Tentaremos agora trabalhar com esses discursos a fim de percebermos se há ou não redefinições das relações de poder em Catolé do Rocha.

Consideramos que o poder está relacionado a momentos institucionais e não institucionais, e como tal, que não pode ser visto como algo global, nem tão pouco como algo possível de apropriação. Entendemos, assim, que o poder não se resume à hierarquia e/ou à dominação do Estado e dos políticos e proprietários e, consequentemente, à subordinação dos agricultores e demais forças sociais. Ele é exercido e funciona como um conjunto de relações de forças e estratégias específicas.

Assim, investigaremos o exercício do poder local e os rituais da política a partir dos discursos dos grupos políticos locais e dos agricultores, confrontando-os com o discurso acadêmico. Tentaremos verificar, em primeiro lugar, se o enunciado do coronelismo se mantém válido até hoje para se pensar as relações de poder. Em seguida, se há mudanças da percepção ou dos significados que os agricultores dão ao poder. E, por fim, até que ponto eles relacionam o poder com os momentos institucionais e não institucionais e as contradições que neste sentido se apresentam.

4.1. O Exercício do Poder Local em Catolé do Rocha: Como ele aparece nos Diversos Discursos?

É a partir da análise do exercício do poder local que as mudanças e/ou permanências das relações de poder têm sido vislumbradas pelos estudos acerca dessa temática.

No que diz respeito a história do município de Catolé do Rocha é corrente a afirmação de que o povoado foi fundado em 1774 por Francisco da Rocha Oliveira e que foi denominado desta forma com base na integração Homem X Natureza, ou seja, Catolé pelos frutos que haviam no lugar - o terreno era cheio de Palmeira Catolé - e Rocha pelo fundador. Tal fato consagra já a visão de que a própria origem do município se liga ao exercício do poder local por uma dada família.

Católé do Rocha passou a ser cidade em 26 de Maio de 1835 e desde então:

"A política foi desenvolvida pelas famílias Lobo, Maia e Suassuna." (Cidôra)(1)

"Mas em qualquer referência ao município de Catolé do Rocha há de se considerar dois tempos: antes e depois da entrada de José Sérgio Maia na política." (Narrador)(2)

José Sérgio Maia foi eleito prefeito do município pela primeira vez em 1951, e, desde então, o chamado "coronel" foi se consolidando líder político do município. Segundo ele:

"Eu não tinha a idéia de fazer o que fiz durante toda a minha vida mas, a família me colocou na época para ser prefeito,

(1) Esta informante foi, durante a vida política de José Sérgio Maia, um dos seus principais intermediários junto à população de Catolé do Rocha.

(2) Essa afirmação foi extraída do filme "Um Homem e sua Cidade", que trata da vida política do chamado "coronel" José Sérgio Maia.

achando que eu estava sendo necessário, eu relutei mas acabei aceitando, e o povo me aprovou (...) Assim, aos poucos eu fui mudando o aspecto da cidade até o que está hoje." (José Sérgio Maia)

A liderança política de José Sérgio Maia surgiu, portanto, a partir das exigências de seus familiares e neste caso, a família se mostra como elemento decisivo para a formação das lideranças. Durante 41 anos, de 1951 até 1992, a política em Catolé do Rocha foi marcada pela presença ativa de José Sérgio. Segundo seus correligionários:

"Quando ele saía de um mandato, ele botava outra pessoa e o povo já sabia que era uma boa pessoa porque era apoiada por ele. Quando ele não era prefeito era o advogado do povo perante o prefeito, sempre foi assim." (Cidôra)

Para o próprio José Sérgio:

"Essa posição que eu ocupo aqui é muito importante, porque o povo precisa de uma pessoa qualquer que tome interesse em resolver os problemas para evitar injustiças, evitar complicação na vida das pessoas. Muitas vezes com uma palavra, com uma orientação que eu forneça, resolvo uma situação de angústia que tá havendo numa família (...) Aqui em Catolé o povo entendeu que eu queria fazer política não para tirar proveito pessoal, de maneira alguma, a minha única intenção era servir (...) As portas da minha casa não se fecham, todo mundo entra, tem o direito de entrar, e muitas vezes, vai me procurando onde eu estiver na casa, não tem lugar determinado..." (José Sérgio Maia)

De acordo com esses discursos, o exercício do poder local em Catolé do Rocha se configurou por um longo período como "propriedade particular" representada pela figura de uma só pessoa. Esse entendimento se aproxima do discurso acadêmico. Nesse sentido, Maria Isaura Pereira de Queiroz⁽³⁾, por exemplo, afirma que

(3) QUEIROZ, Maria Isaura P. de. O Coronelismo numa Interpretação Sociológica. In: BORIS, Fausto. História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo, Difel, 1977.

"Um coronel importante constituía assim uma espécie de elemento sócio-econômico polarizador que servia de ponto de referência para se conhecer a distribuição dos indivíduos no espaço social, fossem estes seus pares ou seus inferiores."(4)

José Sérgio Maia se enquadrava nessa caracterização, ou seja, como "dono do poder", como líder e conselheiro, como a "chave" para as soluções dos problemas da cidade e do povo. A própria casa do político se caracterizava, segundo ele, como uma extensão do poder público e era nela que as pessoas o procuravam para receber ajuda, conselhos e resolver os seus problemas, configurando-se uma mistura do público com o privado, e não uma separação entre estas duas instâncias.

Para ele, Catolé do Rocha era "sua" terra e o povo de Catolé do Rocha era o "seu" povo. Tanto é assim que na sua última participação numa campanha eleitoral, em setembro de 1992, poucos meses antes da sua morte, ele se despediu da "vida política" com as seguintes palavras:

"Catolé do Rocha, minha terra, minha terra querida, meu amor, meu grande amor; você Catolé, por esse povo que eu considero meus irmãos, foi a razão da minha vida. Eu estou terminando a minha missão, a missão que foi determinada por Deus orientada no meu destino. Foi assim que eu fui predestinado para cuidar do meu povo, sempre mostrando e procurando o melhor caminho para seguirmos. A vocês, ainda não chegou a hora, é a hora da despedida e eu vou pedir a vocês assim: Minha gente, me perdoe por não ter conseguido fazer mais por vocês!" (José Sérgio Maia)

No discurso, a forma de tratamento com a cidade e com as pessoas deixa clara a idéia de que tudo que foi feito em Catolé do Rocha nos últimos quarenta anos foi obra de José Sérgio Maia, o qual foi "predestinado por Deus" para cuidar de tudo.

(4) QUEIROZ, Maria Isaura P. de. Op. Cit. p.156.

Foram mais de quarenta anos de vida do povo de Catolé do Rocha que são tratados como se tudo tivesse passado por soluções definidas por ele. É como se não houvesse mudanças que não passassem pela figura de José Sérgio Maia, que não fossem doadas de "cima". As mudanças consideradas atingiam apenas o âmbito puramente administrativo, a superfície da cidade. Nesse discurso, a história do município é demarcada pela presença do líder político local e é, a partir dele, contínua e sem rupturas.

Parece-nos ser com base nesse tipo de visão globalizante que se constitui toda uma visão do "poder" como instituição e, nesse caso, como posse de uma só pessoa. Definiu-se, então, um tipo de relação calcada num certo "paternalismo" e "clientelismo"; e formou-se um tipo de discurso sobre o poder local pautado no enunciado do "coronelismo" e na pretensa continuidade deste através do tempo. É a partir dessa visão que todas as mudanças têm sido vistas como estratégias dos "dominantes" para se manter no "poder" e que o poder tem sido encarado como domínio e não como relação. Há, por exemplo, na percepção de José Sérgio Maia a idéia de que

"O principal atributo de um político é ter caráter sólido que possa inspirar confiança ao povo... A pessoa deve ser séria e é isso que está rareando hoje, porque os políticos não têm palavra, pensam em si sem pensar no povo, então esse é o grande mal..." (José Sérgio Maia)

Esse discurso evidencia uma das idéias que fundamentam o enunciado do coronelismo; a de que o político para ser reconhecido precisa possuir, também, "qualidades sólidas". Mais uma vez percebemos uma ligação entre o discurso dos "chefes políticos" e o discurso acadêmico. O que diz respeito à questão do carisma.

Segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz:

"A liderança coronelística, que era sempre uma liderança econômica e uma liderança de parentelas, assumia além de tudo um aspec-

to nitidamente carismático. (...) O chefe por excelência era aquele que apresentasse as qualidades indispensáveis (...) aquela inexplicável qualidade que despertava a adesão afetiva e entusiástica dos homens, levando-os espontaneamente à obediência." (5)

Observamos, pois, que apesar de serem dois tipos de discursos diferentes, eles se aproximam, ou seja, há uma forte afinidade entre um e outro discurso. O discurso acadêmico, de certa forma, sofisticada e repete o discurso dominante. Essas mesmas concepções aparecem no discurso dos prepostos de José Sérgio Maia:

"Zé Sérgio foi líder político esse tempo todo porque ele foi aquela pessoa que viveu exclusivamente para o povo, sempre atendia e tratava bem todos que o procuravam, sempre foi muito sincero com as pessoas, nunca foi de dar esperanças quando não podia cumprir. Ele era um homem de ação, sempre teve um trabalho muito sério e nunca foi de enganar ninguém. Daí a sua credibilidade. Mas agora mudou muito, a política nesse processo está estagnada, até agora a cidade vive num clima de expectativa. A gente ouve comentários de que os filhos iriam sucedê-lo politicamente, até porque já teve dois filhos que foram prefeitos de Catolé e um que já foi Deputado Estadual, e tem outro que é diretor-presidente da CEHAP em João Pessoa e que tem todas as qualidades de um político polido. Mas hoje, só sabemos uma certeza: não tem quem o substitua, ele era e é insubstituível (...) Hoje eu vejo o povo de Catolé abandonado, perdido!" (Cidôra)

De acordo com esse entendimento, as relações entre os políticos e o "povo" têm por base uma relação pessoal na qual o político deve ser sério, sincero e viver exclusivamente para o "povo". Assim sendo, José Sérgio é visto como o homem que possui em Catolé do Rocha todos esses atributos, e as mudanças ocorridas na política local nos últimos tempos são demarcadas com base na sua morte.

(5) QUEIROZ, Maria Isaura P. de. Op. Cit. p.177-178.

Esse seria o marco para uma redefinição do próprio "poder local", encarado como institucional e hierárquico. É a partir do momento que José Sérgio Maia sai da cena política que se começa a pensar na sua substituição, sugerindo-se, inclusive, que a sucessão política ocorra através da inserção dos próprios filhos na liderança política local. Essa formulação, também é similar à afirmação corrente na literatura sobre o coronelismo de que a sucessão política a nível local se dá no interior das parentelas.⁽⁶⁾

É como se não houvesse opositores e o poder local se exercesse de forma hierárquica a tal ponto que, na falta do "grande pai", quem deveria sucedê-lo eram os seus filhos para que o povo não ficasse "abandonado" e "perdido". Essa visão retira da família a imagem para se pensar a sociedade. O povo é visto como dependente do "pai-coronel" e a sucessão se dá hereditariamente.

Mas essa percepção do poder local possui contraposições que podem ser clarificadas, por exemplo, através do discurso de membros da família Suassuna, tradicional opositora da família Maia na política de Catolé do Rocha.

"A família Suassuna era quem tinha um determinado poder político nessa região, mas eles não ligaram em melhorar suas condições de intervenção e acabaram tendo um mau relacionamento com o povo. Os Maia não, eles são espertos e souberam muito bem aproveitar a falta de instrução do pessoal da região. Eles se prepararam para isso através dos estudos, todos eles são pessoas que têm curso superior. Com exceção do velho que era semi-analfabeto, e se prepararam para levar na lábia um povo tão despreparado que tem em nossa região; a ascensão política deles veio por aí." (Ronivon Suassuna)

Essa posição reflete a idéia do poder como uma correlação de forças, na qual cada força tem o poder de afetar e ser afetada.

(6) Conferir QUEIROZ, Maria Isaura P. de. Op. Cit.

Isso implica que a cada momento, as relações de poder não sendo localizáveis num ou noutro grupo e/ou segmento social, são instáveis e não se apresentam de forma clara e/ou objetiva. Mas, sim, numa multiplicidade de integrações. O "levar na lábia", nesse caso, tem a ver exatamente com as relações entre os anseios e a capacidade de resistência dos agricultores e dos políticos locais.

Se a posição ocupada por José Sérgio Maia, enquanto líder político por mais de quarenta anos, era vista por ele como uma posição desinteressada a nível particular, para as pessoas que lhe faziam oposição essa liderança tanto se apoiava no poder econômico que ele possuía como contribuiu para a ampliação desse poder.

"Os Maia não eram pessoas tão ricas em relação a nossa região como eles estão hoje. Foi depois que ficaram por dentro do poder por esse tempo todo aí que eles tiraram proveito e se estruturaram. Hoje, eles têm fazendas sofisticadas e muito bem organizadas. É do conhecimento de toda a sociedade de Catolé do Rocha que eles se estruturaram dessa forma, depois que assumiram o poder político local." (Ronivon Suassuna)

Assim sendo, a idéia de cuidar do povo, de administrar os bens públicos em favor da comunidade sem nenhum interesse, é refutada. Como também o é a idéia de que o "povo entendia" a falta de interesse particular dos políticos locais.

A posição de liderança da família Maia, vista como uma posição sólida e apresentada como a "dominação", é vista sob outro prisma pelos seus opositores:

"Os Maia são característicos de estar sempre ao lado do governo; quando do bipartidarismo que só existiam o MDB e a ARENA, eles estavam na ARENA. Quando o bipartidarismo acabou, eles ficaram no PMDB, sempre tirando proveito, ora do governo do Estado, ora do governo Federal. Eles tiveram o tempo todo no suporte do governo que é para não sofrerem nenhuma interferência mais forte e nunca serem desacatados pelo poder público." (Ronivon Suassuna)

Esse posicionamento se encaixa exatamente na descrição do coronelismo efetuada por Lourdes Janotti⁽⁷⁾:

"O coronelismo se expressa num encadeamento rígido de traços de influências. Sua prática política está muito bem estruturada num sistema eleitoral onde é possível reconhecer todos os seus passos localizando-se no tempo e no espaço. Forma-se uma pirâmide de compromissos recíprocos entre o eleitorado, o coronel, o poder municipal, o poder estatal e o poder federal."
(8)

Tanto esse discurso quanto o anterior colocam em evidência a relação entre as três esferas do poder (Federal, Estadual e Local), e defendem que a posição de quem ocupa o poder local deve estar sempre ligada a quem domina nas duas outras instâncias.

Ainda quanto ao fato da utilização de estratégias para consolidar a continuidade da liderança política por parte dos políticos locais, afirmaram os informantes que:

"Eles faziam o seguinte: usavam sempre a questão individual, sem discurso político nenhum, se utilizando de um certo sensacionalismo que envolve as emoções do pessoal." (Ronivon Suassuna)

"Eles se limpavam sempre sujando os outros, era a técnica deles botar um prefeito e depois rachar com ele para voltar na próxima campanha política contra o próprio prefeito que havia sido apoiado por eles. Por exemplo, se aquele prefeito queria trabalhar o engrandecimento da cidade, ele iria criar nome, iria crescer diante da opinião pública e de toda a comunidade e isso eles não queriam; porque se o camarada fizesse um governo a altura do povo, quando terminasse o mandato ele ia ser um perigo para eles, foi assim que eles foram conseguindo se impor por tanto tempo."
(Zequinha)

(7) JANOTTI, Maria de Lourdes M. O Coronelismo - Uma Política de Compromissos. Coleção Tudo é História, Nº 13, 7 ed., São Paulo, Brasiliense, 1989.

(8) JANOTTI, Maria de Lourdes M. Op. Cit. p.11.

Segundo esse entendimento, para se afirmar enquanto uma única liderança local, José Sérgio Maia usava como estratégia impedir o aparecimento de novas lideranças. Essa tática de "se limpar sujando os outros" demonstra que a liderança política conquistada por ele durante tão longo tempo diz respeito à sua capacidade de afetar os seus adversários diante da opinião pública; o que era com base na idéia do "progresso" como principal meta político-administrativa da sociedade local. E, mais ainda, que todo progresso da cidade foi possibilitado por ele, pois os "outros" não estavam interessados no desenvolvimento econômico-social do município. Tanto é assim que as redefinições no campo da política não surgem nesses discursos como redefinições das relações de poder, e, sim, como redefinições que estão ligadas meramente às características pessoais dos líderes políticos e à forma através da qual eles gerem a administração municipal.

"Quem alcançou Catolé como eu encontrei lembra, e vê, hoje a diferença é imensa. Agora ainda tem muito o que fazer porque a cidade está progredindo, está crescendo e está crescendo bonita, agora precisa que apareça outros prefeitos que acompanhem para oferecer os benefícios que esta população que está se instalando no aumento da cidade necessita." (José Sérgio Maia)

As benfeitorias conferidas ao município são encaradas como mudanças que se realizam a partir da "boa vontade", "seriedade" e "capacidade administrativa" dos políticos locais.

Mas essa boa vontade e essa capacidade administrativa não são tratadas por todos dessa forma:

"A posição política adquirida pela família Maia em Catolé do Rocha só foi possível porque eles souberam trabalhar o lado deles: pra começar tem a família que é muito numerosa, têm muitas fazendas no município e aquele povo todo que mora e trabalha com eles votavam neles; têm a prefeitura que é um bureau eleitoral, a maternidade, que é outro, têm o sindicato, e têm dinheiro." (João)

Essa afirmação nos remete indiretamente a um outro patamar, que é o da relação entre os políticos locais e os demais segmentos sociais. Percebemos que as estratégias dos políticos locais se dão via instituições e que nelas, há o ocultamento de toda uma gama de relações que se realizam nestes espaços institucionais. Se por um lado o fortalecimento do exercício do poder local se dá via laços de parentesco e relações de produção, por outro, esse exercício é animado pelo uso das instituições por parte de toda a sociedade de acordo com interesses diversos. Dessa forma, as instituições - locais onde se exerce o poder - servem de fundamento para o fortalecimento dos laços de poder e possibilitam uma maior visibilidade do confronto.

No discurso dos políticos locais e dos seus opositores, vemos, portanto, o ocultamento do conflito entre as diversas forças sociais e até a anulação da existência de determinadas forças na cena política, como é o caso dos agricultores. Além de definir-se enfaticamente um lugar no poder para cada agente social. Sobrelevam-se por exemplo, a posição dos políticos locais, ao passo que os agricultores e demais segmentos são suprimidos, passam a inexistir politicamente.

Dessa forma, legitima-se apenas o poder político dos "dominantes". Não se tenta entender como os mecanismos de poder e os processos sociais se correlacionam, ou como ocorrem as disputas na prática política eleitoral; esquecendo-se do fato de que o poder passa, também, pelo assentimento ou reação dos "dominados". Ou seja, que:

"O campo da política tem como uma de suas regras a disputa e convivência entre as partes contrárias no palco das eleições."
(9)

(9) BARREIRA, César. Pistolen: O Lado Oculto do Poder. In: Novos Paradigmas e Realidade Brasileira. UFPA, NAEA, Belém, 1993. p.141.

E, nesse sentido, esquece-se de considerar que no campo da política as eleições são apenas um momento de maior visibilidade do confronto, que se definem entre forças distintas e antagônicas, as quais ditam, cada qual à sua maneira, as regras do jogo. Mas, por outro lado, as eleições se apresentam quase sempre limitadas às elites econômicas e sociais.

Trabalhando com diferentes momentos dos rituais que compõem ou informam a política local, procuraremos, a seguir, detectar como se apresenta a correlação entre as várias forças sociais que se debatem nestes momentos privilegiados.

4.2. Os de Japonesa X Os de Sapato e Meia: Os Rituais da Política

"AVE MARIA DA ELEIÇÃO"

"NO DIA DA ELEIÇÃO
O POVO TODO CORRIA
GRITAVA A OPOSIÇÃO:
AVE-MARIA

VIAM-SE GRUPOS DE GENTE
VENDENDO VOTOS NAS PRAÇAS
E A URNA DO GOVERNO
CHEIA DE GRAÇA

UNS E OUTROS PERGUNTAVAM:
O SENHOR VOTA CONOSCO?
UMA CHALEIRA RESPONDEU:
ESTE É CONVOSCO

EU VIA DUAS PANEIAS
COM MIÚDOS DE DEZ BOIS
CUMPRIMENTEI-AS DIZENDO:
BENDITA SOIS

OS ELEITORES COM MEDO
DAS ESPADAS DOS ALFERES
CHEGAVAM A SE ESCONDEREM
ENTRE AS MULHERES

OS CANDIDATOS CHEGAVAM
COM UM AMEAÇO BRUTO
POIS UM VOTO PARA ELES
É BENDITO FRUTO

UM MESÁRIO DO GOVERNO
PEGAVA A URNA CONTENTE
E DIZIA EU ME GLOREIO
DO TEU VENTRE

A OPOSIÇÃO GRITAVA:
DE NÓS NÃO GANHA UM VINTÉM
RESPONDIAM OS DO GOVERNO:
AMÉM, AMÉM!"

(Leandro Gomes - Pombal)

A política é "tradicionalmente" reduzida a determinadas práticas rituais, mas estas práticas são entendidas por cada grupo de forma particular, e é por isso que elas acontecem, se repetem e se redefinem, mas nunca da mesma forma para todos.

Como já formulado anteriormente, as eleições possibilitam uma maior visibilidade do confronto entre os grupos políticos locais e destes com os outros segmentos sociais, colocando frente à frente, forças distintas e antagônicas, cada qual defendendo à sua maneira, os seus interesses. Isso porque o processo eleitoral implica uma seleção, no seio da qual determinadas pessoas serão autorizadas por toda sociedade a "governar" ou "administrar" os bens e interesses públicos. Esse processo, por sua vez, se compõe de determinados rituais, que se iniciam com a apresentação dos candidatos à sociedade e se completam através da campanha política. Mas, a própria campanha política, segundo os estudiosos da temática em enfoque⁽¹⁰⁾, se apóia nos benefícios públicos oferecidos pelos políticos locais, que advém das camadas altas da sociedade e chegam a tal posição através do sistema de parentela, das suas próprias condições econômicas e da sua relação com as esferas do poder Estadual e Federal.

Para Maria Isaura P. de Queiroz:

"O coronel, no grupo de parentela era integrante em nível elevado e chefe supremo da sua parentela e das parentelas aliadas, de modo que sua autoridade podia extrapolar o âmbito local (...) Através das formas de mando é que pode-se perceber as possibilidades de manobra na relação do coronel com seus intermediários ou eleitores, bem como a possibilidade de defesa por parte dos últimos."⁽¹¹⁾

Para Victor Nunes Leal:

"É com realizações de utilidade pública, algumas das quais dependem só do seu empenho e prestígio político, enquanto outras podem requerer contribuições pessoais suas e dos amigos (...) que em grande

(10) QUEIROZ, Maria Isaura P. de. O Coronelismo numa Interpretação Sociológica. Op. Cit., 1977; LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, Enxada e Voto. São Paulo, 1978; SÁ, Maria Auxiliadora F. de. Dos Velhos aos Novos Coronéis. Recife, 1974.

(11) QUEIROZ, Maria Isaura P. de. Op. Cit. p.155.

parte, o chefe municipal conserva ou constrói a sua posição de liderança (...). Há ainda os favores pessoais de toda ordem, desde arranjar empregos públicos até os mínimos obséquios." (12)

De acordo com essas posições pressupõe-se que as relações dos chefes políticos com seus correligionários, eleitores, cabos eleitorais e até com o poder público passam por determinadas alianças e compromissos que se baseiam no uso das instituições como "fontes de dominação" e na "relação clientelística".

No discurso das elites políticas de Catolé do Rocha podemos verificar determinadas estratégias que se ligam a esse pensamento. Para uma de nossas informantes, por exemplo:

"Eu me criei vendo aquele povo fazer política e eu tinha assim uma atenção muito grande a eles, eles eram como se fossem meus pais, porque eram quem me ajudavam em tudo, por isso eu fui sempre muito obediente a ele. E não ajudavam só a mim não, ajudavam a quem precisasse, por isso o povo queria tanto tio Zé na Prefeitura." (Cidôra)

Essa formulação aproxima-se do que afirma Victor Nunes Leal (13), quando considera que a continuidade da liderança política local se institucionaliza via favores e compromissos pessoais.

Para o próprio José Sérgio Maia:

"Eu tenho uma passagem curiosa na minha vida, eu já tive oportunidade de dispor de todo o poder aqui em Catolé do Rocha mas, nunca me utilizei para mandar prender ninguém, para mandar tomar arma de quem quer que seja. Quando uma pessoa usa uma arma e está praticando alguma desordem eu mando chamar e digo: 'olhe, você fica com sua arma mas, tenha cuidado, não vá ameaçar ninguém, tenha cuidado pra não prati-

(12) LEAL, Victor Nunes. Op. Cit. p.37.

(13) LEAL, Victor Nunes. Op. Cit. p.38.

car desordem'. Aí a pessoa se acalma e nunca foi preciso valentia aqui, todo mundo amansou; os valentões amansaram." (José Sérgio Maia)

E ainda:

"Eu não permito injustiça, quando sei que um jovem por descuido, uma pequena falta, está sendo castigado, está na cadeia, então eu vou lá e mando soltar." (José Sérgio Maia)

Essa posição traz implícita a idéia de que a manipulação da autoridade, a dominação total, se encontrava nas mãos do líder político local, e que foi através da sua atitude de "evitar injustiça" e "ajudar a todos" que a sua liderança se consolidou e perpetuou. Outro meio apontado por José Sérgio Maia nesse sentido está ligado ao lazer:

"Para completar essa situação de bonança do povo de Catolé eu faço umas festas populares, eu renovei a festa de carnaval e venho melhorando a cada ano, faço o São João no mês de junho (...) São festas populares que é um comprovante da fraternidade que eu implantei aqui em Catolé, na minha terra. Aqui todo mundo pode pular, brincar, se distrair e participar da festa que a prefeitura faz gratuitamente. Para toda a população de Catolé, sem distinção política nem de classe (...) as pessoas dos bairros, as pessoas de japonesa, tiram a japonesa para ficar descalças e pra pular melhor junto com as de sapato e meia. Para mim, tudo vale a mesma coisa." (José Sérgio Maia)

Dessa forma, constatamos que as "festas populares" que a prefeitura - e nesse entendimento, o prefeito - realiza proporcionam à coletividade todo um ritual onde se tenta criar uma visão alternativa frente ao mundo real e à vida cotidiana, visto que no período da festa as regras sociais hierárquicas seriam suspensas e predominaria o sentido universalista através do qual "todos" são iguais. Mas a diferença se encontra presente na própria cena, pois

é a partir dela que percebemos as combinações do mundo cotidiano e as diferenças no próprio comportamento, vestir, etc. O mesmo discurso que tenta suprimir as diferenças demonstra a desigualdade, como algo discriminatório produzido por uma distribuição hierárquica e unilateral em que se estabelece o binômio inferioridade e superioridade social: "os de japonesa, pulam ao lado dos de sapato e meia sem distinção". Essa "igualdade" momentânea no transcorrer desse tipo de festas pode perfeitamente se caracterizar como uma estratégia de aproximação e identificação dos políticos com as outras forças sociais.

Outra estratégia de conquista da população se dá com o uso político-eleitoral das instituições de saúde e de educação, as quais também são vistas como meio de cooptação eleitoral.

"A saúde eu consegui organizar a meu modo, que não faltasse atendimento para os pobres tanto na cidade, na periferia, como na zona rural (...) Escola, eu ofereço escola boa, ensino atualizado a toda criança do município, tanto da zona urbana, quanto da rural. Temos bons educandários, temos bons hospitais (...) para atender a todos." (José Sérgio Maia)

Mas essas táticas que são percebidas pelos estudiosos do "poder local" e pela própria elite política local como benfeitorias, são utilizadas, em última instância, como possibilidades de barganha eleitoral, sendo detectadas hoje como "jogo político".

"Eles usam o Hospital e o Sindicato como se fossem donos. O agricultor aqui não tem acesso ao seu próprio Sindicato, se precisar usar o carro que tem lá não pode, se precisar de um vidro de remédio não tem. A mesma coisa é no hospital, se chegar um morrendo lá, só é atendido depois que chega a ordem. Mas se for com a ordem de um chefe político daquele, ou de uma pessoa bem ligada dentro dos políticos tudo se resolve, as coisas se resolvem até com um recado." (Zequinha)

Contudo, essas práticas, apesar de continuarem presentes nos rituais da política, parecem se redefinirem sobretudo após a

desapropriação dos agricultores da morada e do acesso à terra. Pois, é a partir dessas mudanças que eles, contraditoriamente, parecem readquirir a propriedade sobre si próprios, "a liberdade de votar em quem quiser" ou em quem oferecer maiores vantagens. Enfim, passam a ter maior poder de barganha:

"Eles mesmos eram acostumados a mandar prender, dar uma surra e tomar as armas desse pessoal que era para os familiares da pessoa ir pedir pra Zé Sérgio soltar e ficar devendo o favor. Mas o povo agora não está mais se iludindo com isso, ou com festinhas, bom dia e aperto de mão. Por isso, eles sentem que estão perdendo a confiança e mudam a maneira de tratamento." (Zequinha)

"A política mudou mais porque o pessoal tá mais consciente; mais sabido, né? Antigamente a gente tinha até medo de dizer em quem votava. Até poucos anos o pessoal trabalhava numa região aí eles diziam: 'é pra votar em fulano de tal!', e todo mundo votava. Mas o povo aqui já cortou isso, não tá mais atendendo não." (Almeida)

Notamos, então, que a existência do voto por "consideração" ou pela "confiança" vai desaparecendo, a medida que os agricultores se sentem mais "livres". Assim, podemos afirmar que a percepção da política como uma "profissão", como "mercadoria", redefine inteiramente a natureza dos "investimentos" a serem feitos⁽¹⁴⁾. Mas, enquanto a literatura com a qual trabalhamos ao perceber a política como mercantilização liga isso simplesmente ao econômico, os agricultores dão significados diferentes a esse processo e percebem-no a partir da transição entre o voto por "consideração" e o voto por "ganho". Portanto, a sociedade capitalista leva a uma mudança na forma de perceber e vivenciar as coisas.

(14) Sobre essa questão ver: CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly, A Nova Estratégia do Espetáculo Político. In: XIMENES, Tereza (org.). Novos Paradigmas e Realidade Brasileira. Belém, UFPA/NAEA, 1993. pp.124-139.

"Um tipo de poder que o agricultor possui hoje é o voto. Se o agricultor quiser, ele pode resolver tudo através do voto. Antigamente, aqueles ricos, aqueles patrões prometiam uns votos a um candidato tantos a outros, e mandavam seus moradores votar. Hoje é diferente, não fica lugar pra os políticos não andar, porque a política se tornou um emprego né?" (João)

O voto, agora encarado como uma propriedade do agricultor, surge no seu pensamento como uma arma capaz de transformar, ou não, determinadas relações, como algo que possibilita uma inversão social. É com base no ato de votar que se passa a idéia do papel ativo dos eleitores na cena política. Essa idéia é reforçada por um de nossos informantes quando afirma que:

"O voto não se vende, não se dá por dinheiro e não se deve pagar favor com votos. O voto é uma arma que o trabalhador possui para botar pessoas de vergonha pra governar os destinos do povo." (Zequinha)

No discurso dos agricultores de Catolé do Rocha, não só os agricultores, mas também os próprios políticos locais parecem ter alterado seu comportamento, ao considerarem, hoje, a política como uma forma de ganhar dinheiro e, não apenas de ter prestígio e respeito por parte da população.

"Na época que os políticos não ganhavam dinheiro eles visavam assim, ter um nome, e, hoje não, o que se vê é o abuso do poder, é o ganho. Por isso que a política hoje mudou muito pois, antigamente o pessoal votava com o voto de consideração, mas hoje, a maior parte dos políticos não faz nada por ninguém; eles ganham nas eleições porque têm dinheiro e saem comprando votos a troco de chinela, prometendo sem fazer nada." (Sebastião)

"Antes não havia muito essas propagandas políticas. Era difícil um candidato andar nos sítios, nas casas, os comícios eram poucos e durante o dia, raramente havia comício nos sítios e não tinha carro de som, era uma amplificadora naquele ponto. Hoje é tudo no som, os comícios aumentaram

e eles fazem aqueles shows pra chamar atenção dos eleitores, é propaganda por todo canto." (João)

Segundo esses depoimentos, antes, nas eleições, quem intermediava o voto dos agricultores eram os patrões e votavam por "consideração" em políticos que visavam ter status. Mas, hoje, o voto se tornou uma mercadoria devido ao fato de que a política se tornou um emprego, um ganho, e, como tal, exige uma relação político-eleitor diferenciada. Nessa "nova" relação os investimentos a serem feitos para assegurar o sucesso eleitoral passam pela compra do voto, pelo espetáculo dos shows, pela propaganda e pela sedução. À medida que a política se mercantiliza, os eleitores passam a encarar o voto como uma propriedade, como uma mercadoria e desestabiliza-se o vínculo de "compadrio". Nesse sentido, a relação político-eleitor passa a ser esporádica e orientada por interesses imediatos:

"Hoje tá melhor mas, ainda existe muito o pessoal que vota por uma bolsa de estudo, por um emprego de poucos cruzeiros na prefeitura, sempre existe essa manipulação do povo por receitas médicas, a troco de um milheiro de tijolo, a troco de um saco de cimento. A maioria dos políticos hoje são eleitos dessa forma, se fazem na política em cima do pobre com favores de imediatismo. Mas isso é um grande mal que o agricultor tá fazendo a sua própria pessoa e a toda a comunidade, é uma falta de conscientização política." (Marcelino)

A afirmação de Marcelino é ditada por um determinado padrão do que ele considera consciência, que é por sua vez, orientado ideologicamente pelo discurso da esquerda, o qual defende que:

"O trabalhador só vai ter algum poder quando ele tomar consciência do seu lugar na sociedade e se mobilizar. A partir do momento que a classe trabalhadora se organizar e se mobilizar, ela vai poder conseguir mudar o quadro social vigente." (Marcelino)

Diante de tantas formulações, ou seja, a partir desses diversos discursos, podemos perceber que a cada visão apresenta-se um

tipo de argumentação no que diz respeito à relação agricultor X políticos locais. Para as chamadas elites dominantes o agricultor deve caminhar sob a "guarda" e o "mando" dos "homens do poder", pois só assim ele poderá conseguir o mínimo para sua sobrevivência. Para a chamada esquerda, o agricultor tem que se libertar das garras dos homens de poder e tentar defender seus interesses de forma "consciente" e organizada a fim de mudar a situação social na qual ele se encontra inserido.

Constituiu-se então visões distintas: por um lado, o agricultor necessita de alianças políticas com as "elites dominantes", por outro, ele necessita romper com essas alianças políticas e se aliar internamente com o seu grupo. Um e outro discurso atribuem "de fora" um lugar na política para os agricultores e rotulam qual deve ser o seu comportamento político.

Todavia, será o agricultor tão "ingênuo", a ponto de se tornar meramente vítima do poder? Será que a afirmação de que o voto do agricultor seria um voto inconsciente não estaria desconsiderando as possibilidades e os limites em que eles vivem? Enfim, como se dá, no discurso do agricultor, a realização de suas perspectivas próprias, através dos rituais da política?

4.3. Os Cabos Eleitorais: Merecimento, Chibata ou Dinheiro?

No ritual da eleição hoje a idéia de troca é fundamental, e não há troca que não implique negociação, preço, condições, prejuízos e lucros.

Nessa tentativa de troca entre as elites políticas locais e os eleitores no processo eleitoral, além das estratégias apontadas anteriormente, há a relação direta nos períodos eleitorais. Os Cabos Eleitorais constituem-se intermediários na relação político

M.

"Aqueles pessoas que andam à caça de votos no tempo da política para ajudar os candidatos de sua família, da sua amizade, ou, do seu partido, participando nas campanhas de forma voluntária." (Cidôra)

Para os agricultores, os cabos eleitorais são:

"Aqueles pessoas que vão pedir voto lá para aqueles políticos deles em troca de favor e até de dinheiro." (João)

Assim, a importância do Cabo Eleitoral numa campanha é fundamental. No entender de Victor Nunes Leal, os cabos eleitorais são

"Os mentores políticos empenhados na qualificação e comparecimentos (dos eleitores)." (15)

Segundo esse autor, os cabos eleitorais são encontrados entre parentes, amigos e agregados dos políticos locais, e, geralmente, são investidos de autoridade pública e de uma série de fatores pessoais que vão desde os mínimos obséquios até arranjar emprego público.

Mas, para alguns agricultores, há uma diferença entre os antigos "cabos eleitorais" e os atuais:

"Antigamente os cabos eleitorais pediam voto porque achavam que aquela pessoa merecia e hoje, eles estão pedindo voto para os políticos visando um ganho de 'tanto' que o político tá dando daquele dinheiro que é nosso. É muito difícil um cabo eleitoral trabalhar para um candidato pobre, eles trabalham para os ricos porque recebem dinheiro." (Sebastião)

"Os cabos eleitorais antigamente tinham a chibata, pediam o voto e prometiam, se não votassem eles chicoteavam, davam uma surra. Hoje, não tem a chibata daquela que bate nas costas e se sente a dor mas, tem a chibata do desprezo, da fome, do desemprego, que também é uma chibata muito perigosa." (Zequinha)

Podemos encontrar nesses discursos visões diferentes a respeito dos antigos cabos eleitorais. Para seu Sebastião, eles agiam em favor de um político que consideravam ter merecimento, enquanto, para seu Zequinha, os cabos eleitorais eram quem manejavam o chicote em nome do potentado local, e hoje são as imposições econômicas que agem tal como a chibata tornando os agricultores vulneráveis às táticas de conquista e aliciamento dos cabos eleitorais.

Observamos que em todos os rituais da política verificam-se redefinições, à medida em que há modificações nas relações de trabalho e que a política se mercantiliza. Na relação entre os grandes proprietários e os agricultores os interesses se diversificam ou assumem novos objetivos. Os cabos eleitorais antes agiam de chibata na mão ou em favor das pessoas que eles consideravam melhores, ou achavam que mereciam, e se constituíam de parentes, e amigos dos políticos locais. Hoje já assumem, segundo César Barreira⁽¹⁶⁾, uma posição diferenciada.

"Os novos cabos eleitorais levam alguns serviços para os povoados e ganham, paulatinamente, liderança e prestígio. Começam a exercer funções que antes eram restritas ao proprietário (...). O grande proprietário cede espaço no controle da 'clientela eleitoral' para os cabos eleitorais (que) ... desempenham uma função capital no momento que se rompem laços da dominação pessoal e na necessidade de ser preservada uma 'estrutura clientelística' que viabiliza a continuidade de uma política conservadora e oligárquica." (17)

Nesse sentido, o cabo eleitoral assume o papel antes efetuado pelos políticos e proprietários, recuperando o contato pessoal através de determinados serviços prestados e da própria compra do

(16) BARREIRA, César. Trilhas e Atalhos do Poder. Rio de Janeiro, Rio Fundo, 1992.

(17) BARREIRA, César. *Op. Cit.* pp. 31, 173 e 174.

voto, dependendo do caso, configurando-se, igualmente, como profissionais da política.

Para os agricultores, os cabos eleitorais de hoje são vistos como um intermediário negativo.

"A função do cabo eleitoral é enganar, enrolar o eleitor. Ele não vem com a verdade, ele vem com a mentira, ele vem prometendo em nome de um patrão que vai ser político, ou que é político, transmitindo o que ele também não faz." (Zequinha)

"A importância do cabo eleitoral é ilusória porque ele só pensa que é, e não faz nada pois, os políticos não dão vez a eles. Eu acho que eles são uns enrolões porque vivem assim, pedindo a um e a outro e no fim nada eles realizam." (Elízio)

Esse discurso reconhece como cabo eleitoral apenas os intermediários em relação aos "políticos tradicionais". Não são considerados como cabos eleitorais, pelos agricultores, os interlocutores da "esquerda", tais como os membros das CEBs, da CPT, do Movimento Sindical, etc.

Notadamente, os cabos eleitorais continuam a constituir parte integrante dos rituais da política. Porém, principalmente a partir do rompimento - por parte dos agricultores - com a dependência pessoal a partir da redefinição dos valores de lealdade, consideração e favor, eles tem redefinido também o seu papel, passando a agir com o propósito de dificultar a criação de um espaço político por parte dos agricultores e de criar uma relação imediatista e individualizada nos períodos que antecedem as eleições. Essa relação está pautada na compra de votos e na troca direta, a qual define o término do compromisso entre os políticos e os eleitores no dia das eleições. (18)

Portanto, há toda uma relação de troca, a qual pode ou não funcionar como compra e venda de votos, pois nem sempre os "eleitores" são "sinceros" com os cabos eleitorais. Muitos chegam a votar nos políticos que eles defendem, outros, apenas prometem como estratégia para não ficar "marcado". Diante dessas circunstâncias novos questionamentos se impõem. Sobretudo, no que diz respeito a caracterização dos eleitores como "eleitores de cabresto".

4.4. Eleitor de Cabresto?

A análise do "poder local" e/ou do "coronelismo" nas Ciências Sociais tem colocado de forma predominante a submissão econômica e político-social dos agricultores frente às "elites dominantes".(19)

A partir de 1945, com o retorno do Sistema Representativo, é corrente a idéia de que com a instauração do voto secreto, o eleitorado brasileiro passa a assumir maiores proporções de modo que o voto adquira um valor fundamental. Nesse período, se instaura, segundo os estudiosos do "poder local", a troca do voto por gratidão, fidelidade, favor e/ou assistencialismo.(20)

Diante desse contexto, há o entendimento de que, sendo a sociedade brasileira preponderantemente agrária, o cerne da dominação política está no "filhotismo" e no "mandonismo" no setor rural, em que se estruturam os chamados "currais eleitorais" e se definem os eleitores como "eleitor de cabresto".

Entretanto, a partir da década de 60 ocorre todo um rompimen-

(19) Ver QUEIROZ, Maria Isaura P. de. Op. Cit. São Paulo, Difel, 1977.

(20) Sobre esta questão ver: LEAL, Victor Nunes. Op. Cit. São Paulo, Alfa-Omega, 1978; DANTAS, Ibarê. As Mutações do Coronelismo. Fortaleza, UFCE/NEPS, 1986 e SÁ, Maria Auxiliadora F. de. Dos Velhos aos Novos Coronéis. Recife. PIMES/IFPE. 1974.

fato da penetração do capital no campo e da desapropriação dos camponeses, visto que, até então, o domínio do morador geralmente era ampliado pelos proprietários e políticos locais ao domínio do voto. Segundo Ibarê Dantas:

"Dessa maneira a relação patrão-cliente do sistema coronelista apresenta-se tanto em sua forma antiga de 'promessas e ameaças - voto', como na forma de 'dinheiro - voto', que passa a adquirir maior expressividade." (21)

O voto surge, desse modo, como fonte de legitimação, mas a violência e o prestígio dos políticos locais continuam presentes na cena política, continuando com outra roupagem a "submissão" dos agricultores.

Já para César Barreira, o rompimento dessa rede de favores ocorre

"na medida em que os laços patrimoniais e a dominação pessoal passam por modificações. é o resultado das mudanças das condições de trabalho, como a separação do local de trabalho da moradia, o desaparecimento do fornecimento, etc. Mas também, da percepção por parte dos camponeses do grau de exploração em que vivem." (22)

Esse autor não desconsidera as mudanças estruturais, mas coloca claramente as mudanças na posição política dos agricultores, pensando-as a partir da articulação entre estes e alguns interlocutores, em busca de "regras de convívio" e barganha.(23) Nesse aspecto, as mudanças se reproduzem dentro de um quadro de ambiguidades, visto que, segundo os estudos em enfoque, a política, para os agricultores, até então teria se apresentado como a "política dos outros", e, como tal, o voto não representava para eles uma arma política.

(21) DANTAS, Ibarê. As Mutações do Coronelismo. Op. Cit. p.113.

(22) BARREIRA, César. Op. Cit. p.170. Grifos nossos.

(23) Nesse sentido, a Igreja, CEBs, CPT, partidos políticos de esquerda e até o próprio Estado, se constituem instituições institucionais na busca de novas estratégias e representações junto aos agricultores.

É a partir do momento em que ocorrem mudanças no comportamento eleitoral dos agricultores que os políticos locais tentam recuperar antigas práticas, e apresentam também novas estratégias a fim de continuar assumindo a liderança política local.

Mas, a posição eleitoral assumida pelos agricultores possui, na concepção dos mesmos, justificativas que se ligam estreitamente às suas condições e/ou limitações objetivas.

Para os nossos informantes todo esse quadro de mudanças e/ou permanências no que se refere à sua posição enquanto "eleitor de cabresto" se apresenta de forma específica:

"Eu lembro que antigamente a pessoa vinha pra mesa de votação e estavam ali os dois candidatos de um lado e do outro, já com a chibata na mão - meus avós e meus pais alcançaram esse tempo - eles viam em quem votavam e de qualquer maneira o eleitor ia ganhar uma surra, porque não podia votar nos dois. E eles puxavam na marra para votar. Depois que o voto passou a ser secreto a coisa foi mudando, deram condições da mulher votar, que mulher antes não votava, mas mesmo assim, eles ainda davam um jeitinho de enganar oferecendo emprego, dinheiro e coisas em troca do voto."
(João)

"Eu acho que hoje o eleitor vive mais liberto, né? Antigamente tinha mais cabresto." (Expedito)

"Hoje a pessoa que tem seu ranchinho pra morar não é sujeito a votar, embora que trabalhe nas terras dos outros, porque o cabra hoje procura um partido, se ele não atender, fala com outro e num instante atende, né?" (Paulo)

Esses depoimentos, ao mesmo tempo que reproduzem a idéia de "dominação", colocam as relações político X eleitor a partir da perspectiva do próprio agricultor. Se antes eles se sentiam "obrigados" a votar pelo fato de morar e trabalhar nas terras do proprietário local, hoje eles se sentem mais "libertos" para negociar o voto com quem possibilitar melhores chances de bargan-

"O político fica sempre assim, atrás de enganar a gente. Mas a gente já faz muito tempo que vive encabrestado e, passando o tempo a gente vai aprendendo aquelas coisas que prometem a gente e não cumprem e a gente vai ficando orientado porque tá vendo o movimento dos políticos." (Dimas)

"O povo hoje tá muito desprezado, enganado pelos políticos mas, mesmo assim, ninguém reage porque parece que de tanto sofrer não pode ver nada na frente, não pode ver um par de chinela, não pode ver um cruzeiro, não pode ver uma promessa fácil que acredita, nem que seja pra pegar o que tá na frente. É mais fácil acreditar no que tá na frente e a pessoa pode pegar na hora, do que acreditar e lutar por uma vida melhor." (Pedro)

Tais formulações demonstram que os agricultores se regem por um pragmatismo que não se coaduna com um discurso previamente elaborado, como é o caso do discurso das "esquerdas", nem tão pouco com o discurso das "elites políticas". O fato é que os políticos percebem essa idéia de troca, esse pragmatismo, e se utilizam dele.

Por isso, o eleitor é apresentado, na bibliografia citada, a partir da visão do poder enquanto uma questão institucional, ou seja, enquanto mando dos "coronéis", como se fosse apenas vítima do poder. Porém, considerando o poder a partir da perspectiva do agricultor, percebemos que ele é partícipe deste e atua conscientemente:

"Na hora de pedir o voto todo mundo é amigo. Ainda hoje eu vejo muitos dizer assim: '- Vou me aproveitar!' (...) Eu mesmo uma vez recebi um conto de réis; e eu não ia dizer assim: '- Eu não quero', porque aí o cabra já sabe que a gente não vota com eles, né? A gente recebe, cala e pronto, que é pra não arranjar má querência. Se chegar um diz assim: '- Fulano, você vota comigo?', a gente responde: '- Vamos ver, né?', ou, '- Eu voto'. E assim a gente vai passando, não fica marcado." (José)

"Eu tava com um pedaço da minha casa caindo. chegou um lá em casa e disse: '-

Eu vou lhe dar cimento e os tijolos pra você ajeitar sua casa'. A senhora acha que eu ia dizer que não queria? Recebi na hora que eu sei que depois que passa a eleição e eles ganham não faz mais nada pra gente mesmo!" (Expedito)

Esses discursos deixam claro que essas relações não são mais as mesmas, porque, além de se darem em condições diferentes, são também significadas ou pensadas por seus agentes de forma distinta. No momento em que o agricultor diz que vota num determinado candidato, sabendo que não vota, ele está agindo de forma consciente e estrategicamente. Isso é uma demonstração de que o agricultor também separa o discurso da prática.

Portanto, como já observamos anteriormente, em Catolé do Rocha, o exercício do poder local não se resume à apropriação do poder por parte dos políticos locais e à subordinação sócio-política dos agricultores, pois estes possuem interesses próprios e suas estratégias de resistência podem ser vislumbradas em suas próprias formulações. Nesse sentido, um exemplo que merece ser lembrado é a afirmação de seu José:

"Quando a gente abaixa a cabeça pra o patrão ou pra um político a gente sabe que tá abaixando a cabeça e que tá fazendo isso porque tá sendo obrigado de alguma forma a agir dessa maneira pois não abaixando pode sofrer mais (...) a gente se sente mandado por precisão." (José)

Nesse discurso o agricultor significa o "abaixar a cabeça" como uma forma de barganha, um contra-poder que se expressando de forma não verbal acaba por se apresentar como linguagem.

Vemos que em determinadas circunstâncias o que parece ser silêncio, permissão, submissão, pode ser uma forma de confronto, uma troca de interesses que de maneira singular produz um efeito útil, e, nesse caso, a submissão passa a se caracterizar como tática como aceitação por algum interesse.

Mas, nos discursos acadêmicos, não há a percepção dessas estratégias. O enunciado do coronelismo tenta dar conta do exercício efetivo do poder local, como explicitamos anteriormente, e é considerado nas formulações de Maria Isaura P. de Queiroz como fruto das parentelas, do carisma e principalmente do poder econômico dos chefes políticos locais, tendo como principais elementos de legitimação: 1) "a multiplicidade dos coronéis" (24), no sentido de diferenciá-los a partir do número de eleitores que são capacitados a "dominar". A autora não considera as táticas e estratégias dos agricultores; como essa "dominação" é por eles permitida, e com que interesses eles dela se utilizam; 2) a "possibilidade de barganha" como elemento que limita o poder do "coronel", mas que se insere "numa estrutura de dominantes e dominados em que os dominantes detinham várias formas de poder em suas mãos, inclusive e principalmente o econômico" (25). Não considera, nesse caso, a barganha como um arma que capacita os agricultores a um confronto no qual ele se apresenta como uma força política; 3) e o "paternalismo diplomático como estratégia de coronéis" (26) para continuar dispondo de uma "clientela subordinada". Nesse último elemento, a autora não aponta para a capacidade que possuem os agricultores e as demais forças sociais para alterar as próprias relações de poder.

Enfim, podemos afirmar que, ao relacionarmos a visão institucional do poder com os discursos por ela desqualificados, ao investigarmos os valores dos agricultores e como eles significam as relações de poder a partir desses valores, percebemos que não se pode definir o poder a partir de uma dedução hierárquica. E, sim, a partir da percepção das técnicas e estratégias utilizadas para dominar, reconhecer, proibir, permitir, etc.

(24) Conferir QUEIROZ, Maria Isaura P. de. Op. Cit. p.159.

(25) Conferir QUEIROZ, Maria Isaura P. de. Op. Cit. p.160.

(26) Conferir QUEIROZ, Maria Isaura P. de. Op. Cit. p.164.

Logo, o enunciado do coronelismo como um discurso da "verdade" é colocado em suspeição, notadamente porque ele mascara uma parte importante do poder que é o seu exercício a partir de inúmeros pontos e em meio à relações diferenciadas e móveis.

Assim, devemos suspeitar do enunciado do coronelismo porque ele evidencia a tentativa de definir o poder do ponto de vista das determinações econômicas e das estratégias das "elites políticas". Isso é uma forma de escapar a uma discussão no campo do próprio poder: as técnicas e táticas de dominação, as quais, atravessam todo o corpo social.

Portanto, podemos afirmar que as relações de poder, hoje, estão atravessadas por uma lógica capitalista, e não se deve continuar, no discurso das Ciências Sociais, a utilizar a expressão "neo-coronelismo" para nomear relações de poder que são totalmente diferenciadas. Pois, o que observamos hoje é um simulacro de "coronelismo", é a invenção da perpetuação de uma situação já extinta, que foi delineada de forma estática, institucional e hierárquica, e, não, de forma relacional; enfim, é a invenção da perpetuação de uma "tradição" (27).

(27) E como afirma Eric Hobsbawn: "Na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições 'inventadas' caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial (...) tentativa de estruturar de maneira inútil e invariável ao menos alguns aspectos da vida social (...)". HOBSBAWN, Eric & RANGER, Terence. (...) A Invenção das Tradições. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984. p.35.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos que a dinâmica das relações de poder é bastante complexa e não pode ser apreendida de forma absoluta. Por isso, não pretendemos generalizar qualquer dos questionamentos ou "resultados" a que chegamos no presente estudo, mas mostrar alternativas à compreensão das relações de poder e de suas redefinições e/ou permanências.

Portanto, a investigação desenvolvida ao longo deste trabalho procurou entender as relações de poder presentes no cotidiano dos agricultores - do município de Catolé do Rocha, no sertão paraibano - suas mudanças e/ou permanências, a partir da prática discursiva desses agricultores.

Na verdade, a nossa proposta se evidencia no sentido de tentar perceber como os agricultores se constituem sujeitos de suas experiências cotidianas e como foi possível a sua supressão enquanto partícipes das relações de poder, bem como a legitimação do "poder político dos dominantes".

Notadamente, no discurso frequentemente elaborado nos estudos de Ciências Sociais, o poder têm sido analisado a partir do seu exercício efetivo a nível local e da sua ligação com as instâncias do poder Estadual e Federal, priorizando as estratégias do discurso dos "dominantes" e desqualificando as significações cotidianas dos "dominados".

A partir desse fato, foi formulado um entendimento do poder como um dispositivo que se colocaria acima das classes sociais, tendo como principal eixo político a institucionalização e a ação do Estado. Além disso, consolida-se a preponderância da idéia do coronelismo como instância local do poder como a única capaz de possibilitar a perpetuação das relações econômicas e de dominação

Evidentemente, essa visão é pautada na caracterização do poder como algo universalizante e funcional e não apreende o poder em suas instâncias relacionais e histórico-culturais. Nesse sentido, as relações de poder aparecem de forma unilinear, como a imposição de um mando através do qual se constitui a invenção do coronelismo enquanto um fenômeno trans-histórico que impõe aos agricultores um saber e um poder desqualificados.

Também nos discursos dos políticos locais, dos seus prepostos e dos seus opositores, percebemos o ocultamento do percurso de diversas forças sociais em confronto e até a anulação da existência de determinadas forças na cena política. Além do mais, esses políticos definem enfaticamente, de forma hierárquica um lugar nas relações de poder para cada agente social, com o intuito de legitimar apenas o poder político dos "dominantes" e suprimir a posição dos agricultores e das demais forças sociais em confronto.

Quanto ao discurso elaborado pelos grupos de oposição, caracterizados como grupos de esquerda (PT, CEBs, CPT, MST, etc.), notamos também a legitimação do binômio dominação X submissão, mas na perspectiva de transformação social pelo resgate da posição política do agricultor. Esse resgate aconteceria através de sua "conscientização", "organização" e "mobilização", o que seria a chave para o exercício efetivo da cidadania, ou seja, da luta dos agricultores pelos seus "direitos".

Nas formulações desses diversos discursos, os agricultores frequentemente são vistos como vítimas do poder. São considerados ora como "naturalmente" desprestigiados pelas diferenças sociais; ora como injustamente desprestigiados por uma sociedade constituída sob as malhas do capitalismo. Assim, necessitam adquirir certa "consciência" da sua "realidade", a fim de se "libertar" da dominação em que vivem. De uma forma ou de outra, os enunciados "dominação", "submissão", "conscientização" surgem "de fora", ou

seja, não partem da vivência histórico-cultural dos agricultores.

Porém, é evidente que o que é enunciado nesses discursos permeia a vivência dos agricultores. O tempo todo, tenta-se passar, a partir de um "preconcebido conhecimento da realidade", a idéia de "subordinação" e "passividade" dos agricultores. Essa idéia é mediada pela instituição de um saber que é constituído socialmente pelas relações de poder e se torna "verdade dominante", a partir dos significados e interesses dos chefes políticos locais e de sua relação com o Estado, sem considerar os significados e valores das demais forças sociais.

Contudo, a questão da "dominação" para os que se configuram como "dominados" é algo muito complexo e não deve ser considerada apenas a partir do que é "dizível" das relações de poder, ou, da identidade de "dominado" constituída pelo "dominador", sem considerar as significações cotidianas e as estratégias utilizadas pelos próprios agricultores como reconhecimento ou permissão.

É nesse sentido que questionamos até que ponto os agricultores de Catolé do Rocha assimilam essa visão do poder ou que posição eles assumem enquanto parte integrante das relações de poder e que tipo de saber é instituído por eles a partir dessas relações.

Ao longo da nossa investigação observamos que o agricultor possui uma visão de mundo que lhe é própria e que serve de base para sua organização enquanto agricultor. Essa visão, por sua vez, se forma através das suas relações com seus "iguais" e com os que são identificados por eles como "diferentes", ou seja, nas relações que eles contraem uns com os outros e com o mundo exterior, bem com nas relações com a terra.

Vimos que a situação social vivida pelos agricultores os coloca em oposição às mudanças que se estabelecem no processo produtivo e que o acesso à terra é percebido por eles como algo

que tira e dá poder, configurando-se como elemento importante nos enfrentamentos cotidianos. Isso demonstra que, ao mesmo tempo que a visão dominante que associa "pobreza" à "fraqueza" e "riqueza" a "poder" é assimilada, a situação social dos agricultores possibilita a percepção da oposição estabelecida socialmente e a necessidade de confronto, que tem por base o acesso à terra.

Notadamente, a ambiguidade pode ser encontrada no discurso dos agricultores e as contradições podem ser percebidas. Por um lado, eles justificam a subordinação a partir da oposição entre "rico" e "pobre" como uma oposição já dada, reconhecendo a existência da divisão social e do confronto, evitando o enfrentamento direto pela própria fragilidade de que são investidos e pela idéia de que o poder não passa por eles, que é algo externo, e, como tal, possui no governo uma força tutelar. Por outro lado, eles percebem que seu poder viria sobretudo do fato de serem os produtores de alimentos e abastecedores de toda a sociedade. Nesse sentido, sentem-se como o segmento social mais forte. Interiorizam a desigualdade e pensam a possibilidade de lidar com as diferenças a partir da "união" e da idéia de que "seus direitos" e o "seu poder" existem.

Através da avaliação que os agricultores fazem do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, ficou evidente para nós que entre os agricultores e as diferentes forças sociais e políticas a eles relacionadas se fazem presentes alianças e dissensões que atravessam as fronteiras das próprias classes sociais.

No que diz respeito à religiosidade, também foi demonstrado que, no discurso dos agricultores, esse elemento é um fator de união e de oposição, pois o universo deles é místico e religioso, e à medida que eles compartilham uma visão religiosa do mundo, esta serve também para ler as questões terrenas e denunciar as desigualdades. É através da religiosidade dos agricultores que

podemos observar uma multiplicidade de significados que acabam se transformando e assumindo características próprias, simultaneamente às transformações sociais.

À sociabilidade e os laços de vizinhança também se encontram permeados por uma série de significados que se instituem a partir da oposição entre os ricos e os pobres e da perspectiva do poder através da "união".

Quanto às transformações ocorridas nas relações de trabalho, no momento em que os agricultores se sentem desapropriados do acesso à terra e da morada, e percebem a desorganização da agricultura, o rompimento do pacto anterior; enfim, uma descontinuidade ou um corte entre passado e presente. Há também um repúdio às transformações em curso e, simultaneamente, uma perspectiva de mudança, seja apelando para a ajuda do governo, para a luta pelo direito à cidadania e pelo direito à terra ou para o sentimento de liberdade e o aumento do poder de barganha.

Portanto, os agricultores, ao mesmo tempo que reproduzem a visão institucional do poder, tentam lutar a partir das suas possibilidades e limites em que vivem, colocando num primeiro plano as suas próprias perspectivas e interesses. Desta feita, as suas estratégias se evidenciam, a cada momento, de acordo com as oportunidades, de maneira pragmática, ora legitimando o "poder político dos dominantes", ora criticando e lutando de acordo com suas possibilidades concretas. Mas, sempre tirando proveito do que lhe for possível e procurando defender os seus interesses.

Evidentemente não é possível que se definam as relações de poder com base apenas no binômio dominação-submissão, ou que se pretenda delinear as relações de poder de forma estática, atentando apenas para o seu lado institucional e ritualístico. Só na mecânica sutil e microscópica do poder é que poderemos descobrir sob uma aparente permanência as mudanças.

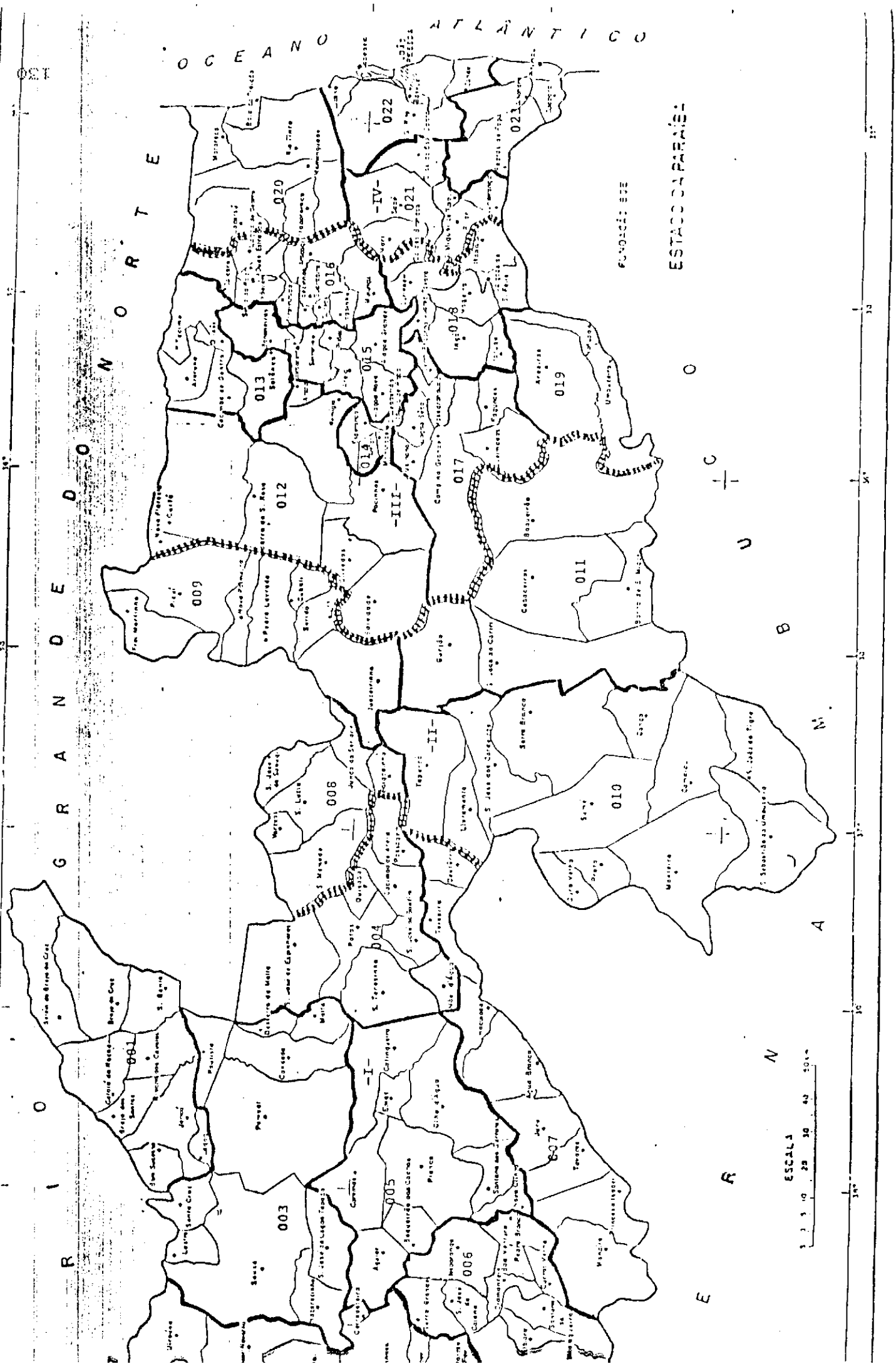
Se o coronelismo é definido como uma forma não moderna de fazer política e os ditos "coronéis" tiveram que redefinir completamente não só sua forma de atuação, como a sua relação com os eleitores, correligionários, cabos eleitorais, poder público, etc., o que se nos apresenta não é simplesmente um "neo-coronelismo", e, e sim, relações complexas e infinitesimais redefinidas cotidianamente. Ao contrário da permanência do "coronelismo com nova roupagem", o que observamos hoje através dos próprios rituais da política são relações tipicamente burguesas mediadas por condições e interesses histórico-culturais específicos, pautados em condições objetivas. Portanto, não há, como defendem alguns estudiosos a perpetuação de uma situação já extinta e que foi delineada de forma hierárquica e institucional, como tentativa de estruturar de maneira imutável e invariável apenas alguns aspectos da vida social.

Enfim, entendemos que o enunciado do coronelismo para designar o exercício efetivo do poder local tem se mantido como uma "tradição" acadêmica, e, enquanto enunciado, já não dá mais respostas às relações de poder que se exercem na realidade por nós investigada.

A N E X O S

OCEANO ATLANTICO

R I O G R A N D E D O N O R T E



FUNDO: ESE

ESTADO CARABAI

ESCALA

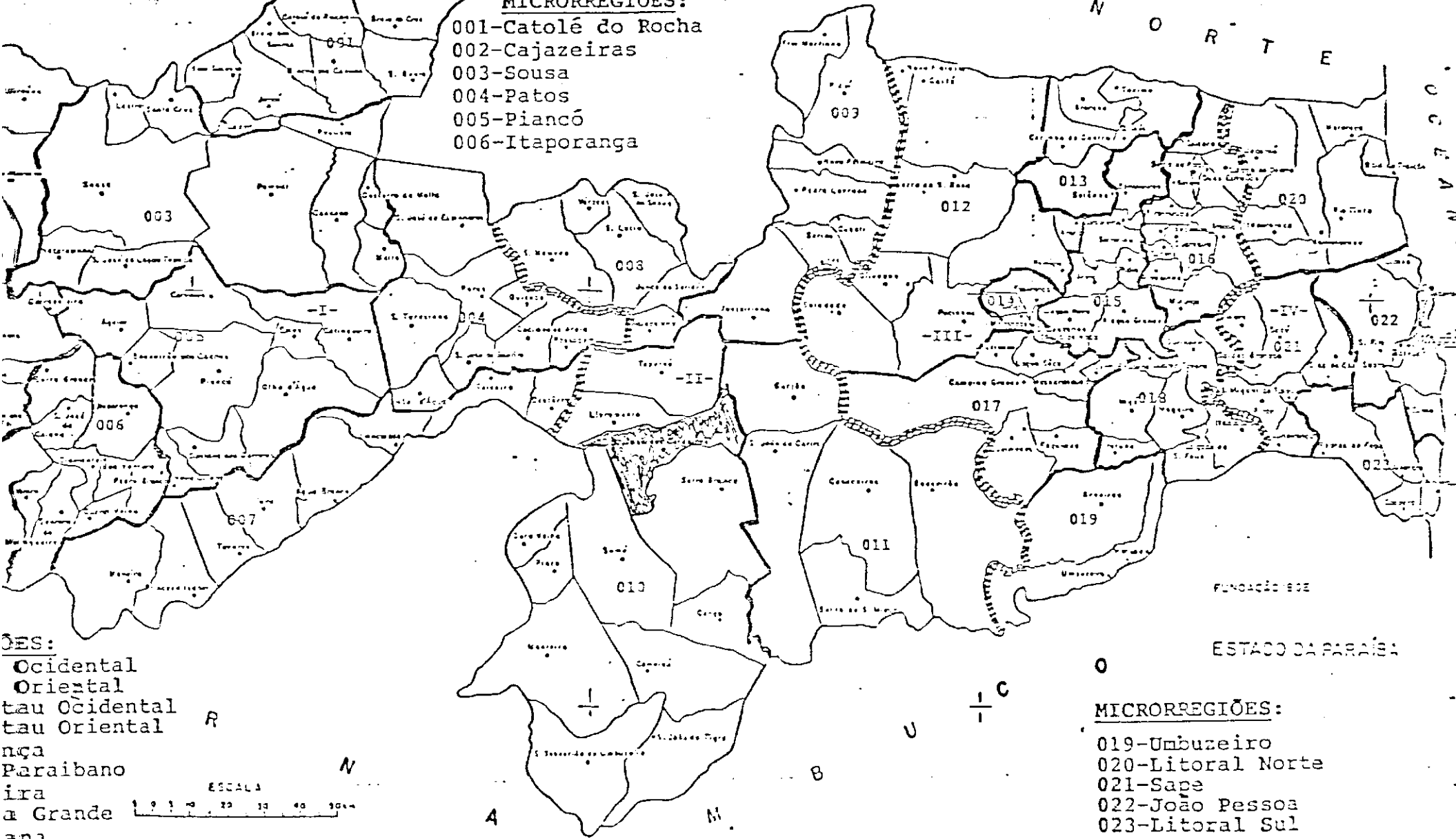


E R A N

S:
raibano
e paraibano
raibana

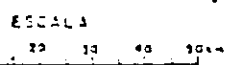
MICRORREGIÕES:
007-Serra de Teixeira
008-Seridó Ocidental Paraibano
009-Seridó Oriental Paraibano

MICRORREGIÕES:
001-Catolé do Rocha
002-Cajazeiras
003-Sousa
004-Patos
005-Piancó
006-Itaporanga



DES:
Occidental
Oriental
tau Ocidental
tau Oriental
na
Paraibano
ira
a Grande
ana

ESTADO DA PARAÍBA
MICRORREGIÕES:
019-Umbuzeiro
020-Litoral Norte
021-Sape
022-João Pessoa
023-Litoral Sul



FONTES PRIMÁRIAS

ENTREVISTAS*

Adauto (78 anos)	- Entrevista realizada em 13/03/1991.
Alcides (33 anos)	- Entrevista realizada em 08/08/1991.
Almeida (44 anos)	- Entrevista realizada em 05/08/1991.
Antônio (28 anos)	- Entrevista realizada em 14/03/1991.
Cidôra (41 anos)	- Entrevista realizada em 12/01/1993.
Damião (28 anos)	- Entrevista realizada em 12/03/1991.
Dimas (43 anos)	- Entrevista realizada em 04/08/1991.
Elias (43 anos)	- Entrevista realizada em 12/03/1991.
Elizio (66 anos)	- Entrevistas realizadas em 03/08/1991; 17/05/1992 e 10/01/1993.
Expedito (38 anos)	- Entrevista realizada em 05/08/1991.
Fátima (39 anos)	- Entrevista realizada em 21/05/1992.
Geraldo (53 anos)	- Entrevista realizada em 12/01/1993.
Joaquim (39 anos)	- Entrevista realizada em 11/03/1991.
Joaquina (63 anos)	- Entrevista realizada em 21/05/1992.
Joca (40 anos)	- Entrevista realizada em 20/05/1992.
José (65 anos)	- Entrevistas realizadas em 14/03 - 03/08/1991 e 15/05/1992.
João (58 anos)	- Entrevistas realizadas em 15/03 - 09/08/1991 e 16/05/1992.
Júlio (64 anos)	- Entrevista realizada em 19/05/1992.
Lindalva (35 anos)	- Entrevista realizada em 18/05/1992.
Mancel (68 anos)	- Entrevista realizada em 10/08/1991.
Marcelino (32 anos)	- Entrevista realizada em 10/08/1991.
Maria (29 anos)	- Entrevista realizada em 18/05/1992.
Paulo (48 anos)	- Entrevista realizada em 06/08/1991.
Pedro (54 anos)	- Entrevista realizada em 13/03/1991.
Petrunilo (63 anos)	- Entrevista realizada em 09/08/1991.
Ronivon Suassuna (41 anos)	- Entrevista realizada em 09/01/1993.
Sebastião (66 anos)	- Entrevista realizada em 07/08/1991.
Severino (73 anos)	- Entrevista realizada em 11/03/1991.
Zequinha (53 anos)	- Entrevistas realizadas em 15/03/1991; 16/05/1992 e 08/01/1993.
Zulmira (78 anos)	- Entrevistas realizadas em 19/05/1992 e 11/01/1993.

* Os nossos informantes não autorizaram-nos a localizarmos o sítio ou lugar onde moram no município de Catolé do Rocha. Também não nos foi permitido identificá-los pelo nome verdadeiro (com exceção de Seu Zequinha, Ronivon Suassuna e Cidôra). Alegaram eles, ser "por questão de segurança". Portanto, os nomes são fictícios e estão em

LITERATURA DE CORDEL

ANÔNIMO. Os Fatos das Eras de 1877 ao Resumo dos Tempos.

_____. A Seca do Ceará.

_____. Panelas que muitos mexem.

_____. O Retirante.

_____. Seca, Fome e Carestia assola o Brasil inteiro.

_____. Seca no Sertão.

_____. Fome e Imposto.

_____. O Sertanejo no Sul.

ARÉDA, Francisco Sales. A Pobreza em reboliço e os Pau-de-Árara do Norte.

CESÁRIO. O Clarim da Miséria Fuzando a Marcha da Fome.

COELHO, Rodolfo. Os Flagelos da Seca no Nordeste.

_____. A Vida do Sertanejo.

DINIZ, Estênio. Emigração. Juazeiro do Norte, 1977.

D'ALMEIDA FILHO, Manoel. O Sofrimento do Povo no Fação da Carestia.

FORTES, Jânio Lima. Nordestino.

FORTES, João Alberto Lima & SOBRINHO, Fortes. A Seca do Nordeste.

GOMES, Leandro. Os Homens da Mandioca.

_____. Poder do Dinheiro: A carestia da vida.

_____. O Governo e Lagarta contra o Fumo.

GOMES, Leandro. Ave Maria da Eleição. Pombal.

_____. História de João da Cruz.

MANSO, Lobo. Poesia contra os Profetas e Experiências de Chuva.

NORDESTINO, Franklin Machado. Sem seca a gente vê as belezas do sertão.

_____. Frutinha da Seca. Bahia, 1981.

_____. O Nordeste vai jogar Camelo no seco e duro (e o burro que se manque). São Paulo, 1982.

SANTA HELENA, Raimundo de. Flagelados da Seca.

JOAO PESSOA, Sá de. Seca, Fome e Miséria.

SANTOS, Apolinário dos. O Triste Drama das Secas.

_____. O Pranto do Nordestino.

_____. Quando há seca no sertão.

_____. Os Nordestinos no Rio e o Nordeste Abandonado.

SANTOS, Manoel Camelo. Os Horrores do Nordeste e a Solidariedade Campinense. Campina Grande, 1953.

SILVA, Expedito Sebastião da. Os Horrores e a Seca do Nordeste.

SILVA, José Bernardo. O Retirante. Juazeiro, 1955.

SILVA, M. C. J. A Seca de 70.

SOUZA, José Francisco. Fome e Seca no Nordeste Matando sem Piedade. São Paulo, 1983.

FILME

"UM HOMEM E SUA CIDADE". Filme produzido pela família Maia (VHS),

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. A Fome tira o Juízo = Seca e Conflitos Sociais. In: Revista Grão. Ano I, Nº 04, Curso de Ciências Sociais do Centro de Humanidades da UFPE, Campus II, Campina Grande, 1985, pp.65-80.
- _____. A Singularidade: Uma Construção nos Andaimas Fingentes da Teoria Histórica. Texto mimeografado.
- _____. Menocchio e Riviêre: Criminosos da Palavra, Poetas do Silêncio. Campinas, UNICAMP, Centro de Memória/Papirus, Revista Resgate, Nº 2, p.
- _____. Falas de Astúcia e Angústia: A Seca no Imaginário Nordestino: Do Problema à Solução (1887-1922). Dissertação de Mestrado em História, Campinas, UNICAMP, 1988.
- ANDRADE, Ilza Leão. Novas Elites no Cenário Político Nordestino. In: XIMENES, Tereza. (org.). Novos Paradigmas e Realidade Brasileira. Belém, UFPA/NAEA, 1993, pp.214-222.
- ANDRADE, Manuel Correia de. A Terra e o Homem no Nordeste = Contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste. São Paulo, Atlas, 1986.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. As Ligas Camponesas. São Paulo, Paz e Terra, 1982.
- BARREIRA, César. Trilhas e Atalhos do Poder = Conflitos Sociais no Sertão. Rio de Janeiro, Rio Fundo, 1992.
- _____. A Parceria e a Questão Política no Campo. In: Revista de Ciências Sociais. Vol X, Nº 1 e 2, Fortaleza, 1979, pp.145-158.
- _____. Pistolaquem: O Lado Oculto do Poder. In: XIMENES, Tereza. (org.). Novos Paradigmas e Realidade Brasileira. Belém, UFPA/NAEA, 1993, pp.140-147.
- BENEVIDES, César. Camponeses em Marcha. São Paulo, Paz e Terra, 1985.

BENJAMIN, Walter. A Imagem de Proust. In: Magia e Técnica - Arte e Política (Obras Escolhidas, Vol. I). São Paulo, Brasiliense, 1985, pp.36-50.

_____. Sobre o Conceito de História. In: Rua de Mão Única. (Obras Escolhidas, Vol. II), 2 ed., São Paulo, Brasiliense, 1989, pp.223-234.

_____. A Infância em Berlim por volta de 1900. In: Rua de Mão Única. (Obras Escolhidas, Vol. II), 2 ed., São Paulo, Brasiliense, 1989, pp.71-142.

BERTOLAZZI, Annaliza & TOSI, Giuseppe. Poder e Sindicalismo Rural na Paraíba. Texto apresentado no curso: "Poder Local e Estado Nacional" do Mestrado em Sociologia Rural, UFPB, Campus II, Campina Grande, 1985, (mimeo).

BOSI, Ecléa. Lembranças de Velhos. São Paulo, T.A. Queiroz, EDUSP, 1987.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro, Difel, 1989.

_____. A Economia das Trocas Simbólicas. 2 ed., São Paulo, Perspectiva, 1987.

BRAGA, Júlio. (org.). Religião e Cidadania. Salvador, OEA/UFBA/EGBA, 1990.

BURKE, Peter. Cultura Popular na Idade Moderna. São Paulo, Cia. das Letras, 1989.

BURSZTYN, Marcel. O Poder dos Donos - Planejamento e Clientelismo no Nordeste. 2 ed., Petrópolis, Vozes, 1985.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. A Política dos Outros - O Cotidiano dos Moradores da Periferia e o que Pensam do Poder e dos Poderosos. São Paulo, Brasiliense, 1984.

CANDIDO, Antônio. Os Parceiros do Rio Bonito. 7 ed., São Paulo, Duas Cidades, 1987.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos. A Nova Estética do Espetáculo Político. In: XIMENES, Tereza. (org.). Novos Paradigmas e Realidade Brasileira. Belém, UFFA/NAEA, 1993, pp.124-139.

CASCUDO, Câmara. Ensaios de Etnologia Brasileira. Coleção Consulta

- CASTORIADIS, Cornelius. A Instituição Imaginária da Sociedade. 2 ed., São Paulo, Paz e Terra, 1986.
- CHALOURB, Sidney. Trabalho, Lar e Botiquim - O Cotidiano dos Trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle époque. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- CHAUÍ, Marilena. Cultura e Democracia. 4 ed., São Paulo, Cortez, 1989.
- _____. Conformismo e Resistência. Aspectos da Cultura Popular no Brasil. 3 ed., São Paulo, Brasiliense, 1989.
- CORDEIRO, Maria Celeste M. Jogo e Poder. In: XIMENES, Tereza. (org.). Novos Paradigmas e Realidade Brasileira. Belém, UFPA/NAEA, 1993, pp.310-321.
- CUNHA, Euclides da. Os Sertões - Campanha de Canudos. 34 ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1989.
- DA MATTA, Roberto. Carnavais, Malandros e Heróis. 4 ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1983.
- DANTAS, Ibarê. As Mutações do Coronelismo. In: Relações de Trabalho e Relações de Poder: Mudanças e Permanências. Fortaleza, UFCE/NEPS, 1986, pp.363-380.
- DARNTON, Robert. O Grande Massacre dos Gatos e outros episódios da História Cultural Francesa. Rio de Janeiro, Graal, 1986.
- DECCA, Edgar Salvadori de. 1930 - O Silêncio dos Vencidos - Memória, História e Revolução. 5 ed., São Paulo, Brasiliense, 1992.
- DELEUZE, Giles. Foucault. 2 ed., São Paulo, Brasiliense, 1991.
- DELUMEAU, Jean. História do Medo no Ocidente (1300-1800). São Paulo, Cia. das Letras, 1989.
- DURHAN, Eunice Ribeiro. Cultura e Ideologia. In: DADOS - Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, Vol 27, Nº 01, 1984, pp.71-89.
- ECO, Umberto. Como se Faz uma Tese. São Paulo, Perspectiva, Estudos 85, 1983.
- ELIADE, Mircea. O Sagrado e o Profano - A Essência das Religiões. Lisboa, Livros do Brasil, 1978.

FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder - Formação do Patronato Político no Brasileiro. Vol. I, 4 ed., Vol. II, 5 ed., Porto Alegre, Globo, 1977 e 1979.

FAUSTO, Bóris. História da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano - Estrutura de Poder e Economia (1889-1930). Tomo III, Vol. I, São Paulo, Difel, 1977.

FERNANDES, Rubem César. Aparecida, Nossa Rainha e Mãe, Saravá. In: Ciência Hoje, Vol 04, Nº 21, 1985, pp.24-31.

FERRAZ, Maria do Carmo. Oligarquias Rurais: Reflexões sobre os Sertões Nordestinos. In: Relações de Trabalho e Relações de Poder: Mudanças e Permanências. Fortaleza, UFCE/NEPS, 1986, pp.360-362.

FEUERBACH, Ludwig. Preleções Sobre a Essência da Religião. Campinas, Papirus, 1989.

FIRMINO, Eugênio Pacceli de Moraes. As Chamas da Seca.

FORMAN, Shepard. Camponeses: Sua Participação no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

FORTUNATO, Maria Lucinete. Repensando as Relações de Poder no Sertão Paraibano. Aperfeiçoamento científico - CNPq. Relatório 1987-1988. Campina Grande, (mimeo.).

O Indivíduo e a Sociedade: Luta de Classes e Instituição Imaginária. Trabalho apresentado no curso: Teoria Sociológica I, do Mestrado em Sociologia Rural da UFFB - Campus II, Campina Grande, 1989, (mimeo.).

A Questão do Estado: Conceituação e Confrontação Empírica. Trabalho apresentado no curso: Metodologia nas Ciências Sociais, do Mestrado em Sociologia Rural da UFFB - Campus II, Campina Grande, 1989, (mimeo.).

Campe sinato e Poder. Trabalho apresentado no curso: Campe sinato, Poder, Cultura e Elaboração Imaginária ou Idéias Saborosas de um Saco de Batatas, do Mestrado em Sociologia Rural da UFFB - Campus II, Campina Grande, 1990, (mimeo.).

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir - História da Violência nas Prisões. 6 ed., Petrópolis, Vozes, 1977.

_____. História da Sexualidade. Vol. I, 7 ed., Vol. II, 3 ed., 1985.

_____. História da Loucura. 2 ed., São Paulo, Perspectiva, Estudos 61, 1987.

_____. A Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1987.

_____. As Palavras e as Coisas. 4 ed., São Paulo, Martins Fontes, 1987.

_____. Microfísica do Poder. 8 ed., Rio de Janeiro, Graal, 1989.

GARCIA, Afrânio Raul. O Sul: Caminho do Rocado - Estratégias de Reprodução e Transformação Social. São Paulo, Marco Zero/MCT/CNPq, 1990.

GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

GINZBURG, Carlo. Os Andarilhos do Bem - Feiticiarias e Cultos Agrários nos Séculos XVI e XVII. São Paulo, Cia. das Letras, 1988.

_____. O Queijo e os Vermes - O Cotidiano e as Idéias de um Moleiro Perseguido pela Inquisição. São Paulo, Cia. das Letras, 1987.

GIRARDET, Raul. Mitos e Mitologias Políticas. São Paulo, Cia. das Letras, 1987.

GIULIANI, Paola Cappelin. Relações de Trabalho Assalariados: Confrontação Social e Propostas de Mudanças. In: Relações de Trabalho e Relações de Poder: Mudanças e Permanências. Fortaleza, UFCE/NEPS, 1986.

_____ & POTENGY, Gisélia Franco. Mudanças Econômicas e Transformações das Relações de Poder: Um Estudo Regional. UFFB/CM, Campina Grande, 1987.

GOFFMAN, Erving. A Representação do Eu na Vida Cotidiana. Petrópolis, Vozes, Antropologia 8, 1985.

GOMES, Heloisa Toller. O Poder Rural na Ficção. São Paulo, Ática, Série Ensaio 68, 1981.

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

HEREDIA, Beatriz Alásia de. A Morada da Vida. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

_____. Formas de Dominação e Espaço Social - A Modernização da Agroindústria Canavieira em Alagoas. São Paulo, Marco Zero/MCT/CNPq, 1989.

HOBBSBAWN, Eric & RANGER, Terence (org.). A Invenção das Tradições. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

IARA, Sílvia Hunold. Campos da Violência. Rio de Janeiro, Paz e Terra, Oficinas da História, 1988.

JANOTTI, Maria de Lourdes M. O Coronelismo - Uma Política de Compromissos. Coleção Tudo é História, Nº 13, 7 ed., São Paulo, Brasiliense, 1989.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, Enxada e Voto - O Município e o Regime Representativo no Brasil. 4 ed., São Paulo, Alfa-Omega, 1978.

LOUREIRO, Marta Rita de. (org.). Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1981.

MACHADO, Eduardo Paes. Poder e Participação Política no Campo. São Paulo/Salvador, CERIFA, CAR/CEDAP - CENTRU, 1987.

MACHADO, Roberto. Ciência e Saber - A Trajetória da Arqueologia de Foucault. 2 ed., Rio de Janeiro, Graal, 1988.

MARQUES, Maria Sedi. Pequenos Produtores Rurais: Ideologias Orgânicas. Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural, UFFB, Campus II, Campina Grande, 1987.

MARTINS, José de Souza. Os Camponeses e a Política no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1980.

MONTENEGRO, Antônio Torres. História Oral e Memória - A Cultura Popular Revisitada. São Paulo, Coleção Caminhos da História, Contexto, 1992.

- MOTTA, Alda Brito da. Notas Sobre a Visão de Mundo do Camponês Brasileiro. In: Revista de Ciências Sociais, Vol. X, Nº 1 e 2, Fortaleza, 1979. pp.45-60.
- MOURA, Margarida Maria. Os Deserdados da Terra. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, Coleção Corpo e Alma do Brasil, 1988.
- MUSSUMECI, Leonarda. O Mito da Terra Liberta. São Paulo, Vértice, 1988.
- NEVES, Frederico de Castro. À Multidão no Nordeste. In: XIMENES, Tereza. (org.). Novos Paradigmas e Realidade Brasileira. Belém, UFFA/NAEA, 1993, pp.322-337.
- NOVAES, José Roberto P. Cooperativismo, Acumulação e Mudança Social. In: LOUREIRO, Marta Rita de. (org.). Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1981, pp.41-74.
- NOVAES, Regina C. Reys. Os Pentecostais e a Organização dos Trabalhadores. In: Religião e Sociedade, Nº 05, Rio de Janeiro, Tempo e Presença, 1980, pp.65-93.
- _____. De Corpo e Alma - Catolicismo, Classes Sociais e Conflitos no Campo. Tese de Doutorado - Departamento de Ciências Sociais - USP, São Paulo, 1987.
- ORLANDI, Eni Fulcinelli. (org.). Vozes e Contrastes: Discurso na Cidade e no Campo. São Paulo, Cortez, 1989.
- ORTIZ, Renato. Religiões Populares e Indústria Cultural. In: Religião e Sociedade, Nº 05, Rio de Janeiro, Tempo e Presença, 1980, pp.51-63.
- PANG, Eul-Soo. Coronelismo e Oligarquias (1889-1934). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- PASTA JR., José Antônio. Cordel, Intelectuais e o Divino Espírito Santo - Notas Sobre a Arte e Estética da Representação. In: BOSI, Alfredo (org.). Cultura Brasileira - Temas e Situações. São Paulo, Atica, Série Fundamentos 18, 1987, pp.58-74.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. (org.). Crime, Violência e Poder. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- PONTES, Antônio Barroso. Mundo dos Coronéis. Rio de Janeiro, Cruzeiro, 1970.

- POTENGY, Gisélia Franco. As Mudanças nas Relações de Trabalho e Novo Clientelismo do Campo na Paraíba. In: Relações de Trabalho e Relações de Poder: Mudanças e Permanências. Fortaleza, UFCE/NEPS, 1986, pp.215-228.
- PRADO JR., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. 7 ed., São Paulo, Brasiliense, 1963.
- FRANDI, Reginaldo & GONÇALVES, Vagner. Deuses Tribais em São Paulo. In: Ciência Hoje, Rio de Janeiro, Vol. 10, Nº 57, 1989, pp.35-44.
- QUEIROZ, Marcos de Souza. Feitiço, Mau-Olhado e Susto: Seus Tratamentos e Prevenções na Aldeia de Icapara. In: Religião e Sociedade, Nº 05, Rio de Janeiro, Tempo e Presença, 1980, pp.132-159.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Campesinato no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1973.
- _____. O Coronelismo numa Interpretação Sociológica. In: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, O Brasil Republicano, Livro 1 - Estrutura de Poder e Economia (1898-1930), FAUSTO, Bóris (org.). São Paulo, Difel, 1977, pp.115-190.
- RAGO, Margareth. Do Cabaré ao Lar - A Utopia da Cidade Disciplinar. Brasil 1890-1930. 2 ed., São Paulo, Paz e Terra, 1987.
- RAMOS, Graciliano. Vidas Secas.
- ROMANO, Jorge O. Identidade e Política - Representação e Construção da Identidade Política do Campesinato. In: Relações de Trabalho e Relações de Poder: Mudanças e Permanências. Fortaleza, UFCE/NEPS, 1986, pp.194-203.
- RANGEL, Maria do Socorro. Medo da Morte, Esperança de Vida: As Ligas no Imaginário Camponês. Monografia apresentada na conclusão do curso de Bacharelado em História da UFPB, Campina Grande, 1988, (mimeo.).
- SÁ, Maria Auxiliadora Ferraz de. Dos Velhos aos Novos Coronéis. Recife, PINES/UFPE, 1974.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. Colonos do Vinho - Estudo sobre a Subordinação do Trabalho Camponês ao Capital. São Paulo, Hucitec, 1978.
- SIGAUD, Lygia. Os Clandestinos e os Direitos - Estudo sobre Trabalhadores da Cana-de-Açúcar de Pernambuco. São Paulo, Duas Cidades, 1979.

SOARES, Luís Eduardo. Campesinato, Ideologia e Política. São Paulo, Zahar, 1981.

SILVA, Ivalmira G. da. Terra para quem nela Trabalha: A Atuação da Igreja no Conflito de Alagamar (1975-1980). Monografia apresentada na conclusão do curso de Bacharelado em História, UFFB, Campus II, Campina Grande, 1986, (mimeo.).

SIQUEIRA, Deis. Relações de Trabalho e de Mercado e Relações de Poder: O Campesinato no Sistema Operário Canavieiro Paraibano. In: Relações de Trabalho e Relações de Poder: Mudanças e Permanências. Fortaleza, UFCE/NEPS, 1986, pp.239-248.

SOLER, Salvador. Poder Local e Planejamento Participativo. In: XIMENES, Tereza. (org.). Novos Paradigmas e Realidade Brasileira. Belém, UFPA/NAEA, 1993, pp.267-280.

SOUSA, Fábio G. R. B. Gritos contra o Silêncio: Sindicalismo Rural e Lutas Cotidianas dos Trabalhadores no Brejo Paraibano (1960-1987). Monografia apresentada na conclusão do curso de Bacharelado em História, UFFB, Campus II, Campina Grande, 1987, (mimeo.).

THOMPSON, Edward F. Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase. Estudios sobre la crisis de la Sociedad Preindustrial. Barcelona, Gráficas Diamante, 1979.

_____. A Formação da Classe Operária Inglesa, A Arvore da Liberdade. Vol. I, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

TRONCA, Italo A. (org.). Foucault Vivo. Campinas, Pontes, 1987.

VIANA, Oliveira. A Evolução do Povo Brasileiro. 1923.

WOORTMANN, K. A. A. A Transformação da Subordinação. In: Anuário Antropológico. Fortaleza/Rio de Janeiro, /UFCE/Tempo Brasileiro, 1981, pp.204-229.

ZALUAR, Alba. (org.). Religião e Sociedade. Nº 03, São Paulo, Civilização Brasileira, 1978.

_____. Milagre e Castigo Divino. In: Religião e Sociedade, Nº 05, Rio de Janeiro, Tempo e Presença, 1980, pp.161-187.

_____. Os Santos e Suas Festas. In: Religião e Sociedade, Nº 08, Rio de Janeiro, Tempo e Presença, 1983, pp.53-60.